

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIDADE ACADÊMICA HUMANIDADES, CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO – UNAHCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LUTIELE DA SILVA GHELERE

**O PERFIL DO BOLSISTA PROUNI DA UNESC: ENTRE OS
LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alex Sander da Silva

**CRICIÚMA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G412p Ghelere, Lutiele da Silva.

O perfil do bolsista prouni da UNESCO : entre os limites e as possibilidades do ensino superior / Lutiele da Silva Ghelere ; orientador : Alex Sander da Silva. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2014.

164 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2014.

1. Estudantes universitários. 2. ProUni (Programa).
3. Ensino superior. I. Título.

CDD. 22. ed. 378.2


LUTIELE DA SILVA GHELERE


O PERFIL DO BOLSISTA PROUNI DA UNESC: ENTRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO ENSINO SUPERIOR

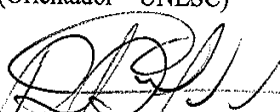
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 4 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

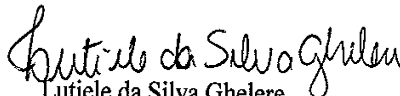

Prof. Dr. Alex Sander da Silva
(Orientador – UNESC)


Prof. Dr. Lucídio Bianchetti
(Membro – UFSC)


Prof. Dr. Rafael Rodrigues Muller
(Membro – UNESC)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
(Suplente – UNESC)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara
Coordenador do PPGE-UNESC


Lutiele da Silva Ghelere
Mestranda

Dedico esta Dissertação à minha família e ao meu noivo, Everson, pelas palavras de incentivo, pelo companheirismo e pela motivação recebida para que eu pudesse desenvolver esse trabalho com toda a dedicação necessária. O meu eterno agradecimento.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de finalização de uma importante etapa da minha vida, gostaria de expressar meu reconhecimento àqueles que considero essenciais no empreendimento que ora concluo.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, Ledir e Valter, e à minha irmã Cristiellen, pelo apoio ao longo desse período.

Ao meu noivo e melhor amigo, Everson, por toda a compreensão e incentivo desde o início, quando o mestrado era apenas um sonho na minha vida, e diante de todas as dificuldades encontradas, nunca me deixou desistir. Obrigada por fazer-me acreditar que os sonhos podem ser realizados quando acreditamos neles.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, em especial a minha coordenadora Janaina Damásio Vitório, agradeço pelo apoio nos momentos difíceis, pela energia positiva e pela estima demonstrada.

Aos bolsistas do Prouni, sujeitos da pesquisa, e aos gestores da UNESC.

Ao meu orientador, Alex Sander da Silva, por acreditar na minha capacidade, pela paciência, pelo estímulo e pela disposição para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

Aos meus professores de sala de aula e à Ana Lúcia Cardoso, meu eterno agradecimento por todo o conhecimento compartilhado ao longo desse tempo que passamos juntos.

De tudo ficam três coisas:

“A certeza que estamos começando ...

A certeza de que é preciso continuar ...

A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar ...

Portanto devemos fazer:

Da interrupção um caminho novo

Da queda um passo de dança

Do medo, uma escada

Do sonho, uma ponte

Da procura ... um encontro.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A universidade, que historicamente constituiu-se como *locus* privilegiado da elite, aos poucos vem tornando-se acessível também às camadas populares por meio de iniciativas do Estado de democratizar o ensino superior. A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os fatores que interferem no acesso e permanência dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - Prouni da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, a fim de compreender as dificuldades e as estratégias encontradas por eles nesse processo. Nesse sentido, problematiza sobre os fatores que interferem no processo de acesso e permanência dos estudantes bolsistas do Prouni ao longo da sua formação na UNESC. O estudo foi realizado a partir das seguintes questões norteadoras: Em que condições os estudantes oriundos de camadas populares estão chegando à universidade? Qual o contexto em que ocorre esse ingresso? A família do bolsista tem contribuído financeiramente com as despesas para mantê-lo universidade? Quais as dificuldades vivenciadas pelos bolsistas na sua trajetória acadêmica? Que mecanismos de apoio a universidade utiliza para o acesso e permanência do estudante bolsista? Metodologicamente, optou-se pelo estudo de caso. A abordagem qualitativa foi considerada a mais adequada para a pesquisa, tendo como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário junto aos bolsistas do Prouni matriculados na última fase dos seus respectivos cursos de graduação. A análise detida a partir dos dados da pesquisa permitiu problematizar por que os estudantes na universidade, mesmo na condição de bolsistas, se deparam ainda com inúmeras dificuldades. Assim, a ausência ou insuficiência de recursos econômicos, sociais e até mesmo culturais é administrada pelos estudantes durante sua trajetória acadêmica na busca de estratégias para concluir seu curso, conforme a realidade e suas múltiplas determinações.

Palavras-chave: Democratização. Ensino superior. Prouni. Camadas populares. Perfil de bolsista.

ABSTRACT

The university, which historically constituted itself as a privileged locus of the elite, has also, gradually, becoming accessible to the working class through State's initiatives to democratize Higher Education. This research aims to analyze the factors that affect the access and permanency of scholarship students in the program named "University Program for Everybody" (Prouni), offered by Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, in order to understand the difficulties and strategies found by students in the process. The current research problematizes factors that interfere with the access and permanency of Prouni scholarship students, throughout their undergraduate study at Unesc. The study was conducted based on the following guiding questions: Under what conditions do students from working classes are coming to university? How occurs the process of entering university? The family of these students have contributed financially to keep them studying? What are the difficulties experienced by scholarships in their academic trajectory? What are the support resources that university uses to ensure the access and permanency of scholarship student? Methodologically, we opted for a case study. A qualitative approach it was consider most appropriate for the research, and it was take a data collection in a questionnaire to verify Prouni Scholarships, enrolled in the last phase of their undergraduate courses. A careful analysis of the data examined why students at the university, even in the condition of scholarship, still face numerous difficulties. Thus, students manage the absence or insufficiency of economic, social and even cultural resources, during their undergraduate study, thus they are seeking strategies to complete their course, according to the reality and the multiple determinations.

Key words: Democratization. Superior teaching. Prouni. Popular layers. Scholarship student profile.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cidade natal dos respondentes	101
Gráfico 2 - Bolsistas por estado	102
Gráfico 3 - Percentual de respondentes segundo a raça	102
Gráfico 4 - Número de vezes em que os bolsistas realizaram a prova do ENEM	104
Gráfico 5 - Motivos que levaram os respondentes a serem beneficiados com bolsa de estudo no ensino médio	107
Gráfico 6 - Forma de ingresso na UNESC	111
Gráfico 7 - Grupo familiar dos respondentes	113
Gráfico 8 - Atuação profissional dos pais	114
Gráfico 9 - Atuação profissional das mães.....	114
Gráfico 10 - Remuneração dos pais	115
Gráfico 11 - Remuneração das mães	115
Gráfico 12 - Escolarização dos pais	116
Gráfico 13 - Escolarização das mães.....	117
Gráfico 14 - Percentual de bolsistas que recebem apoio da sua família para estudar	118
Gráfico 15 - Percentual de bolsistas que recebem auxílio financeiro da família para manter-se na universidade.....	118
Gráfico 16 - Dificuldades apontadas pelos bolsistas no ensino superior	121
Gráfico 17 - Forma de alimentação adotada pelos bolsistas no <i>campus</i>	122
Gráfico 18 - Opinião dos bolsistas em relação à alimentação encontrada no <i>campus</i>	122
Gráfico 19 - Turno das matrículas dos respondentes	124
Gráfico 20 - Tempo destinado pelos bolsistas para estudar fora da sala de aula	126
Gráfico 21 - Carga horária de trabalho dos bolsistas	127
Gráfico 22 - Percentual de bolsistas que exercem atividades remuneradas	128
Gráfico 23 - Atividades dos bolsistas.....	129
Gráfico 24 - Rendimento dos bolsistas.....	130
Gráfico 25 - Tempo utilizado pelos bolsistas até o último semestre do curso	131
Gráfico 26 - Percentual de bolsistas que possuem espaço apropriado em casa para estudar	132

Gráfico 27 - Meios pelos quais os bolsistas obtiveram conhecimento sobre o movimento estudantil e/ou as possibilidades de estágios e grupos de pesquisa na universidade	134
Gráfico 28 - Significado do diploma de ensino superior para os bolsistas	137
Gráfico 29 - Estratégias de permanência apontadas pelos bolsistas durante o percurso acadêmico	138
Gráfico 30 - Sugestões dos respondentes de como a UNESCO poderia contribuir para a permanência dos bolsistas na IES	139

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Curso e turno dos participantes da pesquisa matriculados na UNESC na última fase no segundo semestre de 2013	99
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA - Centro Acadêmico
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE - Conselho Nacional de Educação
COLAP - Comissão Local de Acompanhamento do Programa Universidade para Todos
CONAP - Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos
CPAE - Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante
DCE - Diretório Central dos Estudantes
e-MEC - Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ESCCA - Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas
ESEDE - Escola Superior de Educação Física e Desportos
ESTEC - Escola Superior de Tecnologia de Criciúma
FACIECRI - Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
FUCRI - Fundação Educacional de Criciúma
FUMDES - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Projeto de Lei
PMC - Prefeitura Municipal de Criciúma
PNE - Plano Nacional de Educação
PPCE - Programa Permanente de Combate à Evasão
PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU - Secretaria de Educação Superior
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISPROUNI - Sistema do Prouni
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UNA - Unidade Acadêmica
UNACET - Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias
UNACSA - Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas
UNAHCE - Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação
UNASAU - Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde
UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIFACRI - União das Faculdades de Criciúma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS	39
1.1 O DISCURSO ACERCA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	40
1.2 ONDE NOS ENCONTRAMOS? OS ÍNDICES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	48
1.3 O ACESSO DAS CAMADAS POPULARES À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A BUSCA PELA ASCENSÃO SOCIAL	54
2 UNIVERSIDADE: QUE LUGAR É ESSE?	64
2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	64
2.2 UNESC: UMA UNIVESIDADE COMUNITÁRIA	70
2.2.1 Programas de bolsas de estudo e financiamentos da UNESC	74
2.2.2 Descrição da política institucional de permanência dos estudantes da UNESC	77
3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: DO DISCURSO OFICIAL À REALIDADE ACADÊMICA	81
3.1 O OLHAR DOS ESTUDIOSOS SOBRE O PROUNI	82
3.2 O PROUNI NA UNESC	88
4 O CASO DA UNESC: ANALISANDO OS DADOS	98
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	98
4.2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	103
4.3 A PERMANÊNCIA DO BOLSISTA NA UNIVERSIDADE SOB O ASPECTO SOCIOECONÔMICO	112
4.3.1 Dificuldades financeiras	121
4.3.2 Administração do tempo <i>versus</i> trabalho e renda	125
4.4 A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS BOLSISTAS	131
5 CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	160

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa pretende-se investigar as condições de acesso e permanência dos estudantes bolsistas da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC a partir do Programa Universidade para Todos - Prouni¹.

O tema começou a ser delineado a partir da atuação profissional da autora desta pesquisa. A escolha pelo curso de Serviço Social deu-se pelo interesse em participar do processo de emancipação dos indivíduos em uma sociedade marcada pelas diferenças e exclusão social.

O trabalho como assistente social propiciou condições para acompanhar a caminhada dessa parcela da sociedade excluída de bens e direitos, de cultura, de trabalho, de saúde e principalmente de educação. Para muitos, imersos nessa precária realidade, o acesso à universidade, durante muito tempo, tornou-se um sonho com possibilidades mínimas de concretizar-se, pois esta instituição, para esses indivíduos, dificilmente fez parte do passado de suas famílias, posto que a sobrevivência vem sempre antes da educação.

Diferentemente do passado, a universidade, que historicamente constituiu-se como *locus* privilegiado da elite, aos poucos vem tornando-se acessível também às camadas populares por meio de iniciativas do Estado de democratizar o ensino superior. Conforme apontado por Martins (2006, p. 1002): “Inicialmente voltado para uma restrita clientela dotada de capital econômico e cultural, o ensino superior passou a incorporar gradativamente novos grupos sociais, que até então estavam às suas margens, em função de pressões sociais para a sua democratização.”

A atuação em um setor que trata da acolhida e orientação dos acadêmicos propiciou acompanhar a chegada desses sujeitos oriundos de camadas populares na universidade. Contudo, verifica-se que mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso às instituições, o ingresso no ensino superior ainda é fragmentado e, sobretudo, elitizado.

¹ Inicialmente a intenção era incluir também na pesquisa os bolsistas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). Porém, em função do Estado não ter mais publicado Chamada Pública para oferta do programa e também devido ao reduzido número de bolsistas comparado ao volume daqueles do Prouni, optou-se por pesquisar somente os bolsistas do Prouni. Segundo informações da Secretaria Acadêmica da UNESC, atualmente 60 estudantes são bolsistas do FUMDES (estudo) e 1232 são bolsistas do Prouni. Acesso em: 17 fev. 2014.

O caminhar profissional da autora tem permitido uma aproximação cada vez maior com os universitários, o que lhe possibilitou conhecer, entre outras questões, a dinâmica que permeia a vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas. O ingresso no mestrado, por parte da pesquisadora, buscou um olhar crítico sobre a realidade, principalmente sobre o que vem sendo chamado de inclusão social por meio da oferta de bolsas de estudo para estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior privado.

Essas questões que remetem ao ingresso de estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior permitiram reconhecer que o acesso desse segmento ao novo espaço, antes de ser considerado inclusivo, exige atenção, conforme verifica Carvalho (2006, p. 993):

A expansão do ensino superior nos anos de 1990, que acelerou o processo de privatização em curso desde a Reforma Universitária de 1968, está diante de um impasse: Como ampliar o acesso da população de baixa renda, que concluiu a educação básica, e da classe média, que foi rebaixada socialmente e, em grande parte, perdeu empregos ou sobrevive no mercado informal?

A população vítima da vulnerabilidade e da exclusão social presenciou por muito tempo o agravamento das suas realidades, já que, devido às dificuldades financeiras, foi privada de uma vida minimamente digna. Essa disparidade social dividiu a sociedade entre indivíduos com considerável poder aquisitivo, com alto grau de instrução, e aqueles fadados muitas vezes ao analfabetismo, com uma precária condição socioeconômica, quando não de miserabilidade.

Tais diferenças, denominadas também como desigualdades, presentes na vida da grande maioria dos brasileiros, foram provocadas pela má distribuição de renda, por uma sociedade de classes que resultou em oportunidades educacionais desiguais para a grande maioria que, dominada pela elite, prima pela manutenção dessa mesma realidade.

A desigualdade social presente na sociedade capitalista construiu-se historicamente como decorrência da privação de bens e direitos por parte de uma maioria da população. Durante muito tempo - e ainda hoje - grande parcela da sociedade se encontra nessas condições.

Vislumbrando ascender socialmente e a fim de conquistar espaços até então inacessíveis, sujeitos oriundos das camadas populares, a partir do ingresso no ensino superior, estão tendo a possibilidade de

reivindicar melhores condições de vida por meio do acesso à educação.

Atualmente existe um grande número de indivíduos que conseguiram adentrar no ensino superior, mas, devido às condições econômicas desfavoráveis, enfrentam neste espaço, muitas dificuldades que poderiam ser compensadas neste novo cenário caso suas realidades de vida não fossem marcadas por tantas carências. Por outro lado, mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, existe ainda um grande número de jovens e adultos egressos do ensino médio que não conseguiram conquistar seu espaço.

As possibilidades foram flexibilizadas a partir das últimas décadas, já que o Estado tem proposto iniciativas que visam garantir a essa parcela da população, até então excluída, acesso à universidade. Os incentivos públicos preveem o aumento do número de vagas nas instituições de ensino superior, bem como a possibilidade de acesso das camadas populares a esse nível educacional por meio de políticas públicas.

Na tentativa de democratizar o ensino superior nas universidades públicas e privadas, o governo estabeleceu, como uma das metas, segundo o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (2011-2020), elevar a taxa líquida de matrícula no ensino superior para 33% da população com idade entre 18 e 24 anos (BRASIL, [2013a], p. 13). Registra-se que, segundo o Censo da Educação Superior, apenas cerca de 14,6% dessa população se encontra matriculada neste nível de ensino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Sendo assim, neste estudo pretende-se investigar a realidade dos bolsistas do Prouni da UNESC que, como instituição educacional, tem recebido essa parcela da sociedade que vem sendo alvo de investimentos públicos.

A tentativa de democratização do ensino superior, seja na expansão das vagas, seja no financiamento com bolsas de estudo, despertou a esperança de ampliar o acesso e de prolongar a escolarização de jovens e adultos que até então não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. Porém, embora bolsistas, deparam-se com inúmeras dificuldades que vão além do acesso, seja pela condição socioeconômica, seja pela dificuldade de integrar-se ao meio acadêmico.

Nesse contexto, cabe refletir sobre a realidade desses sujeitos que estão chegando ao ensino superior, buscando para além das aparências, conhecer um pouco mais sobre suas realidades. Para isso, questiona-se em que medida os bolsistas estão sentindo-se parte do sistema

universitário, se estão conseguindo aproveitar todos os espaços que a universidade dispõe ou ainda quais as dificuldades enfrentadas por eles. Por outro lado e não menos importante, questiona-se se a universidade está conseguindo oferecer as condições necessárias para esses indivíduos sentirem-se incluídos no meio acadêmico. Assim busca-se refletir o que vem sendo apresentado como democratização do ensino superior levando em consideração a realidade dos estudantes e as políticas públicas presentes no cenário brasileiro.

Nesse sentido, estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: Que fatores interferem no processo de acesso e permanência, na universidade, dos estudantes bolsistas do Prouni da UNESC? Quais as estratégias adotadas pelos bolsistas para permanecerem na universidade?

A partir disso, são relacionadas algumas questões norteadoras para um melhor delineamento do problema:

- Em que condições os estudantes oriundos de camadas populares estão chegando à universidade?
- Qual o contexto em que ocorre esse ingresso?
- A família do bolsista tem contribuindo financeiramente com as despesas dele na universidade?
- Quais as dificuldades vivenciadas pelo bolsista na sua trajetória acadêmica?
- Que mecanismos de apoio a universidade utiliza para o acesso e permanência do estudante bolsista?

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os fatores que interferem no acesso e permanência dos estudantes bolsistas do Prouni da UNESC, a fim de compreender as dificuldades e as estratégias encontradas por eles nesse processo.

Para isso, são delineados quatro objetivos específicos que darão a direção característica de cada eixo de análise:

1. Mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Prouni matriculados na última fase do seu respectivo curso no segundo semestre de 2013;
2. Identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem na universidade;
3. Averiguar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior;
4. Analisar o percurso acadêmico do bolsista (desempenho, nº de reprovações, reconsideração, desistência, troca de curso/turno, suspensão e/ou encerramento da bolsa).

Ao fazer um breve “estado da arte” sobre o tema, pode-se verificar que parte do material produzido sobre o assunto refere-se principalmente ao acesso ao ensino superior público. A permanência desses estudantes, tão importante quanto o acesso, pouco vem sendo discutida, principalmente quando se trata do sistema privado.

Em consulta ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES², procurando verificar os estudos produzidos até o momento utilizando na busca os assuntos “acesso e permanência no ensino superior” e “Prouni”, foi possível localizar 106 resumos de dissertações e teses nos anos de 2009 a 2012.

A fim de identificar pesquisas que apresentam o ponto de vista dos bolsistas em relação ao Prouni, buscou-se por estudos que utilizaram questionários e/ou entrevistas como instrumento de coleta de dados. Assim pôde-se verificar que, desses trabalhos, apenas 21 discutiram o acesso e a permanência no ensino superior nas instituições privadas a partir da percepção dos bolsistas.

Dentre os estudos cita-se o de Santos (2011), que teve como objetivo analisar a inserção universitária e os aspectos da trajetória dos bolsistas do Programa Universidade para Todos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A partir de questionários e entrevistas, a autora procurou examinar em que medida o programa promove o acesso de estratos pouco representados ao ensino superior, assim como buscou investigar os principais fatores que influenciaram na tomada de decisão desses bolsistas, atentando em especial para o lugar assumido pelo Prouni em suas trajetórias.

Simões (2011) analisou o programa Prouni buscando aprofundar os estudos que envolveram possíveis mudanças na vida dos sujeitos com o ingresso no ensino superior. O autor buscou verificar se a partir do Prouni ocorreram ou não mudanças na vida desses sujeitos. Esse estudo evidenciou a compreensão dos vínculos entre as ações particulares e o contexto em que estas se dão.

Pereira Filho (2011), por meio de questionário eletrônico enviado aos bolsistas, teve como objetivo discutir o perfil dos jovens universitários bolsistas do Prouni da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O trabalho resultou na elaboração de um perfil dos

² Ferramenta que possibilita o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de Pós-graduação do país. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cadastro-de-discentes/teses-dissertacoes>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

estudantes destacando a distribuição geográfica, as características de gênero, etnia e deficiências, composição familiar, relações sociais dos bolsistas dentro e fora da universidade e as opiniões e estratégias adotadas por eles para se manterem na universidade.

Pinto (2010) propôs-se a investigar o Prouni enquanto uma política de inclusão na Educação Superior com o intuito de averiguar se a presença dos bolsistas desse programa impacta a qualidade de ensino nas instituições que os acolhem tomando como foco uma universidade da região Sul do Brasil. Foram utilizados na obtenção dos dados, além de fontes documentais, entrevistas com professores e gestores da IES e aplicado questionário com os estudantes beneficiados pelo programa. Para a autora, na opinião dos gestores, professores e dos próprios alunos participantes da pesquisa, a presença dos bolsistas do Prouni não impacta negativamente a qualidade da educação superior. Tal resultado diz respeito à condição de ingresso dos estudantes, pautada pelo mérito obtido no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, aliada ao percurso estudantil prévio em escola pública e à renda familiar. A autora aponta a necessidade de ampliação das Políticas de Ações Afirmativas com o intuito de minorar as diferenças de oportunidades educacionais que se evidenciam em sociedades desiguais, como é o caso do Brasil.

Na busca de outros estudos sobre o Prouni, identificou-se Rocha (2012). Para a autora, o programa, segundo os documentos oficiais, tem sido caracterizado como uma política pública de inclusão. Partindo dessa premissa, a pesquisadora questiona se o Prouni tem conseguido constituir-se como uma política de inclusão socioeducacional de seus bolsistas e se eles têm tido sucesso ou fracasso acadêmico. A partir da aplicação de questionários e entrevistas junto aos estudantes bolsistas e gestores do Prouni, a autora verificou que, quanto à inclusão para a democratização do ensino superior, são fundamentais políticas para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes, já que as dificuldades dos bolsistas não desaparecem apenas com o ingresso na graduação.

Após conhecer o que tem sido debatido sobre o programa Prouni a partir da percepção de autores que discutem essa temática, a seguir, apresenta-se o caminho metodológico adotado pela pesquisadora. Sendo assim, a fim de verificar a realidade vivenciada pelos estudantes bolsistas do Prouni da UNESC, utilizou-se nesse estudo uma abordagem qualitativa, com estudo de caso. Yin (2001 apud ANDRÉ, 2005, p. 30), afirma que:

Deve-se dar preferência ao estudo de caso quando: (1) as perguntas da pesquisa forem do tipo “como” e “por que”; (2) quando o pesquisador tiver pouco controle sobre aquilo que acontece ou que pode acontecer; e (3) quando o foco de interesse for um fenômeno contemporâneo que esteja ocorrendo numa situação de vida real.

Assim, para André (2005, p. 33), “uma das vantagens do estudo de caso é a possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis.” Por meio da metodologia do estudo de caso tem-se a possibilidade de compreender a realidade da UNESC numa perspectiva interpretativa. Isso para reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, posto que estes, mesmo na condição de bolsistas, se deparam com a ausência de inúmeros recursos, sejam eles econômicos, sociais e até mesmo culturais.

Com o propósito de conhecer a realidade dos bolsistas e as dificuldades enfrentadas por eles na universidade foi enviado via e-mail um questionário piloto³ com questões semiestruturadas a 25 bolsistas do Prouni matriculados na última fase, selecionados por sorteio. Optou-se pelos estudantes matriculados na última fase do curso por entender que estes teriam melhores condições de expor suas experiências pela trajetória já percorrida durante o tempo que permaneceram na universidade.

Os dados relativos à delimitação da pesquisa foram obtidos por meio de solicitação junto à Secretaria Acadêmica da UNESC. Segundo consta, 80 bolsistas do Prouni encontram-se na última fase do segundo semestre de 2013 nos seguintes cursos de graduação: Administração/matutino e noturno cinco, (05); Administração com Habilitação em Comércio Exterior/noturno, quatro (04); Arquitetura e Urbanismo/vespertino, três (03); Artes Visuais Licenciatura/noturno, quatro (04); Ciência da Computação/noturno, um (01); Ciências Biológicas Bacharelado/matutino, três (03); Ciências Contábeis/noturno, seis (06); Direito/matutino e noturno, dez (10); Educação Física Bacharelado/matutino, dois (02); Educação Física Licenciatura/noturno,

³ Em função de terem retornado apenas três (03) questionários, optou-se por agendar reunião presencial com os bolsistas na UNESC para aplicação do questionário.

quatro (04); Enfermagem/noturno, um (01); Engenharia Ambiental/matutino, dois (02); Engenharia Civil/noturno, seis (06); Engenharia de Agrimensura/noturno, um (01); Engenharia de Materiais/noturno, um (01); Engenharia Química/noturno, um (01); Farmácia/matutino, dois, (02); Fisioterapia/matutino, um (01); História Licenciatura e Bacharelado/noturno, um (01); Letras Português e Inglês/noturno, quatro (04); Medicina/integral, quatro (04); Nutrição Bacharelado/vespertino, dois (02); Pedagogia Licenciatura/noturno, cinco (05); e Psicologia/matutino, sete (07).

Com o intuito de contemplar na pesquisa os cursos com maior representação social e interesse no programa Prouni para aplicação do questionário optou-se por solicitar, junto à coordenação do Prouni da UNESC, a verificação no Sistema do Prouni (Sisprouni) dos cursos que apresentaram, no segundo semestre de 2013, maior índice de inscrição no programa. Para isso foram analisados os cursos que apresentaram o maior número de candidatos inscritos e não pré-selecionados na I etapa do processo seletivo do Prouni referente à primeira e à segunda chamada. Esta perspectiva de análise apoia-se na abordagem defendida por André (2005, p. 47), onde “[...] pode-se caracterizar o desenvolvimento dos estudos de caso em três fases: exploratória ou de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados [...]”

A fim de selecionar os cursos para aplicação do questionário, optou-se por escolher três (03)⁴ cursos por Unidade Acadêmica. Estes foram escolhidos primeiramente a partir do relatório do Sisprouni e, posteriormente, comparados aos cursos que possuem bolsistas do Prouni matriculados na última fase no segundo semestre de 2013.

Na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas - UNACSA, os cursos que apresentaram maior número de candidatos inscritos e não pré-selecionados na I etapa do processo seletivo do

⁴ Inicialmente a intenção era encaminhar o questionário da pesquisa para três (03) cursos por Unidade Acadêmica e a três (03) bolsistas por curso. No entanto, identificaram-se cursos com menos de três (03) estudantes matriculados na última fase e cursos que tiveram bastante procura no processo seletivo do Prouni, mas que não possuíam bolsistas matriculados na última fase. Por esse motivo optou-se por escolher, nesses casos, além dos três (03) cursos, outros conforme procura no Sisprouni, e encaminhar o questionário para todos os bolsistas matriculados na última fase em cursos de graduação ofertados pelo Prouni no segundo semestre de 2013.

Prouni no segundo semestre de 2013 foram: Direito/noturno, com 52 candidatos inscritos não pré-selecionados, Ciências Contábeis/noturno, com 33 inscritos, e Administração com Habilitação em Comércio Exterior, com 20 candidatos inscritos e não pré-selecionados. Após essa análise, encaminhou-se o questionário para os bolsistas matriculados na última fase dos cursos de Direito, sendo cinco (05) estudantes matriculados no período matutino e cinco (05) no período noturno, seis (06) do curso de Ciências Contábeis/noturno e quatro (04) bolsistas do curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior/noturno.

Em relação à Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias – UNACET, os cursos que apresentaram maior índice de inscritos no processo seletivo do Prouni foram: Engenharia Civil/matutino, com 62 inscritos, Engenharia Mecânica/noturno, com 50 inscritos, Arquitetura e Urbanismo/vespertino e Engenharia Química/noturno empatados com 38 candidatos inscritos na I etapa do processo seletivo do Prouni no segundo semestre de 2013.

Ao analisar os cursos que possuem bolsistas do Prouni matriculados no segundo semestre de 2013 na última fase, verificou-se que não constam formandos no curso de Engenharia Mecânica e o curso de Engenharia Química/noturno possuía apenas um (01) bolsista matriculado na última fase. Por esse motivo foram selecionados, além dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Química e Engenharia Civil, os bolsistas dos cursos de Ciência da Computação, que apresentou um (01) bolsista matriculado na última fase, e, segundo informações do Sisprouni, 27 candidatos inscritos e não pré-selecionados na I etapa do Prouni, e o curso de Engenharia Ambiental/matutino, com 26 inscritos e dois (02) bolsistas matriculados na última fase do curso.

Na Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde – UNASAU, os cursos que apresentaram o maior índice de inscritos no processo seletivo do Prouni no segundo semestre de 2013 foram: Medicina/integral, com 293 inscritos, Odontologia/matutino, com 67 e Farmácia/noturno, com 59 candidatos inscritos e não pré-selecionados no processo seletivo do Prouni I etapa.

Verificou-se que no segundo semestre de 2013 o curso de Odontologia não apresentou formandos. Por esse motivo, conforme o relatório do Sisprouni, foram selecionados, além dos cursos de Medicina e Farmácia, o curso de Enfermagem/noturno, que teve 54 inscritos no processo seletivo do Prouni e um (01) bolsista matriculado na última fase. Farmácia/matutino possuía apenas dois (02) formandos, por isso

optou-se por selecionar também os cursos de Fisioterapia e Psicologia. Conforme relatório do Sisprouni, 54 candidatos escolheram o curso de Fisioterapia e não foram pré-selecionados. Apenas um (01) bolsista encontrava-se matriculado na última fase do curso. Finalmente o curso de Psicologia, com sete (07) bolsistas matriculados na última fase, teve 29 candidatos que se inscreveram no processo seletivo no segundo semestre de 2013 e não foram pré-selecionados pelo Prouni.

Na Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação – UNAHCE, apenas o curso de Educação Física apresentou candidatos não pré-selecionados, sendo um (01) para Bacharelado e dois (02) para Licenciatura. Esclarecemos que no segundo semestre de 2013 foram ofertadas bolsas de estudo pelo Prouni somente para quatro (04) cursos (Artes Visuais Bacharelado/noturno, Ciências Biológicas Licenciatura/vespertino, Educação Física Bacharelado/matutino e Licenciatura/noturno e Pedagogia/noturno)⁵, razão pela qual, exclusivamente nessa UNA, o processo de seleção dos bolsistas para aplicação do questionário foi diferenciado. Optou-se por encaminhar o questionário para os bolsistas matriculados nesses cursos indiferentemente da habilitação. Artes Visuais Licenciatura apresentou quatro (04) bolsistas matriculados na última fase, Ciências Biológicas Bacharelado, três (03), Educação Física Bacharelado, dois (02), Educação Física Licenciatura, quatro (04), e Pedagogia apresentou cinco (05) bolsistas matriculados na última fase no segundo semestre de 2013.

A pesquisa, conforme já apontado, foi desenvolvida numa perspectiva qualitativa, envolvendo uma investigação de caráter exploratório que buscou conhecer a trajetória dos bolsistas até o ensino superior, bem como as condições de permanência e socialização junto ao meio acadêmico. O estudo de caso qualitativo, segundo Ludke e André (1986, p. 18), “é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.”

Nesse sentido, após oito (08)⁶ anos de programa Prouni na UNESC, buscou-se analisar, a partir dos dados coletados empiricamente, bem como por meio da legislação e à luz das teorias específicas, de que maneira o programa Prouni vem se desenvolvendo

⁵ Informações do coordenador do Prouni da UNESC, conforme o Termo Aditivo do programa Prouni (segundo semestre de 2013). Acesso em: 10 out. 2013.

⁶ Segundo informações do coordenador do programa Prouni da UNESC, foi a partir de 2006 que a instituição passou a ofertar bolsas de estudo pelo Prouni.

na instituição no que se refere à inclusão dos sujeitos oriundos de camadas populares no ensino superior e à permanência desses ao longo dos anos necessários à conquista do diploma.

Assim, torna-se relevante conhecer esse universo para se chegar a uma íntima compreensão em relação à realidade vivenciada pelos estudantes e até mesmo para contribuir com as discussões apresentadas que defendem a construção de políticas públicas menos fragmentadas, ainda que timidamente e a partir de uma realidade específica.

Deste modo, a fim de discutir e abarcar todos os propósitos deste estudo, este trabalho foi organizado em quatro capítulos.

No capítulo intitulado “Políticas Educacionais: entre avanços e retrocessos” são apresentadas as políticas educacionais brasileiras por meio das quais visa-se democratizar o ensino superior. Para dar visibilidade à realidade dos usuários dessas políticas, são discutidas questões que abordam o acesso das camadas populares ao ensino superior, procurando destacar as desigualdades incorporadas nesse processo.

O capítulo “Universidade: que lugar é esse?” traz um breve histórico da expansão do ensino superior no Brasil, buscando contextualizar as condições em que a educação superior passou a ser realidade para a população brasileira. Na sequência, apresentam-se brevemente a história da UNESCO, seus programas de bolsas de estudo e financiamentos e a política de permanência desenvolvida pela instituição.

O terceiro capítulo, “Programa Universidade para Todos - Prouni: do discurso oficial à realidade acadêmica” expõe o ponto de vista dos autores em relação ao programa, levando em consideração a realidade dos estudantes oriundos de camadas populares, bem como a realidade das instituições privadas de ensino. Por fim, são discutidas questões referentes aos preceitos legais do Prouni e à realidade do programa na UNESCO.

A partir da interpretação dos dados coligidos, o quarto capítulo, “O caso da UNESCO- Analisando os dados”, discute-se os resultados da pesquisa, buscando dar visibilidade às experiências vivenciadas pelos estudantes oriundos de camadas populares em sua trajetória de formação acadêmica.

Finalizando, são apresentadas as conclusões decorrentes dos dados analisados, com reflexões acerca do tema em questão. Algumas reflexões são latentes, fazendo-se presentes mesmo após o término do trabalho, pois ao adentrar nesse universo percebeu-se que, em meio a tantos bolsistas, todos se encontram resguardados legalmente pelos

mesmos critérios de seleção: foram aprovados no ENEM, possuem renda per capita de até um salário mínimo e meio e são egressos do ensino médio de escola pública ou de instituição privada na condição de bolsista integral. Mas, a despeito da semelhança na origem social e nas condições de vida, ao se aproximar desses sujeitos pode-se perceber, com base nas suas realidades, as particularidades de cada bolsista, determinantes para a sobrevivência na universidade.

1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Para vislumbrar os atuais reordenamentos ocorridos na educação superior, propõe-se, neste capítulo, apresentar as políticas educacionais em andamento ao longo dos últimos anos a partir do Plano Nacional da Educação - PNE (2001-2010), que define metas e estratégias visando democratizar com qualidade a educação.

Pretende-se assim, nesse momento, fazer um recorte das políticas educacionais previstas no PNE direcionadas à educação superior, principalmente no que se refere à ampliação das matrículas e, posteriormente, dar visibilidade às políticas de expansão direcionadas ao ensino privado.

No percurso de buscar incluir os excluídos do sistema educacional por meio da implantação e implementação de políticas públicas, podem-se observar mudanças no cenário educacional brasileiro por meio da ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior. Porém, nessa dinâmica, observam-se também descaminhos quanto à legitimação dessas políticas, constituindo-se muitas vezes num processo aparente de inclusão.

Entende-se que, em função do sistema capitalista, a educação foi sucateada, considerada como um produto de mercado rentável, o que culminou na expansão acelerada das instituições privadas de ensino. Segundo críticas feitas por autores que defendem educação de qualidade e para todos Carvalho (2006), Cunha (1988), Sguissardi (2000), Zago (2006), essas instituições que, em sua maioria, são faculdades, não apresentariam condições de permanência para os estudantes oriundos de camadas populares nesse nível educacional.

Assim, neste capítulo pretende-se evidenciar as possibilidades desses sujeitos transformarem suas histórias de vida a partir do acesso ao ensino superior. Logo, questiona-se se realmente as políticas públicas existentes vêm incluindo os excluídos, já que esses, quando adentram no novo universo, deparam-se com inúmeras outras dificuldades que vão além do acesso.

Por fim, apresenta-se a educação superior em números, evidenciando os índices de matrícula, a expansão das vagas, a natureza das instituições de ensino, bem como outros elementos que retratam a educação superior brasileira e a realidade daqueles que dependem da educação para ascender socialmente e/ou para ampliar suas possibilidades de escolha.

Deste modo, busca-se dar visibilidade ao discurso sobre a democratização do ensino superior a partir das políticas educacionais atualmente vigentes. Para isso, foi realizada uma pesquisa baseada em documentos oficiais, legislação e em autores que discutem essa temática e defendem a educação como direito universal.

1.1 O DISCURSO ACERCA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Por inúmeras razões os brasileiros projetaram na educação grandes expectativas. Assim, todas as mudanças que têm ocorrido no campo educacional são carregadas de sentimentos de esperança por aqueles que dependem da educação para mudar de vida.

Porém, ao verificar-se as políticas que visam compensar as deficiências educacionais ao longo das últimas décadas, pode-se constatar que essas são também constituídas por descaminhos quanto à legitimação da educação como direito de todos.

Buscando nos documentos oficiais compreender o processo de implantação e implementação das políticas educacionais, verificou-se o esforço do governo em ampliar as vagas nas instituições de ensino superior. Porém, tal incentivo abriu margens para a expansão significativa da rede privada. O ensino privado acentuou-se após a Reforma de 1968 e se fortaleceu devido à pouca representatividade dos grupos minoritários excluídos da educação pública superior. Para Martins (2009, p. 16),

[...] a Reforma de 1968 visou fundamentalmente a modernização e expansão das instituições públicas, destacadamente das universidades federais. O surgimento do “novo” ensino superior privado constitui um desdobramento da Reforma de 1968, uma vez que as modificações introduzidas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente as matrículas para atender à crescente demanda de acesso [...]

Ainda segundo Martins (2009), a reforma universitária veio para reestruturar o ensino superior, criando assim condições inovadoras e também propícias à massificação da educação, não perdendo de vista, é claro, as modificações ocorridas no campo político nacional em 1964, pós ditadura militar.

A fim de reverter o quadro de desigualdades apresentadas diante dos excedentes marginalizados socialmente, o governo, ao longo dos últimos anos, buscou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, visando atender as aspirações da sociedade, minimizando a desigualdade social. Algumas das ações que possibilitaram a expansão da educação superior foram conquistadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996).

Segundo Costa, Francisco e Goto (2010), o crescimento econômico a partir da industrialização exigiu dos trabalhadores cada vez mais qualificação, fazendo com que o governo direcionasse sua atenção à educação. Na década de 1990, houve então uma considerável mudança no ensino superior com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, que definiu mudanças para o ensino superior público e privado.

Entre as mudanças, a obrigação indissociável, do ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Além disso, o ensino público ganhou mais autonomia, podendo as instituições administrar o seu próprio orçamento e realizar parcerias (público-privado). No setor privado houve um crescimento considerável do número de instituições que, por sua vez, acabou enfraquecendo o investimento do governo no setor público. Outra conquista, a partir da LDBEN de 1996 foi determinar que a União encaminhasse ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação - PNE.

O PNE ancora-se na legislação brasileira e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, diz que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD), de 1996 (Lei n. 9.394/96), determina que a União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (AGUIAR, 2010, p. 709).

Nesse contexto, fruto da Constituição Federal de 1988, foi aprovado em 09 de Janeiro de 2001 (Lei nº. 10.172) o Plano Nacional de Educação (2001-2010). Em síntese, os objetivos e prioridades estabelecidos no PNE consistem na elevação global do nível de

educação da população, na melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, na redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública, e na democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2001).

Considerando o cenário político e econômico do país, ao final da década de vigência do plano constatou-se que este não se efetivou totalmente conforme os objetivos e metas definidas. Um dos objetivos não alcançados pelo PNE foi elevar a taxa líquida de matrícula no ensino superior para 33% entre os jovens de 18 a 24 anos de idade (BRASIL, 2001).

O PNE surgiu com a proposta de direcionar o caminho a ser trilhado pela educação, porém reconhecem-se, as dificuldades em legitimar todas as ações que visam à melhoria da qualidade educacional.

Para Aguiar (2010, p.709),

[...] avaliar um plano desta natureza e magnitude significa adentrar no debate da política educacional e de seus determinantes, tendo presente o contexto do desenvolvimento do país e sabendo que o alcance dos seus objetivos e metas decorre dos resultados das lutas concretas entre grupos sociais com interesses distintos e diversos, que disputam a hegemonia nesse processo.

Diante dessas questões, verificou-se que as metas e as estratégias previstas no PNE careciam de uma maior objetividade e respaldo social. Para Pinto (2002 apud COSTA; FRANCISCO; GOTO, 2010, p. 06):

O PNE assumiu responsabilidades financeiras que não condiziam com a realidade do país. De acordo com o autor, na época de sua promulgação, o investimento do PIB na educação era na ordem de 4%. Em contrapartida, para se alcançar as metas do PNE, seria necessário um investimento na ordem de 10% do PIB, o que certamente configuraria um grande desafio. Essas características fizeram com que fosse necessário estudar mais profundamente uma reconfiguração do ensino superior no país, embasando-se em um documento intitulado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE foi aprovado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a educação do país (BRASIL, 2007). No plano, são previstas ações que visam identificar com precisão os problemas que afetam a educação brasileira e, a partir desses, melhorar a sua qualidade.

O PDE comporta mais de 40 programas, porém neste estudo será ressaltado às ações direcionadas à educação superior. Nesse sentido, o plano visa atender nesse setor: I) expansão da oferta de vagas, II) garantia de qualidade, III) promoção de inclusão social pela educação, IV) distribuição territorial e V) desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007).

O PDE tem como proposta ser mais diretivo na execução das ações estabelecidas no PNE (2001-2010), por meio de uma visão sistêmica entre a educação básica, superior, tecnológica e a alfabetização. A partir desses níveis, busca potencializar as políticas educacionais de forma que se fortaleçam umas às outras. A concepção de educação que inspira o PDE e que perpassa todos os seus programas,

[...] reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. (BRASIL, 2007, p. 04).

O PDE articula-se por meio de uma visão sistêmica, dialogando entre a educação básica, superior, tecnológica e a alfabetização. A partir desses níveis, busca potencializar as políticas educacionais de forma que se fortaleçam umas às outras.

Assim, a melhoria da qualidade da educação básica depende da formação de seus professores, o que decorre diretamente das oportunidades oferecidas aos docentes. O aprimoramento do nível superior, por sua vez, está associado à capacidade de receber egressos do nível básico mais bem preparados, fechando um ciclo de dependência mútua, evidente e positiva entre níveis educacionais. (BRASIL, 2007, p. 09).

Assim, a partir do PDE apresentou-se o projeto de lei referente ao PNE (2011-2020)⁷, que foi então reformulado com mais objetividade em relação aos recursos e áreas a serem investidas, buscando pontualmente nos 12 artigos e nas 20 metas estabelecidas, estratégias que visam garantir uma educação de qualidade. Vale registrar que estamos no ano de 2014 e o PNE (2011-2020) ainda não foi aprovado, sendo apenas um projeto de lei que se encontra no Senado para ser votado.

O projeto de lei do PNE (2011-2020) no seu art. 2º apresenta como diretrizes: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação (BRASIL, [2013a], p. 01).

Em relação ao ensino superior, a meta 12 do PNE visa elevar a taxa bruta de matrícula nas instituições de ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população entre 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Essa é uma das metas cruciais do PNE, uma vez que também não foi atingida no decênio 2001-2010. No intuito de ser concretizada, foram estabelecidas estratégias para contemplar os objetivos propostos.

Dentre as estratégias definidas na meta 12 do PNE (2011-2020), buscou-se: otimizar a estrutura física e os recursos humanos das instituições de forma a ampliar o acesso à graduação; ampliar a oferta de vagas por meio da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil uniformizando a expansão no território nacional; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 mediante estratégias de aproveitamento de créditos; fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica nas áreas de ciências e matemática; ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas para

⁷Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 27 jul. 2013.

estudantes egressos da escola pública; expandir o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES por meio da constituição de fundo garantidor de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador; assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares de graduação em programas e projetos de extensão universitária; ampliar a oferta de estágio; ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos mediante políticas afirmativas; assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior; fomentar estudos e pesquisas sobre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país; consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional; expandir atendimento específico a populações do campo e indígena; mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica; institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação; consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados (BRASIL, [2013a], p. 13).

Por fim, o projeto de lei do PNE (2011-2020) apresenta a meta 20, que pretende ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do país (BRASIL, [2013a], p. 19).

Após a leitura dos planos, metas e estratégias que visam melhorar a qualidade da educação do país, é possível observar os caminhos e descaminhos desse direito. Isso porque a garantia de uma educação como direito de todos já se encontra resguardada legalmente, porém nessa luta de interesses, a cada documento oficial a educação necessita ser reafirmada como direito.

Assim, verifica-se que todas as mudanças que vêm ocorrendo no cenário brasileiro em relação à expansão do ensino superior foram direitos garantidos primeiramente pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN de 1996, pelo PNE (2001-2010) e pelo PDE (2007) que, por sua vez, redefiniu as ações propostas pelo plano, apresentando o projeto de lei do PNE (2011-2020), projetando nesse documento transformar a educação brasileira.

Considerando essas questões, neste momento serão apresentadas algumas das ações do PDE direcionadas à educação pública superior e na sequência ao ensino superior privado.

Buscando a melhoria da educação pública foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. O REUNI tem como finalidade imediata o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação. Na busca por aumentar as vagas nas instituições públicas, o REUNI enquanto instrumento de inclusão social pretende expandir os cursos noturnos, ampliar a mobilidade estudantil e rever a estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação. Apresenta também, como objetivo, uma expansão democrática desse nível de ensino, permitindo aos estudantes de camadas sociais menos favorecidas melhores condições de acesso à universidade pública (BRASIL, 2007).

Na educação a distância, as ações ocorreram por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB, que teve um aumento considerável no número de polos. Outras ações do PDE encontram-se direcionadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET. Como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, esses institutos têm ações voltadas para o ensino médio e o mercado profissional (BRASIL, 2007).

No que diz respeito à expansão do acesso ao ensino superior privado, as ações do PDE promovem inovações no funcionamento do FIES, articulando-o ao programa Prouni (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, o bolsista Prouni parcial (50%) pode também possuir o FIES (50%). Além disso, o FIES foi reformulado podendo contemplar a ampliação do prazo de amortização do financiamento, o aumento do percentual da anuidade (até 100%), a redução dos juros, a possibilidade do fiador solidário, além do Fundo Garantidor - FGDOC, inovações que, combinadas com o Prouni, permitirão ampliar ainda mais o acesso ao ensino superior. Tanto o Prouni quanto o FIES passam a ter como parâmetro as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, contribuindo para a consolidação desse inédito sistema de avaliação (BRASIL, 2007).

Os três componentes do SINAES (avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes) dialogam entre si; a avaliação se tornou a base da regulação, em um desenho institucional que criou um marco regulatório coerente, assegurando ao Poder Público maior capacidade, inclusive do ponto de vista jurídico, de supervisão sobre o sistema

federal de educação superior, o que abre às boas instituições condições de construir sua reputação e conquistar autonomia. (BRASIL, 2007, p. 30).

Com um planejamento integrado entre os níveis educacionais e esferas e, sob a avaliação do SINAES, para o governo os números apresentados de acesso ao ensino superior têm sido positivos. Conforme está explicitado no PDE (BRASIL, 2007, p. 29), “a questão do acesso foi tratada corretamente: os alunos não chegavam à educação superior por uma questão econômica, não por falta de méritos.”

Diante dessa concepção é possível compreender o direcionamento da educação e os investimentos do governo referentes à expansão das vagas. Entende-se que a dificuldade dos estudantes de inserir-se no ensino superior não ocorre por falta de preparação, e sim por falta de vagas nas instituições, o que por sua vez limitava o acesso. Após a definição dessas premissas, verificaram-se os seguintes investimentos nessa área:

Foram criadas quatorze novas Universidades públicas; promoveu-se a expansão de novos campi nas Universidades públicas já existentes por meio do REUNI; estão sendo criadas centenas de Institutos Federais de Educação Superior – Ifes; houve a ampliação da ação do Programa Universidade para Todos - Prouni passando a atuar juntamente com o Financiamento Estudantil - FIES; e realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB, com a criação de dezenas de polos em todo país. (COSTA; FRANCISCO; GOTO, 2010, p. 06).

Verifica-se que a grande oferta de vagas nas instituições de ensino superior tem sido mediada por incentivos públicos com vistas a democratizar a educação em todos os níveis. Pensando nisso, antes de dar continuidade à discussão apresentando os índices de acesso ao ensino superior, vale destacar as palavras de Sguissardi (2000, p. 43), quando discute como e onde efetivar objetivamente a democratização do ensino superior:

Ser utópico sem ser otimista ingênuo é saber que a democratização do acesso e garantia de não

evasão e conclusão do curso superior depende de políticas de inclusão social, de distribuição de renda, de erradicação da indigência e da pobreza que afetam mais de metade dos brasileiros, de prévia democratização do acesso a um ensino médio de alto nível, e que, finalmente, essas políticas iriam a contracorrente do que tem sido feito ao longo dos últimos anos no país [...]. Além disso, é saber que a universidade de que falava Anísio Teixeira – imprescindível à existência de um povo ou nação soberana – era ontem como o é hoje a universidade verdadeiramente autônoma; que ensinasse, porque também produtora de conhecimentos; que fosse gerida e administrada democraticamente, sem imposições do poder do Estado; que fosse a “mansão da liberdade”, da busca permanente da excelência acadêmica; que fosse pública em sua natureza mais essencial, socialmente comprometida, e garantida pelo Estado, gestor do fundo público.

1.2 ONDE NOS ENCONTRAMOS? OS ÍNDICES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mesmo com consideráveis avanços no que diz respeito ao acesso à educação superior, sua democratização continua sendo um desafio a ser enfrentado. Segundo informações do Censo da Educação Superior, a taxa bruta da população de 18 a 24 anos que declara estar na graduação (faixa esperada para cursar o ensino superior) é igual a 27,8% e a taxa líquida é de apenas 14,6% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011). Ou seja, um percentual muito distante do que se encontra previsto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional.

Em função da supervalorização do capital e do lucro, a classe trabalhadora foi privada por muito tempo de educação, saúde, cultura, lazer, dentre outros direitos que, na luta pela sobrevivência, não foram acessíveis em função de um sistema econômico discriminatório e excludente.

Nesse sentido, a educação fez parte da realidade de um público seletivo, elitizado, que movido por interesses particulares, impediu a sociedade como um todo de se apropriar do conhecimento construído pela humanidade. Connell (1995) expõe em sua análise em que

momento e em que condições a educação passou a ser acessível para as camadas populares. Conforme suas palavras:

No início do século XX, os sistemas educacionais eram, em sua maioria, nítida e deliberadamente estratificados: segregados por raça, gênero e classe social, divididos entre escolas acadêmicas e técnicas, públicas e privadas, protestantes e católicas. Uma série de movimentos sociais envolveu-se na luta para dessegregar escolas, para estabelecer uma escola secundária abrangente e para abrir as universidades para grupos excluídos. Os sistemas educacionais de meados do século, como resultado dessa pressão, tornaram-se mais acessíveis [...] (CONNELL, 1995, p. 14).

Diferentemente do passado, o ingresso no ensino superior tem sido promovido por políticas públicas que visam ampliar as possibilidades de acesso. No entanto, mesmo com a expansão das vagas nas instituições de ensino, a democratização é polêmica, pois busca-se, por meio de políticas educacionais, incluir socialmente indivíduos que por muito tempo viveram às margens da sociedade.

Reconhece-se que levando em consideração o histórico de desigualdades, seja de escolaridade ou de cultura dentre tantas outras diferenças econômicas e sociais, torna-se desafiante democratizar o ensino superior, sobretudo levando em consideração a realidade dessa parcela da população que não teve a oportunidade de trilhar outros caminhos senão a luta diária pela sobrevivência. Para Mendes (2012, p. 132),

Cabe, com isso, refletir que, num sistema econômico tão injusto e desigual, a *inclusão* por meio da educação precisa ser adjetivada. É preciso caracterizar de que forma se dá esse ingresso. A transparência do termo *inclusão* é precisamente sua maior armadilha, uma vez que qualquer ser humano está incluído no sistema econômico global. O sistema segrega, divide, “exclui”, tendo por base a posição social e (consequentemente) educacional. O que nos cabe analisar é de que maneira se dá este processo, se esta inclusão se dá de maneira plena ou se se trata de uma inclusão precária. De fato, apesar de este estudante

hipotético estar incluído de alguma maneira numa instituição, cabe-nos indagar se está incluído como mero cliente ou se há espaço para tomar as rédeas de sua vida por meio de decisões autônomas.

No Brasil, os índices de acesso ao ensino superior, vale dizer, acesso, não levando em consideração a permanência, pelo menos não tanto quanto se deveria, vêm crescendo aceleradamente. Segundo o Censo da Educação Superior, encontram-se matriculados 6.739.689 de estudantes sendo que, desses, 1.464.628 têm algum tipo de financiamento, o que corresponde a 21,7% das matrículas. Em relação às instituições de ensino superior, 88,0% das IES são privadas e 12,0%, públicas, sendo 4,7% estaduais, 4,3% federais e 3,0% municipais (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

A democratização do ensino superior tem sido bastante questionada, posto que é no sistema privado e em faculdades que as vagas têm se expandindo consideravelmente. Como diria o estudioso de políticas públicas Sguissardi (2008, p. 993), “o modelo de expansão no país tem conduzido cada vez mais a uma estreita e neopragmática sociabilidade produtiva.”

Vale registrar que no ano de 2011, das 2.365 instituições de ensino superior que participaram do Censo, 84,7% são faculdades, 8,0% são universidades, 5,6% são centros universitários e 1,7% representam a soma de institutos federais de educação, ciência e tecnologia - IFs e de Centros Federais de Educação Tecnológica - Cefets (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011). Nesse sentido, para Sguissardi (2000, p. 21):

Pode-se supor que em torno de 4/5 da população estudantil dita universitária obtém sua formação de nível superior em IES que não cumprem o preceito básico do modelo humboldtiano de universidade, isto é, a associação ensino-pesquisa, isto sem se falar na extensão, recentemente agregada a esse já clássico binômio, para constituir o paradigma de uma universidade socialmente referenciada.

Na teoria, todos encontram-se incluídos e resguardados por um conjunto de leis que garante educação para todos, mas na prática a realidade toma outros rumos. As matrículas no ensino superior têm crescido consideravelmente nos últimos anos, porém grande parte da população acabou tendo a possibilidade de ingressar somente no ensino superior privado.

Assim, os índices de matrículas na educação superior aqui apresentados apontam para um futuro desafiador, pois mesmo com a ampliação das vagas, a universidade pública ainda é predominantemente elitizada. No ensino privado as dificuldades são ainda maiores visto que a permanência, também necessária à conclusão da graduação e para o sucesso da democratização, pouco tem recebido atenção das políticas públicas. A rede privada, atualmente concentra 73,7% das matrículas de graduação. Também é responsável por 67,7% dos cursos de graduação e possui 88,0% das IES (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Zago (2006, p. 228), uma estudiosa da escolarização nos meios populares, voltada especialmente para as trajetórias escolares no ensino fundamental e médio e, mais recentemente, no ensino superior, afirma que “[...] a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público.”

Atualmente, inúmeras são as críticas feitas ao sistema privado de educação superior uma vez que as instituições em sua maioria são faculdades, não apresentando a mesma qualidade de ensino que se mantém no setor público, principalmente nas universidades. Além disso, também vem recebendo críticas por não apresentar condições favoráveis à permanência dos estudantes oriundos de camadas populares que, por sua vez, necessitam ser subsidiados por programas de assistência estudantil, tais como auxílio alimentação, moradia, transporte, dentre outros.

Porém, a rede privada tem sido a saída para muitos estudantes que, historicamente, não tiveram possibilidade de continuar seus estudos na educação pública e, que veem, no sistema privado, a oportunidade de ascender socialmente. Segundo o Censo da Educação Superior, a rede privada apresenta um crescimento de 4,9% das matrículas (que passam de 4.736.001, em 2010, para 4.966.374, em 2011), 8,8% do total de ingressos (que partem de 1.706.345, em 2010, e alcançam 1.856.015, em 2011) e 1,9% de concluintes (os quais passam de 783.242, em 2010, para 798.348, em 2011) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Comparado à rede pública, a diferença do número de matriculados é visível. Mesmo a rede pública tendo um acréscimo nos números, é na rede privada que se encontra a maioria absoluta das matrículas. Na rede pública, as matrículas aumentam 7,9% (de 1.643.298, em 2010, para 1.773.315, em 2011), o total de ingressos aumenta 3,1% (de 475.884, em 2010, para 490.680, em 2011) e os concluintes, 14,6% (de 190.597, em 2010, para 218.365, em 2011) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

Diante desses números pode-se observar que a universidade pública, por possuir menor número de matrículas, é também o sistema mais concorrido. Tal fato permite que apenas os estudantes mais bem preparados façam parte do seu universo. Em comparação ao Ensino Médio, as estatísticas também são bastante preocupantes. Francisco Soares, especialista em avaliação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e membro do Conselho Nacional de Educação - CNE, lembra que

[...] o baixo desempenho dos alunos que se formam no Ensino Médio pode se refletir no Ensino Superior. É uma situação muito preocupante, ainda mais agora, com a lei dizendo que esses alunos serão admitidos na Educação Superior, em função do projeto de lei aprovado no Senado que garante 50% das cotas em universidades e institutos federais para alunos oriundos de escolas públicas. A universidade não dá conta de consertar o que a Educação Básica não fez. O Ensino Médio reúne hoje as mais preocupantes estatísticas da Educação Básica brasileira. Apenas metade dos jovens com 19 anos declara ter concluído o Ensino Médio [...] ⁸

Os fatores preparação/conhecimento e situação econômica são os grandes responsáveis pelos índices apresentados. A desigualdade social, a dificuldade financeira e a falta de oportunidades fazem parte da história de vida da grande maioria dos brasileiros. As poucas

⁸Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/23674/ideb-do-ensino-medio-fica-praticamente-estagnado/>>. Acesso em: 29 de jul. 2013.

possibilidades de escolha são consequências de uma precária educação e/ou até mesmo inexistente para muitos desses sujeitos.

Helene e Matsushigue (2012, p. 14), em uma discussão sobre a desigualdade educacional do Brasil, ressaltam que é preciso olhar para o futuro sem esquecer o passado. E assim resumem essa realidade:

Para que essa situação se perdure até hoje, a má distribuição de oportunidades educacionais é fator determinante. De fato, o sistema educacional tem papel fundamental na concentração de renda, em especial no Brasil, por dois fatores complementares. De um lado, a educação escolar recebida por uma criança ou um jovem, tanto em números de anos frequentados quanto na qualidade do ensino recebido, depende muito fortemente das possibilidades econômicas e financeiras de sua família; de outro lado, a renda de uma pessoa depende, também de forma muito marcante, de sua formação escolar. Assim, a combinação desses fatores constrói um círculo vicioso que contribui de forma decisiva para reproduzir no futuro novas desigualdades atuais.

Por essa razão, quando esses sujeitos ultrapassam as barreiras e adentram nesse novo universo desconhecido, ocorre uma adaptação das suas condições à nova realidade. Logo, o turno, o curso e a instituição escolhida são de acordo com as suas possibilidades.

Outro fator que retrata as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos estudantes pode ser observado quando verifica-se o turno em que se encontra a maior parte das matrículas no ensino superior. O Censo da Educação Superior registra que a maioria das matrículas se encontra no período noturno, um total de 3.644.979, ou seja, 63,5% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011). Os números permitem deduzir que a maioria dos estudantes opta por cursos noturnos porque sua realidade econômica exige uma fonte de renda, ou seja, um trabalho que possibilite a permanência na universidade.

Buscando melhorar de vida, dia a dia esses estudantes driblam uma rotina entre trabalho, estudo e família, pois a educação é uma das poucas oportunidades de mudar a realidade dessa parcela da sociedade que não apresenta condições de arcar com as mensalidades em uma

universidade privada e, que, devido à defasagem escolar, também não conseguem adentrar em uma universidade pública.

Por conseguinte, analisar a realidade vivenciada pelos indivíduos que dependem da educação para ascender socialmente é a discussão que será feita a seguir, já que, para estes, o ensino superior não é apenas a posse de um diploma, e sim a oportunidade de ampliar as possibilidades de escolha em uma sociedade marcada pelas diferenças e pela exclusão social.

1.3 O ACESSO DAS CAMADAS POPULARES À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A BUSCA PELA ASCENSÃO SOCIAL

O desejo de adentrar no ensino superior relaciona-se ao sentimento de pertencimento a uma sociedade excludente que, regulada pelo capitalismo, exige cada vez mais pessoas qualificadas para o seu desenvolvimento. O acesso à escolarização, por sua vez, como segurança de uma melhor qualidade de vida, ainda não tem feito parte da realidade da grande maioria da população do país. Nesse sentido corrobora Yazbek (2012, p. 294):

A pobreza tem sido parte constitutiva da história do Brasil, assim como os sempre insuficientes recursos e serviços voltados para seu enfrentamento [...]. Os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade. Estamos nos referindo a uma sociedade desde sempre desigual e “dividida entre enclaves de “modernidade” e uma maioria sem lugar”, uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias [...]

Na busca pela democratização da educação e resgatando um pouco da história do nosso país, pesquisas têm revelado que o sistema educacional no Brasil passou por uma “transição desde um sistema educacional reduzido, típico de uma sociedade predominantemente rural, para o atual sistema de ensino de massas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003, p. 106). Para Souza (2012), essa forte expansão das matrículas não ocorreu somente no ensino superior, mas também na educação básica e no ensino fundamental e médio:

Essas transformações resultaram em um movimento de ampliação das oportunidades educacionais para as camadas populares no Brasil e na conquista de uma trajetória educativa de maior longevidade de crianças e jovens oriundos da classe trabalhadora. No ensino médio, os números imprimem grande magnitude às mudanças ocorridas. Entre 1991 e 2010, as matrículas nesse nível de ensino saltaram de 3.772.698 para 8.357.675. Ou seja, em um intervalo de 19 anos o número de estudantes do ensino médio mais que dobrou, sendo que este incremento significativo se realizou, sobretudo, a partir da expansão na rede pública de ensino e da inserção escolar de jovens pobres, cujos pais, em grande maioria, tiveram nenhuma ou pouca escolarização. (SOUZA, 2012, p. 91).

Conforme verifica-se, aumentou significativamente nos últimos anos o número de jovens e adultos que se encontram estudando ou que voltaram a ocupar os bancos escolares. No entanto, quando se fala na qualidade educacional, esta não tem sido tratada com o cuidado que deveria, ou seja, esses sujeitos têm pouco acesso a uma educação que amplie suas possibilidades de escolha, uma vez que, se assim fosse, ao chegarem ao ensino superior, ao invés de buscar bolsas de estudos em instituições privadas, adentrariam no ensino superior público. Vahl (1980, p.14), embora escrevendo na década de 1980 sobre algo que continua atual, afirma: “o ensino superior no Brasil ainda é elitista e o fator socioeconômico exerce considerável influência no processo de seleção.”

Tentando reverter esse quadro de desigualdades, o país vive um processo de implantação e implementação de políticas que visam compensar um passado desigual para a grande maioria da população que aqui reside. A precária realidade socioeconômica da grande maioria da população é também resultado da má distribuição de renda que gera grande poder econômico, cultural e intelectual para poucos e, conseqüentemente, a ignorância para muitos. Para essas pessoas que sonham em melhorar a sua qualidade de vida, a educação ocupa um papel fundamental quando se busca um futuro melhor. Nesta direção, segundo Belloni e Neto (2000, p. 197):

Parte-se do princípio ou pressuposto que a sociedade democrática do futuro está baseada não apenas no acesso/distribuição de riqueza, bens e serviços, mas fundamentalmente no acesso/distribuição de conhecimento como um instrumento de democracia. Assim, a democratização do acesso à educação é fator condicionante da possibilidade de começar já a construir as bases do presente e do futuro. Na história recente da humanidade está claro que a alta qualificação e especialização de profissionais é a condição necessária para uma nação atingir o desenvolvimento econômico e sustentável.

Porém, vários são os agravantes postos socialmente que impedem aos indivíduos oriundos de camadas populares se apropriarem da educação, como por exemplo, a precária condição socioeconômica, o trabalho, além do tempo, dedicação e de possibilidades concretas de acesso e permanência, nesse caso no ensino superior. Assim, o desejo de estudar muitas vezes é abandonado devido à falta de condições objetivas que dificultam a conclusão dos estudos, fazendo com que grande parte dos brasileiros permaneçam cada vez mais na condição de miserabilidade devido à falta de acesso à educação. Para Yazbek (2012, p. 290):

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade.

No modo de produção capitalista, numa sociedade de classes, a riqueza produzida pela humanidade encontra-se nas mãos de uma minoria que detém o poder e o domínio dos meios de produção. Assim,

a maioria que possui apenas a força de trabalho é dominada pela elite que, dia a dia, impede a grande massa de se apropriar da riqueza produzida por eles, mas estranha a eles.

Nesse ritmo, a pobreza multiplica-se cada vez mais devido à falta de acesso a bens e direitos que, mesmo garantidos constitucionalmente, acabam se distanciando das possibilidades de acesso por parte dos trabalhadores. Como consequência, a grande massa é privada não só dos bens materiais, mas de cultura, lazer e, principalmente, de dignidade. A pobreza, para Martins (1991, p. 15 apud YAZBEK, 2012, p. 290):

[...] é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças.

A privação da saúde, assistência social, segurança pública, cultura, lazer dentre tantos outros direitos, incluindo a educação, é problema de ordem estrutural. Cada dia mais tem-se reafirmado a ilusão democrática, onde na lei todos se encontram resguardados, mas na prática a realidade é outra. Numa sociedade capitalista, em que a lógica do capital é a multiplicação do lucro e não a satisfação das necessidades humanas, não se pode perder de vista que a falta de acesso à educação não é somente um problema pontual e/ou individual. Para Montañó (2012, p. 285):

A desigualdade no capitalismo não se resolve apenas com uma socialização parcial da riqueza, mas com a eliminação das classes e da exploração do trabalho pelo capital, ou seja, com a superação da ordem capitalista. O sistema capitalista é um sistema estrutural e irremediavelmente desigual: supõe a “exploração” de uma classe por outra; apropriação pelo capitalista do valor produzido pelo trabalhador; subalternização das massas pelo comando econômico/político/ideocultural do capital; expulsão de massa de trabalhadores excedentes ou obsoletos para as necessidades do desenvolvimento e da acumulação capitalista.

Na lógica individualista inerente ao capital, a falta de condição financeira da grande maioria leva os indivíduos a se culpabilizarem

pelos seus fracassos, quando na realidade ocorre uma inversão de valores socialmente postos que, ao contemplar as exigências do mercado econômico, ignora as necessidades humanas. Nesse sentido corrobora Montañó (2012, p. 272), quando afirma que no capitalismo, “[...] a questão social, portanto, passa a ser concebida como “questões isoladas”, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem.” Nessa perspectiva, o indivíduo é levado a assumir a responsabilidade pelos seus fracassos e/ou pela sua falta de sorte e, assim, a pobreza tende a ser naturalizada e difundida como consequência da incapacidade do sujeito, e não como um problema social.

A pobreza no capitalismo, explica Montañó (2012), tende a ser associada não a um problema de ordem estrutural, resultado do sistema econômico, mas à falta de conhecimento dos sujeitos sobre esse sistema. A dificuldade econômica é vista como um problema de ordem individual, resultado da falta de capacidade de planejar a própria situação financeira.

Diante disso, romper com a obriedade é uma luta constante. Logo, o fracasso torna-se resultado das dificuldades naturalmente postas, que surgem para esses indivíduos, como forma de os manter na mesma condição econômico-social. Assim, na luta pela sobrevivência, o trabalhador encontra-se a serviço da satisfação das necessidades apenas do capital e nessas condições

Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa. (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Imersos nessa precária realidade, esses sujeitos são desencorajados a mudarem suas realidades. O destino para esses indivíduos não é outro senão a luta pela sobrevivência, já que, cada vez mais, são afastados dos seus direitos e excluídos da riqueza socialmente construída.

Engessados pelo sistema, para alguns a esperança de uma maior escolarização ultrapassa essas condições desfavoráveis, já para muitos, isto é, para a grande maioria, a situação não é a mesma, e a

miserabilidade se repete de geração em geração. As palavras de Saviani (2004, p. 40) atentam para esta questão:

Sabemos quão precárias são as condições de liberdade do homem brasileiro, marcado por uma tradição de inexperiência democrática, marginalização econômica, política, cultural. Daí, a necessidade de uma educação para a libertação: é preciso saber escolher e ampliar as possibilidades de opção.

Os sujeitos oriundos de camadas populares enfrentam cotidianamente as adversidades causadas pela sua condição socioeconômica. Saviani (2004, p. 38), nesse sentido, busca significar, do ponto de vista da educação, a importância desta para o homem. Conforme o autor, educação “[...] significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens.”

Todavia, aproximar-se dessa realidade e intervir sobre suas nuances requer problematizar todo e qualquer posicionamento. Nessa direção, Yazbek (2012) busca evidenciar a realidade vivenciada pelos indivíduos oriundos de camadas populares. Apresentando o universo no qual estão inseridos e buscando agir sobre suas realidades, afirma que:

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e fadiga, pela crença na felicidade de gerações futuras, pela alienação e resistência e, sobretudo pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo [...] (YAZBEK, 2012, p. 292).

Em uma sociedade de classes, marcada pela exclusão e pelas diferenças, a educação é um dos meios de possibilidade de mudança, embora sejam muitos os desafios a serem enfrentados pelos indivíduos oriundos de camadas populares. Saviani (1975, p. 77), nesse sentido, é enfático quando afirma que:

[...] a educação, enquanto fenômeno se apresenta como uma comunicação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana, numa situação histórica determinada; e o sentido dessa comunicação, a sua finalidade é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção.

A desigualdade social vivenciada pela grande maioria dos brasileiros tornou a educação por muito tempo inacessível para a grande massa que depende do trabalho para sobreviver e do estudo para ascender socialmente. Ainda que a ampliação do acesso a educação tenha favorecido em parte a população que luta por educação, a permanência para os que estão sendo ‘includos’ no sistema educacional apresenta barreiras determinantes na vida acadêmica. Almeida (2007, p. 1982), em um trabalho desenvolvido sobre a apropriação dos recursos e espaços em uma Universidade por estudantes em desvantagens econômicas e educacionais, afirma que “[...] houve limites no processo de democratização da educação superior no Brasil, em que novos processos de diferenciação acabaram produzindo novas desigualdades educacionais no interior do sistema de ensino.”

Os sujeitos que almejam melhores condições de vida vivem uma realidade que carece de respaldo do Estado no acesso a políticas públicas que tendem a amenizar as questões sociais causadas pela falta de fruição dos seus direitos. Para Montañó (2012), o apaziguamento e não a extinção das questões sociais, a dependência dos sujeitos em relação ao Estado faz parte da própria lógica do sistema, pois não podemos desconsiderar que, “na ordem do capital a crise é estrutural e intrínseca; é parte necessária do próprio desenvolvimento capitalista e não uma “doença” transitória” (MONTAÑO, 2012, p. 281). Para uma verdadeira democracia, na perspectiva da teoria crítica, Soares (2012, p. 33), afirma que:

[...] a valorização da democracia direta no âmbito da sociedade moderna associa-se à possibilidade da constituição de uma esfera política sem a separação entre o Estado e cidadãos, caminho necessário para a superação da emancipação política e o alcance da emancipação humana.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p. 9) corroboram esta análise observando que: “compreender o sentido de uma política pública reclamaria transcender sua esfera específica e entender o significado do

projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão.” Logo, é necessário ultrapassar as políticas compensatórias e/ou assistencialistas. Para a construção de uma sociedade democrática é urgente que se constitua outra forma de organização social que não tenha o lucro como fim último, já que “a desigualdade social no Brasil é reflexo das contradições geradas pelo modo capitalista de produção e das contradições sócio-históricas presentes desde a formação da vida social [...]” (SOARES, 2012, p. 34).

A democratização da educação requer superar as deficiências carregadas por cada um desses estudantes desde a educação básica, pois ao chegar ao ensino superior, mesmo intermediado por políticas públicas o estudante não chega vazio, do nada, ele carrega consigo um histórico de privações, desigualdades e/ou falta de oportunidades desde os seus primeiros anos de vida. Para Gouveia, citado por Almeida (2007, p. 182), a democratização da educação “seria a completa equidade nas oportunidades de acesso aos diferentes níveis e tipos de ensino, oferecidos aos vários grupos da população [...]”

Assim, a democratização do ensino superior que estamos presenciando por meio de políticas que buscam ampliar o acesso aos direitos, neste caso, o acesso às vagas nas instituições, parece partir do princípio que todos até o momento receberam a mesma educação. Porém, na realidade verifica-se que a educação não é vivenciada de maneira igualitária por esses sujeitos.

Para muitos brasileiros, quando chega o momento de frequentar o ensino superior, ocorre que suas realidades precárias e deficientes exigem outras prioridades, resultando em muitos casos no abandono do estudo. Aos que tentam chegar ao ensino público em se tratando de nível superior já não é mais acessível, pois nele frequentam os estudantes mais preparados. Resta-lhes apenas a tutela do Estado, ou seja, ‘migalhas’ chamadas de direitos. No desejo de sair da miséria, buscam recursos nas políticas que visam compensar o histórico de desigualdade a que, tradicionalmente, de geração em geração, foram submetidos.

Assim, ao apresentarmos a pobreza como expressão de relações sociais vigentes na sociedade capitalista, é necessário buscar explicação dos processos de acumulação contemporâneos que têm como suporte os interesses do capital financeiro. Como sabemos, trata-se de um contexto caracterizado por mudanças aceleradas, por uma nova sociabilidade

e uma abordagem política ainda inscrita na agenda liberal. (YAZBEK, 2012, p. 316).

No desejo de mudar de vida, esses sujeitos projetam nessas políticas a possibilidade de construir novos sonhos, trilhar outros caminhos que permitam a transformação de suas realidades e, efetivamente, a apropriação e desfrute de seus direitos como sujeitos.

Porém verifica-se que os investimentos públicos não têm dado conta de atender as necessidades apresentadas por esses estudantes, pois para eles as dificuldades são inúmeras. Vahl (1980, p. 13) afirma que, “quanto à democratização do acesso ao ensino superior, verificou-se que é necessário encontrar o meio de eliminar ou compensar as dificuldades financeiras ou desigualdades socioculturais no recrutamento dos estudantes.”

Quando esses sujeitos ultrapassam as barreiras dos processos de seleção, seja dos vestibulares e/ou das provas de conhecimento, deparam-se com uma realidade diferente em suas vidas. A partir desse momento passam a ‘escolher’ o seu futuro. A escolha pela profissão passa a ser também um momento muito importante. Mas que futuro? Que escolha? Logo, se verifica que, para esses estudantes, as suas escolhas de futuro, as profissões almeçadas, para a maioria, estão aquém das condições objetivas de suas realidades.

Zago (2006), procurando retratar os desafios do sistema público superior enfrentado pelos estudantes oriundos de camadas populares observa que, para os egressos da escola pública, é contraditório falar até mesmo em “escolha do curso” já que esses “escolhem” os cursos menos concorridos. Para a autora, falar em escolhas significa ocultar a realidade concreta, a condição social, cultural e econômica da família, além do histórico de escolarização do candidato. Para eles, o curso escolhido não seria uma escolha realmente, e sim uma adaptação do candidato de acordo com a sua realidade. Bourdieu e Champagne (1997, p. 482;486 apud ALMEIDA, 2007, p. 184), ressaltam essas diferenças que hierarquizam o ensino superior. Do seu ponto de vista:

Por causa destes mecanismos, que se somam à lógica da transmissão do capital cultural, as mais altas instituições escolares, e especialmente aquelas que levam às posições de poder econômico e político, permanecem exclusivas como sempre foram [...]. O sistema de ensino aberto a todos, e ao mesmo tempo estritamente reservado a poucos, consegue a façanha de reunir

as aparências da ‘democratização’ e a realidade da reprodução, que se realiza num grau superior de dissimulação, e por isso com um efeito maior ainda de legitimação social.

Para Sguissardi (2000), a democratização do ensino superior é desafiadora, exigindo antes da sua ação a sua compreensão. Afirmo ainda que as reformas que vêm sendo executadas no sistema educacional nos últimos anos estão sempre orientadas sob a ótica do capitalismo que, em sua essência, visa unicamente o lucro, o mercado econômico dominado pela elite. Assim, para o autor “o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadorias de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais de interesse coletivo da cidadania.” (SGUISSARDI, 2000, p. 14).

Após apresentar a realidade vivenciada pelos sujeitos oriundos de camadas populares na busca pela ascensão social, procede-se a seguir a uma breve contextualização da instalação do ensino superior no Brasil levando em consideração a realidade da população brasileira. Na sequência relata-se a história da UNESC, seus programas de bolsa de estudo e a política de permanência desenvolvida pela instituição a fim de garantir a permanência dos seus estudantes.

2 UNIVERSIDADE: QUE LUGAR É ESSE?

A universidade toma lugar de destaque neste estudo já que, como instituição social, espaço de socialização e elucidação da realidade, contribui com a ampliação das possibilidades de escolha por meio da apropriação do conhecimento.

Essa instituição, além de produzir conhecimento para o desenvolvimento econômico do país e elevar a condição humana é também, visualizada por muitos como o meio para a ascensão social. Na busca por educação, sujeitos oriundos de camadas populares almejam, a partir do acesso ao ensino superior, ampliar suas possibilidades de escolha.

Nesse sentido apresenta-se, nesse momento, a história do ensino superior no Brasil e os movimentos que impulsionaram sua presença tardia. Inicia-se o capítulo contextualizando a expansão do ensino superior brasileiro e o caminho percorrido até a sua instalação, acompanhado pelo próprio movimento socioeconômico do país.

Neste estudo propõe-se abordar o acesso e a permanência dos estudantes bolsistas no ensino superior, buscando contextualizar o espaço em que se encontram os sujeitos da pesquisa, apresenta-se brevemente a história da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, seus programas de bolsas de estudo e financiamentos e a política de permanência desenvolvida pela instituição buscando garantir aos estudantes condições de permanecer e concluir o curso superior.

A realidade educacional brasileira nos permite compreender as desigualdades que foram incorporadas ao longo desse processo, excluindo desse direito por muito tempo grande parte da população que projeta na educação, a esperança de uma melhor qualidade de vida.

2.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

Pretende-se, neste item, relatar aspectos da trajetória do ensino superior no Brasil por uma breve imersão no seu processo constitutivo. Analisando este percurso pode-se verificar que historicamente a educação e, particularmente, o ensino superior, fora para poucos, com determinado prestígio social.

Voltando à história, pode-se observar que a universidade surgiu na sociedade numa época de grandes transições, o que causou profundas mudanças. Segundo Buarque (1994, p. 21):

Na origem da universidade estava a transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da Idade Média para a Renascença. A universidade é filha da transição e elemento dos novos tempos e do novo paradigma.

No Brasil, a chegada do ensino superior teve como objetivo manter a ordem vigente através de uma formação ligada principalmente às necessidades da elite. Assim, pode-se verificar que a formação profissional que chegou aos brasileiros deu-se de forma limitada, a fim de manter a ideologia dominante no viés da religiosidade e na manutenção do controle social, sob domínio de Portugal, reino colonizador. Nesse sentido:

Até os primórdios do século XIX o Brasil não possuía ensino superior, excetuando-se a controvérsia a respeito do ensino superior ministrado pelos jesuítas somente para aqueles que viriam a ingressar na classe sacerdotal, sendo que as elites pertencentes aos diversos segmentos da sociedade dirigiam-se à Universidade de Coimbra, em Portugal. Esta Universidade, observa Schwartzman (1996), sofre uma profunda transformação, no final do século XVIII, que busca libertá-la da influência predominante do ensino jesuítico e da tradição da contra-reforma. Constata também, que esta transformação denominada Reforma Pombalina dá origem, com a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil, à transição da Universidade eminentemente Escolástica para um sistema de ensino superior orientado basicamente pela formação técnica e profissional [...] (HAWERROTH, 1999, p. 22).

No transcorrer do século XIX, o sistema de educação superior brasileiro constituiu-se por meio de instituições isoladas. Nesse sentido, a falta de investimento na educação, além de ter sido um dificultador para a ascensão social das camadas populares, foi também um limitador para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa, assim como no campo cultural e intelectual (HAWERROTH, 1999). Essas diferenças presentes

na história da educação superior brasileira corroboraram para a manutenção de um sistema universitário elitizado, acessível para quem possuía condições financeiras e excludente para as demais classes sociais.

As profissões liberais, de importante prestígio social, foram as primeiras a serem ofertadas pelas instituições de ensino, atendendo obviamente aos interesses da classe dominante, fortalecendo ainda mais o poder da elite que dominava o país. Logo:

A faculdade de Medicina da Bahia (1808) é resultante da evolução dos cursos – durante a época colonial [...] as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1854) resultam dos cursos jurídicos. Em 1874, separam-se os cursos civis dos militares, com a constituição da Escola Militar e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo depois, em Ouro Preto – Minas Gerais – é inaugurada a Escola de Engenharia. Por volta de 1900 estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior. (LUCKESI; COSMA; BAPTISTA, 2000, p. 34).

Para Cunha (1988), embora nesse período o Brasil já tivesse um grande número de instituições, ao invés de universidades instalaram-se no país apenas instituições isoladas de ensino superior. Logo,

[...] o ensino superior desenvolveu-se em nosso país pela multiplicação dessas faculdades isoladas – medicina, engenharia e direito. As primeiras universidades resultaram, já na terceira década do século XX, da mera reunião formal dessas faculdades. Com o tempo outras faculdades surgiram nesse quadro, também elas isoladas ou incorporadas às inconsistentes universidades. (CUNHA, 1988, p. 16).

Pode-se constatar que o ensino superior no Brasil se deu de forma comedida em resposta ao crescimento econômico. A ausência de um planejamento acurado e o escasso investimento do governo no ensino superior impediu o desenvolvimento cultural e intelectual dos indivíduos. A educação crítica e libertadora, que propunha uma verdadeira universidade já era bastante discutida nesse momento, porém

o cenário político ainda não era favorável à implementação de um ensino superior que respondesse aos desafios que vieram acumulando-se secularmente. Assim, nas palavras de Luckesi, Cosma e Baptista (2000, p. 34):

Em 1935, o “profeta” Anísio Teixeira pensa numa universidade brasileira como centro de debates livres de ideias. Seria, provavelmente, a primeira universidade realmente universidade. Mas, com a chegada da ditadura, com a implantação do Estado Novo em 1937, caiu por terra o sonho do extraordinário Anísio Teixeira. É que as ditaduras são incompatíveis com os debates e a verdadeira universidade deve ser edificada sobre e a partir do debate livre das ideias.

Distante dessa realidade, as classes populares foram incentivadas a uma formação ocasionada pelo aumento da demanda. Com o crescimento acelerado do mercado econômico, essas vislumbraram, pela mediação das instituições isoladas de ensino superior, a oportunidade de ascender socialmente. Porém, a educação a elas disponibilizada não lhes garantiu a concretização das suas expectativas. Assim, na visão de Teixeira (1969, p. 235 apud LUCKESI; COSMA; BAPTISTA, 2000, p. 35),

[...] pode-se afirmar que, ressaltando o aspecto habilitação profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro de consciência crítica e de pensamento criador.

A oportunidade apresentada por meio do mercado de trabalho proporcionou uma formação limitada. Deste modo, ao mesmo tempo em que os sujeitos estavam tendo acesso às instituições de ensino superior, outros interesses eram incorporados nesse processo. A mercantilização da educação nesse movimento de inclusão social corroborou na expansão vertiginosa das instituições privadas de ensino superior no país, bem como, favoreceu o ingresso de estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior.

Importa ressaltar, segundo Vahl (1980), que a rede privada absorveu, em suas instituições de ensino superior, uma população ávida por ascender socialmente através do ensino. Essa seria uma importante participação na solução provisória de um dos grandes problemas educacionais do país. Porém, nesta fase, denominada por Vahl (1980) de oportunismo, muitos foram os interessados em aproveitar as facilidades propiciadas pelo Governo e pela crescente demanda, ingressando no campo da comercialização do ensino superior investindo na abertura de novas escolas. Tal expansão se deu de forma quantitativa e seguiu os critérios de mercado, havendo interesse maciço em cursos de baixo investimento inicial e baixo custo operacional, que, via de regra, não estavam voltados para fatores de desenvolvimento - nacional ou regional. (HAWERROTH, 1999, p. 38).

O surgimento do ensino superior no Brasil permitiu às camadas populares a possibilidade de sonhar com uma realidade diferente da que estavam acostumados a presenciar. Porém, o sistema educacional manteve esses sujeitos reféns em virtude de uma formação limitada, sobretudo em benefício de um mercado que impôs suas regras e suas condições. Cunha (1988, p. 87), apresenta esse processo:

O favorecimento do latifúndio, agora modernizado pela penetração do capitalismo no campo, fez com que levas de pequenos proprietários perdessem suas terras e se mudassem para a cidade. O industrialismo, baseado nas grandes empresas estatais e multinacionais, foi elemento dinâmico da nova política econômica, beneficiando-se das altas taxas de acumulação de capital que a situação de monopólio propicia. Essas grandes empresas monopolistas industriais, cujo efeito se espalhou para o comércio e os serviços, utilizavam uma burocracia grande e complexa, na qual os títulos escolares desempenhavam crescente função discriminatória em termos de administração e promoção dos funcionários. O Estado, por outro lado, expandia e

diferenciava sua própria burocracia para abrir caminho para o processo de monopolização, e atenuar os desequilíbrios regionais e setoriais resultantes desse desenvolvimento, além dos imperativos do controle autoritário sem o que esse desenvolvimento não se faria. Uma das dimensões desse processo foi a transferência de renda em favor dos grupos detentores do capital monopolista, no que a inflação cumpriu papel relevante. Em consequência disso, ao lado de mudanças ideológicas não desprezíveis, as famílias das camadas médias passaram a valorizar o trabalho da mulher em ocupações que não as do magistério, para as quais a escolaridade em grau superior tornava-se um requisito cada vez mais necessário. Isto porque, à medida que as pessoas mais escolarizadas candidatavam-se aos empregos existentes, estes tinham seus requisitos de escolaridade mínima elevados, o que, por sua vez, levava os empregados de volta à escola em busca de diplomas de grau superior para fazerem frente à competição atual ou potencial com os jovens concorrentes.

Todas essas questões que levaram à procura por ensino superior no Brasil impulsionaram ainda mais a sua expansão. Nesse sentido, após uma breve imersão na história do ensino superior de um país subdesenvolvido, verificou-se em que condição foi possível os sujeitos oriundos de camadas populares acessarem à educação. Estes foram incluídos em um sistema educacional estruturado basicamente em instituições isoladas, criadas em resposta às demandas do mercado econômico.

Mas reconhece-se também que, mesmo nessas condições, essa educação se apresentou como uma grande oportunidade para a classe trabalhadora, ainda que numa perspectiva pouco promissora, já que não interveio na construção de um juízo crítico capaz de desenvolver o mais alto nível de conhecimento intelectual, cultural e social que uma universidade deve propor.

Assim como na história do ensino superior brasileiro, ainda hoje a maioria das instituições são faculdades. As universidades são minoria se comparadas às demais instituições presentes no cenário educacional brasileiro. Pensando na importância de tal instituição para a sociedade, comprometida com o ensino, com a pesquisa e com a extensão,

apresenta-se, a seguir, parte da história da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC.

2.2 UNESC: UMA UNIVESIDADE COMUNITÁRIA

A fim de alicerçar a construção deste estudo, apresenta-se brevemente, neste momento a história da UNESC, por entender que esta instituição nos permite não apenas um outro olhar para o tema em questão, mas convida-nos a ampliar este campo de visão quando se pensa em uma universidade comunitária.

Antes de conhecer-se a história da UNESC, é importante situá-la no contexto das instituições de ensino superior, destacando primeiramente a categoria administrativa dessas instituições, já que, no senso comum, elas se constituem apenas sobre dois eixos, públicas ou privadas. De acordo com a Lei nº 9.394/96, no seu Art. 19, as instituições de ensino classificam-se em:

I) Públicas: instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

II) Privadas: mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que podem ser:

- Particulares em sentido estrito, instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

- Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

- Confessionais, instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;

- Filantrópicas, instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (BRASIL, 1996).

Fazendo uma breve comparação entre as categorias administrativas, embora seja privada, a universidade comunitária diferencia-se das demais instituições devido à sua política institucional. Para conhecer seu diferencial, vale destacar primeiramente o que significa comunidade, com o intuito de afunilar-se este conceito até o de universidade comunitária. Para Vannucchi (2004, p. 19), “revela-se assim, o conceito básico de comunidade, como a posse em comum de

bens ou recursos, em vista de objetivos comuns, não obstante as diferenças de gênero, idade, crença e profissão.”

Constantemente, reacendem-se as discussões a respeito do ensino superior, principalmente quando se refere ao acesso de estudantes oriundos de camadas populares nas instituições privadas. Esse assunto também traz à tona questões que remetem ao papel social das instituições, a qualidade prestada, bem como seu impacto na sociedade.

De acordo com Vannucchi (2004, p. 31), a universidade comunitária:

- 1º- não é uma universidade comum;
- 2º- é uma universidade diferente da estatal e da empresarial;
- 3º- é uma universidade da comunidade, ou seja, pertence a uma comunidade;
- 4º- é uma universidade para a comunidade, ou seja, a sua missão somente se realiza de fato na interação com a comunidade;
- 5º- é uma universidade dirigida por representantes internos e externos dessa comunidade;
- 6º- é uma universidade mantida por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos;
- 7º - é uma universidade que executa um serviço público, embora não estatal.

Conhecer a UNESCO de hoje implica retomar aspectos do seu passado para poder-se compreender como e por onde esta instituição nasceu. Segundo Siewerdt (2010), a partir da segunda metade da década de 1960 os municípios do Estado de Santa Catarina, bem como o próprio Estado, passaram a instituir Fundações que expandiram em Santa Catarina o ensino superior.

Do desejo à instalação de uma universidade no município de Criciúma, um caminho árduo foi trilhado a fim de trazer à tona a presença dessa instituição para a região. Segundo Bitencourt (2011), a princípio quando era somente um sonho, Criciúma em crescimento, carente de educação e de qualificação, ainda não estava pronta para recebê-la. Logo, seria necessário prepará-la para esse novo investimento que, com certeza, iria transformar a vida de muitos sujeitos.

A origem da Fundação Educacional de Criciúma- FUCRI remete-se à segunda metade da década de 1960, época em que o Sul do Estado de Santa Catarina, principalmente a região carbonífera, vivenciava um

expressivo crescimento econômico e populacional (BITENCOURT, 2011).

Segundo este autor, a FUCRI em sua natureza jurídica de direito privado sem fins lucrativos, foi instituída pelo Poder Público Municipal por meio da Lei n. 687/68, em junho de 1968. No início, suas atividades eram desenvolvidas em salas alugadas. Posteriormente conquistou seu espaço próprio em um prédio doado pela Prefeitura de Criciúma.

A primeira Faculdade da FUCRI foi a Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACIECRI) em 1970, criada para contribuir com a melhoria do ensino e responder às necessidades regionais. Em 1974 foi criada a Escola Superior de Educação Física e Desportos (ESEDE) e, em 1975, foram criadas a Escola Superior de Tecnologia de Criciúma (ESTEC) e a Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas (ESCCA) (BITENCOURT, 2011).

Após a instalação de várias instituições de ensino superior pelo estado de Santa Catarina semelhantes à experiência da FUCRI, em 1974 os presidentes das fundações criadas por lei municipal e da Fundação criada pelo Estado constituíram a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE⁹. Segundo consta em sua página eletrônica, a ACAFE¹⁰ é uma “entidade sem fins lucrativos, com a

⁹ Atualmente, segundo a sua página eletrônica, fazem parte do sistema ACAFE, além da UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense, as seguintes instituições de ensino superior: FURB – Universidade Regional de Blumenau, UNIBAVE – Centro universitário Barriga Verde, CATÓLICA SC – Católica de Santa Catarina, UNIVALI – Universidade do Vale de Itajaí, UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina, USJ – Centro Universitário Municipal de São José, UNIFEBE – Centro Universitário de Brusque, UNIDAVI - Centro Universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí, UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense, UNIVILLE – Universidade da região de Joinville, UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, UnC – Universidade do Contestado, UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da região de Chapecó, UNIARP – Universidade do alto vale do Rio do Peixe. Disponível em: < <http://www.acao.org.br/new/index.php?endereco=unidades.php>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

¹⁰ Em sua tese, Siewerdt (2010) afirma que o período em que as Fundações catarinenses se expandem por todo o território do Estado foi também um momento de acentuado investimento do Estado na acumulação de capital privado, o que prova que a educação, nesse período, vem a serviço das políticas governamentais para a economia. Criada pelas entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino superior, a ACAFE, para o autor, constitui-se como

missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos do Governo Estadual e Federal.”

Com o passar do tempo, com o quadro de faculdades constituído, a FUCRI foi estruturando-se, ampliando o número de cursos e de estudantes e estreitando sua relação com a comunidade e com os acadêmicos. Bitencourt (2011) afirma que a preocupação da instituição em receber e em assistir os estudantes deu origem ao Serviço de Apoio e Orientação ao Estudante, com a presença de uma assistente social atuando no atendimento aos acadêmicos, prestando-lhes esclarecimentos e orientações, além de assistência com bolsas de estudo, encaminhamentos para o mercado de trabalho, dentre outros.

Em 1987, após uma ampla mobilização, a FUCRI passou por um processo de mudanças na sua estrutura organizacional. Tais mudanças garantiram mais democracia à instituição, já que o modo de escolha de seus dirigentes, até então indicados pelo Poder Público Municipal, fora substituído pelo voto direto. Dando continuidade ao processo de mudanças, em 1991 houve a criação da UNIFACRI, União das Faculdades de Criciúma, resultado da integração das quatro faculdades da FUCRI (BITENCOURT, 2011).

Esse movimento de unificação das faculdades foi bastante significativo para a instituição e, conseqüentemente, para toda a região, pois ao avançar na sua estrutura, a instituição teve condições de alçar voos em direção a uma visão mais ampla quanto à função do ensino superior, caminhando rumo à criação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, agora comprometida com o ensino, pesquisa e extensão. Segundo Bitencourt (2011, p. 151):

Reconhecida oficialmente pela Resolução 35/97 do Conselho Estadual de Educação, publicada no *Diário Oficial de Santa Catarina* de 4 de novembro de 1997, a Universidade do Extremo Sul Catarinense teve sua cerimônia de instalação oficial no dia 18 daquele mês [...]

Hoje, a FUCRI e a sua mantida (UNESC), segundo sua página eletrônica, conta com 41 cursos de graduação, bem como dispõe de

alternativa reguladora e planificadora da expansão do ensino superior em Santa Catarina.

programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado, além de ensino fundamental e médio por meio do Colégio UNESC. Com uma variedade de cursos e formas de ingresso, a instituição tem recebido também estudantes que não apresentam recursos financeiros para arcar com o pagamento das suas mensalidades.

Visando contribuir com o acesso e a permanência dos estudantes, a UNESC dispõe de programas de bolsas de estudo e financiamentos oriundos de recursos próprios, bem como de parcerias realizadas com os governos municipal, estadual e federal. Nesse sentido, conforme a página eletrônica da instituição, a presença desses estudantes no ensino superior tem sido possibilitada por meio dos programas de bolsa de estudo¹¹: Artigo 170, Bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma (PMC), Bolsa DCE/CA, Bolsa estágio interno, Bolsa Família, Bolsa Pesquisa/Extensão, FIES, Nossa Bolsa, Pravalor Universitário e Prouni, conforme se verifica na próxima sessão.

2.2.1 Programas de bolsas de estudo e financiamentos da UNESC¹²

Os programas de bolsas de estudo e financiamentos da UNESC têm permitido aos estudantes oriundos de camadas populares permanecer na universidade mesmo diante da falta de condições financeiras para manter-se nela. Em consulta à Secretaria Acadêmica, pode-se verificar que no segundo semestre de 2013 a UNESC possuía 9844 estudantes de graduação. Destes, 63,51%¹³ contavam com algum tipo de bolsa de estudo e/ou financiamento.

¹¹ Segundo informações da Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE, os programas de bolsas de estudo: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES, com 100% de recursos oriundos do Estado e Fundo Social, com recurso oriundo parcialmente do Estado (30%) e parcialmente da instituição (70%), até o momento da pesquisa não estavam sendo ofertados, pois o Estado não havia mais publicado Chamada Pública. Somente se mantêm os bolsistas já beneficiados. O mesmo ocorre com o programa de bolsas de estudo Minha Chance, oriundo de recursos da Prefeitura Municipal de Criciúma. Acesso em: 17 fev. 2014.

¹² A apresentação dos programas de bolsas de estudo da UNESC encontra-se disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/26/2403/>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

¹³ Para o cálculo foram considerados os bolsistas do segundo semestre de 2013 dos seguintes programas de bolsa: Artigo 170, Bolsa PMC, Bolsa DCE/CA, Bolsa estágio interno, Bolsa Família, Bolsa Pesquisa e Extensão, FIES, Nossa Bolsa, Pravalor, Prouni, Fundo Social, Minha Chance e FUMDES. Informações

Os descontos e benefícios ofertados pela instituição, dependendo do programa e do perfil socioeconômico dos estudantes, podem ser parciais ou até mesmo integrais, conforme se observa abaixo:

- **Artigo 170**

A bolsa do Artigo 170 é um recurso do Governo do Estado de Santa Catarina. O valor de 40% é concedido aos estudantes matriculados na UNESC que comprovarem renda per capita de até três (03) salários mínimos. Os estudantes deficientes que se encontrarem nessas condições concorrem à bolsa integral.

- **Bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma – PMC**

A bolsa de estudo da PMC é um recurso financeiro de 50% oriundo da Prefeitura Municipal de Criciúma. Concorrem à bolsa PMC os estudantes matriculados na UNESC que comprovarem renda per capita de até três (03) salários mínimos. Os estudantes deficientes concorrem à bolsa integral.

- **Bolsa DCE/CA**

A bolsa DCE/CA é uma modalidade de recurso universitário por meio do repasse de créditos destinado ao Diretório Central dos Estudantes - DCE e aos Centros Acadêmicos (CA) dos cursos de graduação da UNESC.

- **Bolsa Estágio Interno**

A bolsa Estágio Interno é concedida aos estudantes da universidade que exerçam atividades de estágio em um dos setores da instituição.

- **Bolsa Família**

A Bolsa Família é uma modalidade especial de auxílio financeiro concedido para famílias que tenham acadêmicos (cônjuge, pais, filhos ou irmãos) que dependam da mesma renda familiar. O valor do desconto é de 5% para cada membro familiar. São beneficiados os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação ou Colégio UNESC. Os acadêmicos que estiverem cursando dois cursos de

graduação, de forma paralela, recebem desconto de 10% em cada um dos cursos matriculados.

- Bolsa Pesquisa ou Extensão

A Bolsa Pesquisa ou Extensão é um recurso repassado aos estudantes participantes de projetos de pesquisa e/ou extensão que visa fomentar projetos de pesquisa a serem executados por acadêmicos em conjunto com professores orientadores.

- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES

O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais na instituição. O percentual mínimo para financiar é de 50% podendo chegar até 100%.

- Nossa Bolsa UNESC

Direcionado aos estudantes ingressantes, o Nossa Bolsa é um programa próprio da instituição que dispõe de bolsa de estudo integral para candidatos com renda per capita de até um salário mínimo e meio, egressos do ensino médio de escola pública ou de instituição privada na condição de bolsista integral e bolsa parcial (50%) para candidatos com renda per capita de até três salários mínimos.

- Pravaler Universitário

O Pravaler Universitário é um financiamento estudantil privado em que o estudante paga 50% da mensalidade no dobro do tempo do curso. No Pravaler não é necessário comprovar carência de recursos.

- Programa Universidade para Todos - Prouni

O Prouni é um programa do Governo Federal com a finalidade de conceder bolsas de estudo aos egressos do ensino médio de escola pública ou de instituição particular na condição de bolsista integral que tenham feito o ENEM. A renda per capita estabelecida pelo programa para bolsa integral é de até um salário mínimo e meio.

Após a exposição dos programas de bolsas de estudo da UNESC que buscam dar condições aos estudantes enfrentarem suas dificuldades, já que grande parte dos bolsistas dispõe de rendas inferiores ao investimento que uma universidade exige (alimentação, transporte, moradia, material, etc.), será apresentada a política de permanência

desenvolvida pela instituição a fim de conhecer os serviços prestados aos estudantes, além da bolsa de estudo.

2.2.2 Descrição da política institucional de permanência dos estudantes da UNESC¹⁴

Pensando na permanência dos estudantes em uma instituição privada de ensino superior, bem como na evasão como consequência da falta de condições para manter-se nela, verificou-se junto à Secretaria Acadêmica da UNESC, que no segundo semestre de 2012 e no ano de 2013 (primeiro e segundo semestre) os índices de evasão, levando em consideração os estudantes com matrícula trancada, desistentes ou em situação de abandono e transferidos para outras instituições, estavam na média de 12,65%. Em relação à média nacional, de acordo com Lobo e Lobo citado por Ferreira (2012), os índices gerais de evasão no Brasil estão em torno de 22%. Buscando mais especificamente conhecer o índice de evasão do programa Prouni, utilizando no levantamento dos dados o ano de ingresso e o prazo previsto para a conclusão do curso, verificou-se junto à instituição que o índice de evasão é de 22,73%¹⁵.

Com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes na instituição, a UNESC apresentou, na Câmara de Ensino de Graduação, no dia 29 de agosto de 2013, a Resolução n. 07/2013, que aprova a Política Institucional de Permanência dos Estudantes com Sucesso: Descrição de programas e projetos que articulam a política de permanência dos acadêmicos na UNESC.

Movida pela preocupação em garantir a permanência dos estudantes, a UNESC criou o Programa Permanente de Combate à Evasão - PPCE, que procura articular as atribuições de cada segmento da instituição com o objetivo de combater a evasão. Além disso, outro motivo que levou a elaboração da resolução foi a adesão da UNESC ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das

¹⁴ A Resolução n. 7/2013 que aprova a Política Institucional de Permanência dos Estudantes está disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/9141.pdf?1378412684>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

¹⁵ Para o cálculo de evasão do programa Prouni levou-se em consideração os bolsistas que não estão mais matriculados na instituição pelos seguintes motivos: abandono, desistência, suspensão ou transferência. Acesso em: 06 ago. 2013.

Instituições de Ensino Superior - PROIES – Lei n. 12688/2012 do Ministério da Educação.

Nesse sentido, se encontram listados abaixo, de forma sucinta, os principais programas e ações da UNESCO que compõem a Política Institucional de Permanência com Sucesso previstos no anexo da Resolução n. 07/2013:

- Programas de bolsas de estudo e financiamentos educativos por meio da Coordenadoria de Políticas de Atenção ao Estudante - CPAE

A CPAE é o setor da UNESCO responsável por representar os interesses dos estudantes frente à Reitoria. Dessa forma, a CPAE propõe, executa e coordena os programas de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior.

- Cursos de Extensão - Produção textual e informática

São ministrados por professores das quatro Unidades Acadêmicas (UNACET, UNACSA, UNAHCE e UNASAU) com o objetivo de desenvolver a escrita, a compreensão e a interpretação auxiliando nas futuras produções textuais, essenciais na academia. O curso de informática é destinado a todos os estudantes que apresentam dificuldades nessa área, já que essa ferramenta está cada vez mais presente no dia-a-dia dos estudantes.

- Programas de Monitoria - UNACET, UNACSA, UNAHCE e UNASAU

Trata-se de um programa que visa remunerar os estudantes com excelente desempenho nas disciplinas, além de buscar atender acadêmicos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, os monitores supervisionados pelos professores orientam e acompanham os estudantes com dificuldades.

- Estágios não obrigatórios

Encaminham os estudantes para o mercado de trabalho, contribuindo com a experiência profissional.

- Inglês Sem Fronteiras

Trata-se de curso de inglês para estudantes integrantes de Programas de Iniciação Científica no intuito de desenvolver a leitura e produção científica.

- Internacionalização/Mobilidade Estudantil - Programa de Relações Internacionais

Tem o objetivo de viabilizar e concretizar relações internacionais da instituição, desenvolvendo mobilidade acadêmica, pesquisas, intercâmbio docente/discente, palestras, etc.

- Núcleo de psicopedagogia - núcleo de atendimento aos programas de aprendizagem

Oferece aos estudantes auxílio aos problemas de aprendizagem apresentados nas disciplinas curriculares. Busca a melhoria da qualidade de ensino-aprendizagem do aluno em todos os seus aspectos, no período da sua vivência acadêmica.

- Programa de Orientação Profissional - POP

Busca orientar os estudantes do ensino médio e universitários, oferecendo-lhes uma visão global e detalhada sobre os diversos cursos de formação profissional.

- Projeto Potencial - Programa de ações para melhoria do ser nas relações interpessoais

Tem como propósito facilitar condições e atividades que promovam desenvolvimento do potencial dos acadêmicos nas três dimensões preconizadas pela UNESCO - interna-individual, social e ambiental planetária, no sentido de promover melhorias nas relações interpessoais para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. O projeto tem como palavras chaves: consciência, liderança, cultura de paz, valores humanos e responsabilidade socioambiental.

- Programa de Educação Inclusiva

Constitui-se em um conjunto de estratégias e ações que possibilitam o acesso e a permanência dos deficientes no ensino superior.

- Programa de Nivelamento das Disciplinas Introdutórias - UNACET

Seu objetivo principal é fazer frente à defasagem de conhecimento de cálculo e fundamentos de matemática que são pré-requisitos para as disciplinas de cálculo nas Engenharias. Para isso, organiza-se uma sequência de aulas todas as noites durante a semana que antecede o início do semestre letivo. Além disso, com o objetivo de

dar suporte aos estudantes com dificuldades, o programa dispõe do Plantão de Professores. Todos os dias letivos, das 18 às 19 horas, os professores das disciplinas de química, física e matemática se revezam para prestar atendimento individualizado aos estudantes.

- Intensivo sobre os fundamentos da matemática para Ciências Sociais Aplicadas

O objetivo do intensivo é propiciar aos acadêmicos da UNACSA conteúdos introdutórios às disciplinas de matemática financeira e cálculos por meio da exposição de conteúdos e resolução de exercícios.

- Recepção ao Calouro

Tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações direcionadas para a recepção e acolhida dos novos estudantes ingressantes na Universidade.

- Trote Solidário

Objetiva marcar o ingresso na vida universitária com consciência social, ambiental, solidária, a fim de fortalecer e consolidar práticas educativas relacionadas aos princípios e valores da UNESCO.

- Programa de Formação continuada da UNESCO

Tem como objetivo desenvolver a formação pedagógico-profissional dos docentes inter-relacionando as dimensões do ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento de sua função como mediador da aprendizagem e investigador da sua prática pedagógica.

- Programa de Combate ao Álcool e a outras drogas

Visa fazer frente ao consumo exacerbado de álcool e outras drogas no campus e na sociedade, estimulando o viver sóbrio e saudável com base nos valores humanos, no esporte e na cultura.

Após a exposição dos programas de bolsas de estudo e financiamentos que a UNESCO dispõe e da política de permanência desenvolvida pela instituição, a fim de aprofundar as discussões a respeito de um dos programas que mais tem recebido estudantes oriundos de camadas populares na UNESCO¹⁶, é sobre o Prouni que o texto se debruça a seguir.

¹⁶ Segundo informações do coordenador do Prouni da UNESCO no segundo semestre de 2013, 1232 estudantes eram bolsistas do programa Prouni. De

3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: DO DISCURSO OFICIAL À REALIDADE ACADÊMICA

Este capítulo passa a tratar de um dos programas que tem possibilitado o acesso de estudantes oriundos de camadas populares ao ensino superior. Elegeu-se o Prouni pelo mesmo representar um dos programas vinculados ao Governo Federal e por ser, na UNESCO, o programa que contempla o maior número de estudantes beneficiados com bolsa de estudo integral.

No momento atual, o Prouni representa a possibilidade de acesso ao ensino superior para os que desejam dar continuidade aos estudos e, que devido às dificuldades econômicas, se encontram impossibilitados de fazê-lo.

Quanto ao seu funcionamento nas instituições de ensino, o Prouni é regulamentado por uma legislação que determina os critérios de classificação dos candidatos, bem como de manutenção dos bolsistas.

Em meio a críticas no que se refere ao acesso das camadas populares ao ensino superior por meio de bolsas de estudo, o Prouni muitas vezes tem sido reconhecido como um programa assistencialista, uma vez que a inclusão desses sujeitos nas instituições privadas não garante a conclusão do curso, pois a permanência é tão importante quanto o acesso.

Entre outras críticas feitas ao Prouni, questiona-se o investimento de recursos públicos nas instituições privadas de ensino que ofertam o programa, já que, em contrapartida, essas instituições recebem isenção de tributos e impostos.

Para outros, o Prouni tem sido considerado uma política de inclusão educacional no ensino superior, pois tem favorecido o acesso de estratos sociais pouco representados na universidade.

Sendo assim, discutiremos a seguir o Programa Universidade para Todos, levando em consideração os limites e as possibilidades desse programa que tem permitindo aos estudantes acessar ao ensino superior.

acordo com a Secretaria Acadêmica da UNESCO, no segundo semestre de 2013, 238 estudantes estavam participando de projeto de pesquisa, 305 de extensão, 14 foram beneficiados com créditos do DCE, 100 do CA, 442 tinham desconto do Bolsa Família, 421 eram bolsistas da PMC, 164 bolsistas do Fundo Social, 152 do Minha Chance, 783 do Nossa Bolsa, 60 do FUMDES, 992 do Artigo 170, 27 possuíam o Pravalor, 91 eram estagiários internos da UNESCO e 1231 tinham o FIES. Acesso em: 13 jan. 2014.

3.1 O OLHAR DOS ESTUDIOSOS SOBRE O PROUNI

O cenário que envolve o Prouni é o de acesso ao ensino superior. Porém, desde a sua criação até o momento, o Prouni, como política de inclusão social, tem sido alvo de críticas. Questionam-se assim, as condições de acesso e permanência oferecidas pelo Prouni aos bolsistas, como também os benefícios do programa para as instituições de ensino superior. Carvalho (2006, p. 986) assim resume os motivos atrelados às críticas:

Quando se observa a formulação de políticas públicas, de forma mais detalhada, por meio da evolução do Projeto de Lei, da Medida Provisória até a Lei do PROUNI e o decreto que a regulamentou, é possível afirmar que as alterações no texto legal conduziram à flexibilização dos requisitos e sanções e à redução da contrapartida das instituições particulares. A redação final do documento refletiu o jogo político, no qual o MEC teve de ceder e acomodar os interesses privados, e estes atores não foram plenamente atendidos.

O programa Prouni, por meio de recursos públicos, busca oportunizar o acesso de estudantes oriundos de camadas populares à educação superior. Para Catani, Hey e Gilioli (2006), a Reforma Universitária do Governo Lula comprometeu-se com a expansão das vagas nas instituições de ensino e teve o Prouni como carro chefe da democratização da educação superior brasileira. Porém, as mudanças apresentadas no projeto de lei até a sua versão definitiva evidenciaram o estímulo à ampliação das IES privadas. Para os autores,

[...] o princípio do Prouni segue essa orientação: promove o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, isto é, uma engenharia administrativa que equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado [...] (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 127).

Como já foi visto, a falta de investimento na educação pública brasileira favoreceu a expansão das instituições privadas de ensino. E, a

partir dessas instituições, o governo passou a criar e implementar políticas públicas que visam incluir estratos poucos representados no ensino superior. Nesse universo de disputa entre a carência do setor público e a ascensão do setor privado, nasceu o Prouni.

Buscando conhecer um pouco mais sobre o programa, destaca-se o artigo desenvolvido por Felicetti, Rossoni e Gomes (2012), intitulado “Prouni: análise de teses do banco de dados da CAPES (2007-2011).” Nesse trabalho encontram-se análises de diferentes autores sobre o programa Prouni. A partir de discussões sobre as políticas públicas brasileiras, os autores analisam como o Prouni tem sido pesquisado, quem são os sujeitos participantes (estudantes bolsistas ou egressos), entre outras questões, como a permanência dos bolsistas nas instituições privadas de ensino.

Para os autores, o Prouni não deu conta de atender os desafios do ensino superior, ou seja, a permanência dos bolsistas nas instituições. As análises apontam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o Prouni, contemplando um número maior de participação dos bolsistas nas pesquisas e também dos egressos, analisando, assim a eficiência do programa, de modo a perceber os resultados proporcionados em escala regional, estadual e nacional, já que, a cada ano, um número considerável de bolsistas estão sendo graduados via programa (FELICETTI; ROSSONI; GOMES, 2012).

Uma das discussões mais latentes que envolvem o programa Prouni, conforme Martinelli (2010 apud FELICETTI; ROSSONI; GOMES, 2012, p. 4), relaciona-se à expansão do setor privado por meio do financiamento público. Assim, o autor entende que o Prouni está

[...] comprometido com o movimento de privatização/mercantilização do ensino superior e com uma ideia de justiça social mercadocêntrica ao promover a hierarquização, a seletividade e a particularização, refletindo a multiplicação ou fragmentação das desigualdades. A segmentação do “mercado educacional”, que tem como correlato a hierarquização de diplomas e de carreiras, mostra que as mais prestigiosas e rentáveis tendem a continuar sendo destinadas a poucos, portanto, monopolisticamente elitistas.

O investimento de recurso público nas instituições privadas tem sido cada vez mais incorporado às estratégias de democratização da educação superior. Para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 134), “apesar

dos números crescentes sugerirem efeito democratizante, o problema maior do Prouni é a *permanência* do estudante até a conclusão do curso (além da questionável qualidade das IES).”

Outro ponto bastante discutido entre os pesquisadores refere-se ao reduzido número de universidades e ao grande número de faculdades no sistema educacional brasileiro, comprometendo, assim, a qualidade educacional que é oferecida.

Rocha (2009 apud FELICETTI; ROSSONI; GOMES, 2012), ressalta a importância da universidade para a educação da sociedade por meio do ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, levando em consideração as estratégias de democratização da educação superior via bolsas de estudo para estudantes oriundos de camadas populares em instituições privadas, e a realidade brasileira, onde a maioria das instituições não são universidades, a autora entende o programa Prouni como uma medida pseudodemocratizante de acesso à educação superior. Nesse sentido, Carvalho (2006, p. 995) também assinala:

[...] é importante lembrar que a questão do acesso à educação superior permanece em aberto. Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seletivo grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontram-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ou uma promessa não cumprida. Ademais, a gratuidade integral não é suficiente para seus beneficiários, os quais necessitam de assistência estudantil que apenas as instituições públicas ainda podem oferecer.

Para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 137),

até como mera política assistencialista o Prouni é fraco, porque espera que as IES privadas “cuidem” da permanência do estudante. Abre o acesso à educação superior, mas não oferece mais do que um arremedo de cidadania de segunda classe aos contemplados.

É consenso entre os pesquisadores que o Prouni tem permitido o acesso de estudantes oriundos de camadas populares à educação superior. Nesta perspectiva, o programa parece cumprir com o objetivo de expandir as vagas nas instituições, já que tem garantido a esses estudantes espaço nos bancos universitários, ainda que a permanência seja quase uma luta diária.

Estácia (2009a) destaca que o Prouni, desde a sua implantação, tem sido um programa com considerável importância social, pois os jovens brasileiros estão experimentando uma nova modalidade de acesso à educação. No entanto, percebe também a necessidade de adaptações e ajustes no programa no sentido de se fazer cumprir o ideal de justiça social. Assim, para a autora, o Prouni parece ser uma medida favorável de inclusão, já que tem oportunizado à população menos favorecida acesso à educação.

Grande parte dos pesquisadores, entre os quais Carvalho; Felicetti; Catani, Hey e Gilioli; Rocha, etc., apontam que o Prouni não tem garantido a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 129), o Prouni “[...] na melhor das hipóteses, constitui-se em um programa assistencialista que prioriza apenas o acesso do estudante no ensino superior.” Ou seja, a permanência continua sendo um entrave à educação brasileira, posto que as políticas até então apresentadas não têm conseguido atender as necessidades desses estudantes que estão chegando ao ensino superior.

Para Carvalho (2006, p. 994),

Diante do quadro social e educacional deletérios, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa.

Rocha (2008), em sua tese *Processo de inclusão ilusória: a condição do jovem bolsista universitário*, afirma que esses jovens não vivenciam a vida acadêmica em sua totalidade. Devido às dificuldades enfrentadas, consequências da sua condição socioeconômica, muitas vezes são impedidos de continuar estudando, mesmo com bolsa de

estudo. Para a autora, a permanência dos bolsistas no ensino superior é intranquila e o processo de inclusão é ilusório.

É inegável que o governo federal vem propondo alternativas para responder a este contingente de jovens que deveriam entrar no ensino superior. Também se observa que há a necessidade da conjugação de esforços para a concretização da possibilidade de ascensão, pois para aqueles jovens que tentam e, mesmo assim, não conseguem a bolsa, que se encontram em condições parecidas com a dos bolsistas e que passam por inúmeras seleções na busca do auxílio para continuar estudando, este sonho mostra-se mais longínquo. Além disso, ao olharmos o ensino superior brasileiro e o segmento juvenil, fica uma certeza: falta muito ainda para que políticas públicas mais amplas possam ocorrer no sentido de açambarcar essas outras necessidades que se mostram como impeditivos de uma plena inclusão acadêmica. (ROCHA, 2008, p. 233).

Felicetti (2011), em sua tese *Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior*, analisa o Prouni a partir dos egressos do programa. Em sua análise, destaca as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no percurso acadêmico, sendo essas superadas pela força de vontade dos bolsistas em vencer as dificuldades e conquistar um diploma. Para a autora, as políticas públicas que envolvem esse universo estudantil marcado por realidades socioeconômicas diferentes carecem ser conjugadas com iniciativas que permitam realmente a sobrevivência dos estudantes nas instituições privadas de ensino. Desse modo:

O acesso e a permanência no Ensino Superior devem ser entendidos como uma interação entre características estruturais da sociedade, políticas conjunturais e ações realizáveis ao alcance das universidades, marcadas por uma dinâmica que atenda os segmentos que não chegam ao vestibular e são desprovidos de recursos econômicos e culturais. Neste sentido, incorporar um paradigma econômico que harmonize e amplie a igualdade de oportunidades fomentando uma

maior inclusão social é um dos propósitos da Educação. Isso é justificável pois há ampla aceitação de que o capital humano de uma nação, as inovações e ideias dele oriundas são os motores centrais do crescimento econômico de um país. (FELICETTI, 2011, p. 251).

Outras considerações sobre o programa foram feitas por Estácia (2009a). Segundo a pesquisadora, o Prouni é uma ação de caráter temporário que contribui apenas com o acesso de sujeitos oriundos de camadas populares ao ensino superior. Nesse sentido, a autora questiona se não seria mais válido ampliar as vagas nas universidades públicas do que fazer parcerias com a rede privada de ensino. Ressalta, ainda, que o Prouni parece ser uma ação muito pequena diante da atual complexidade apresentada pelo sistema de ensino superior brasileiro.

A partir das análises levantadas pelos pesquisadores sobre o programa Prouni, observa-se que a inclusão dos sujeitos oriundos de camadas populares no ensino superior vai muito além das aparências garantidas pelo acesso, já que estar em uma universidade na condição de bolsista não garante a permanência do estudante até a conclusão do curso superior. Assim, para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 136):

O Prouni é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente.

Como pode-se verificar, a maioria dos autores dividem a mesma opinião, ou seja, analisam o programa Prouni enquanto meio de acesso às instituições de ensino, deixando em aberto a questão da permanência, tão importante quanto.

O programa Prouni, por meio da legislação e das portarias que o regulamentam, vem criando e implementando os critérios de seleção dos candidatos e de manutenção dos bolsistas, o que tem permitido o acesso

de estudantes oriundos de camadas populares nas instituições privadas de ensino. Nesse sentido, a seguir, apresenta-se o Prouni na legislação a partir da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

3.2 O PROUNI NA UNESC

Passamos a apresentar, neste tópico, um dos programas de bolsa de estudo destinado a estudantes já matriculados nos cursos de graduação, bem como aos candidatos que desejam adentrar no espaço universitário e que, devido às dificuldades econômicas enfrentadas, não apresentam condições de arcar com o pagamento das mensalidades.

No momento atual, o Prouni representa uma das oportunidades de acesso ao ensino superior privado. Tal programa, enquanto política pública, caracteriza-se como um mecanismo de inclusão social destinado aos sujeitos oriundos de camadas populares, deficientes e/ou aos autodeclarados pretos, pardos e índios. Segundo Lázarus (2008, p. 26):

Nascido para regularizar um dispositivo constitucional – a filantropia – que concede isenção fiscal a um conjunto de instituições educacionais, o Prouni tornou-se o maior e o mais importante programa de bolsas para o acesso de segmento da população pobre à educação superior em nosso país.

Utilizado como uma das ferramentas para a democratização do ensino superior, o Prouni, segundo informações do Ministério da Educação, foi criado pelo Governo Federal pela Medida Provisória n. 213/2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, de 13 de Janeiro de 2005. Conforme consta no Art. 8º da Lei, as instituições que aderirem ao programa recebem, em contrapartida, no período de vigência do termo de adesão, isenção dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido [...]; III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social [...]; e IV - Contribuição para o Programa de Integração Social [...] (BRASIL, 2005a).

Destinado a estudantes egressos do ensino médio de escolas públicas e/ou da rede privada na condição de bolsista integral, o programa dispõe de bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas (BRASIL, 2005a). Assim, conforme a Lei, em seu Art. 1º:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005a).

De acordo com a coordenação do Prouni da UNESC, o programa passou a fazer parte do quadro de bolsas de estudo da instituição efetivamente a partir do segundo semestre de 2006. Segundo informações, atualmente a universidade vem ofertando somente bolsa integral. Porém, 17¹⁷ estudantes são bolsistas parciais (50%), contemplados em processos seletivos anteriores e/ou recebidos de transferência de outras instituições de ensino.

O número de bolsistas na instituição vem crescendo consideravelmente a cada semestre a partir do Prouni¹⁸. Atualmente, 19,70% do quadro de bolsas de estudo e financiamentos da universidade são de bolsistas do programa.

Para concorrer à bolsa, o candidato deve ter realizado o ENEM e ter obtido média acima de 450 pontos nas cinco notas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens; códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; redação)¹⁹. Segundo o Art. 2º da Lei, poderá concorrer à bolsa Prouni:

¹⁷ Informação repassada pela coordenação do programa da instituição de acordo com o Sisprouni. Acesso em: 02 out. 2013.

¹⁸ Segundo a coordenação do Prouni da UNESC, de acordo com o Termo Aditivo do programa, ingressaram como bolsistas do Prouni em 2006/2: 74 bolsistas, 2007/1: 111, 2007/2: 38, 2008/1: 125, 2008/2: 56, 2009/1: 133, 2009/2: 76, 2010/1: 115, 2010/2: 114, 2011/1: 185, 2011/2: 113, 2012/1: 147, 2012/2: 75, 2013/1: 120, 2013/2: 418. Em 2014/1 foram ofertadas 510 pelo programa Prouni. Acesso em: 25 fev. 2014.

¹⁹ Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php>. Acesso em: 31 ago. 2013.

I - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III - professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005a).

O professor da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica concorre a bolsas nos cursos com grau de licenciatura desde que seja integrado ao quadro de pessoal permanente (BRASIL, 2005b).

A partir do ENEM, o estudante tem a possibilidade de ingressar no ensino superior com bolsa de estudo pelo Prouni. Além disso, os maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio em idade adequada podem certificar esse nível de escolaridade por meio da realização do exame. Assim, conforme o Art. 2º, da Portaria Normativa n. 144:

O participante do ENEM interessado em obter certificação de conclusão do ensino médio deverá possuir 18 (dezoito) anos completos até a data de realização da primeira prova do ENEM e atender aos seguintes requisitos: I - atingir o mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame; II - atingir o mínimo de 500 (quinhentos) pontos na redação. (BRASIL, 2012a).

O Prouni tem sido uma ferramenta de acesso ao ensino superior por meio da inclusão desses sujeitos que, por falta de condição

financeira ou devido a uma escolarização fragilizada, não tiveram até o momento, condições de continuar estudando. Por meio das políticas de ações afirmativas, o programa tem possibilitado, também, aos indivíduos pertencentes aos grupos discriminados historicamente, acesso ao ensino superior. Além das bolsas destinadas à ampla concorrência, o programa dispõe de uma política de cotas, conforme consta no Art. 7º, inciso II da Lei:

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros. § 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2005a).

Ações afirmativas são alternativas que preveem incluir na sociedade, por meio do acesso aos seus direitos, grupos discriminados que, por ações individuais, isoladas, não teriam possibilidades de alcançá-los. Segundo Menezes (2001, p. 28 apud ESTÁCIA, 2009b, p. 05), “[...] ação afirmativa é uma expressão que se refere às tentativas de trazer membros de grupo sub-representados, normalmente grupos que sofrem discriminação, a um grau mais alto de participação em algum programa de benefício.”

Em relação aos critérios legais do programa nas instituições de ensino, formaliza-se a concessão das bolsas de estudo por meio do Termo Adesão/Aditivo (BRASIL, 2005a). Neste termo são previstos os cursos e a quantidade de bolsas a serem ofertados a cada processo seletivo. As entidades beneficentes de assistência social que atuam no ensino superior, conforme Art. 11º, inciso I e II da Lei, devem:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade de sua receita anual efetivamente recebida [...]; II - para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição: a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma

de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei; b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa [...] (BRASIL, 2005a).

No que se refere à seleção dos candidatos ao programa, os interessados em concorrer à bolsa Prouni inscrevem-se pela internet, em períodos específicos determinados pelo MEC, podendo escolher até duas opções de curso, turno e IES, conforme a nota do ENEM e perfil socioeconômico (BRASIL, 2013b).

Os cursos ofertados pelo Prouni nas instituições de ensino devem apresentar conceito positivo no SINAES, garantindo, assim, qualidade na oferta, conforme consta no Art. 7º § 4º:

O Ministério da Educação desvinculará do Prouni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por duas avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei. (BRASIL, 2005a).

Após pré-seleção dos candidatos pela nota do ENEM divulgada pelo MEC, o candidato participa da entrevista de comprovação de informações na IES escolhida, a fim de comprovar sua situação socioeconômica declarada no ato da inscrição, sob pena de desclassificação, caso não apresente perfil socioeconômico compatível com a legislação estabelecida pelo programa.

Para aferir as informações declaradas pelo candidato, a instituição utiliza o Sistema do Prouni (Sisprouni), mediante a utilização do Certificado Digital²⁰, emitido no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICPBrasil, sendo todos os documentos emitidos pelo sistema e assinados digitalmente. Assim, segundo o Art. 3º:

O estudante a ser beneficiado pelo Prouni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato. Parágrafo único. O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas. (BRASIL, 2005a).

A fim de otimizar o preenchimento de todas as bolsas ofertadas a cada semestre, o processo seletivo do Prouni ocorre por meio de duas chamadas regulares e Lista de Espera (BRASIL, 2013b).

Encerrado o prazo da Lista de Espera, como última possibilidade de preenchimento das bolsas ainda disponíveis, a IES pode utilizar-se do recurso das Vagas Remanescentes. Dessa forma, as bolsas que não foram preenchidas na primeira e na segunda chamada e na Lista de Espera podem ser ofertadas aos estudantes já matriculados na instituição (BRASIL, 2005a). Nesse sentido, conforme o Art. 1º da Portaria n. 16:

As bolsas eventualmente remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao segundo semestre de 2013, assim entendidas aquelas não concedidas a candidatos pré-selecionados no decorrer do processo seletivo regular, poderão ser concedidas, em cada instituição de ensino superior - IES participante do Programa, observando-se as seguintes etapas sucessivas: I - conforme a classificação em processo seletivo próprio,

²⁰ Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=144&Itemid=150>. Acesso em: 05 de out. 2013.

inclusive vestibular, para as turmas iniciadas no segundo semestre de 2013; e II - conforme o desempenho acadêmico, mensurado pela instituição, para as turmas iniciadas anteriormente ao segundo semestre de 2013. § 1º Observadas as etapas referidas nos incisos I a II deste artigo, as bolsas eventualmente não preenchidas serão oferecidas no próximo processo seletivo correspondente do Prouni, de forma a cumprir a proporção de bolsas legalmente estabelecida. (BRASIL, 2013c).

Em relação à manutenção do programa, semestralmente a bolsa do Prouni deve ser atualizada pela IES junto aos bolsistas. A atualização comprova a matrícula dos estudantes, rendimento acadêmico e permite a reconsideração, caso não seja possível atingi-lo. Assim, conforme o Art. 4º:

Atualização do usufruto da bolsa é a realização semestral de todos os procedimentos constantes no SISPROUNI que confirmem sua regularidade, efetuados semestralmente e em período específico, independentemente do regime acadêmico e condicionados à matrícula regular do beneficiário da bolsa. (BRASIL, 2008a).

É de responsabilidade do bolsista apresentar rendimento acadêmico de pelo menos 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Caso não obtenha o rendimento necessário, o coordenador do Prouni, ouvidos os responsáveis pelas disciplinas, poderá autorizar uma única vez a continuidade da bolsa, reconsiderando-a (BRASIL, 2008a).

Segundo informações repassadas pela coordenação do Prouni da UNESC, 169²¹ bolsistas do Prouni já utilizaram a reconsideração, ou seja, tiveram rendimento acadêmico insuficiente e, 50²² bolsistas apresentaram rendimento acadêmico insuficiente pela segunda vez, tendo sua bolsa encerrada.

Comparado a outros programas de bolsa de estudo da UNESC, o Prouni diferencia-se dos demais por permitir aos bolsistas maior flexibilidade durante a trajetória acadêmica. Segundo a Portaria

²¹ Acesso em: 04 out. 2013.

²² Acesso em: 04 out. 2013.

Normativa n. 19, de 20/11/2008, o bolsista do Prouni pode solicitar durante o semestre a troca de turno e/ou curso, bem como a suspensão da bolsa de estudo. Porém, segundo o Art. 11º,

O prazo máximo de utilização da bolsa equivalerá a 2 (duas) vezes o prazo de integralização do curso informado no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores do Ministério da Educação. (BRASIL, 2008a).

Tal mecanismo tem possibilitado aos estudantes suspender a bolsa quando encontram dificuldades para frequentar as aulas, além de trocar de turno e/ou curso quando não se identificam com a escolha feita. Segundo informações repassadas pela coordenação do Prouni da UNESC, no segundo semestre de 2013, 78²³ bolsistas encontravam-se com a bolsa suspensa. A suspensão pode ocorrer a qualquer momento, desde que o bolsista solicite o pedido ao coordenador ou representante do Prouni na IES.

Pensando na permanência dos bolsistas na instituição, o programa possui convênios de estágios²⁴ entre MEC/CAIXA, MEC/FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos e ainda com o FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa (BRASIL, 2008b).

Ademais, para os bolsistas matriculados em cursos registrados no e-MEC com carga horária superior a seis (06) horas diárias de aula, além da gratuidade da mensalidade, o programa oferece bolsa permanência no valor de R\$ 400,00 (BRASIL, 2012b). No segundo semestre de 2013 na UNESC, segundo informações repassadas pela coordenação do programa, 43 bolsistas do Prouni do curso de Medicina recebiam o benefício.

Pensando na transparência do programa, o Prouni possui um instrumento de controle e fiscalização no sentido de garantir as diretrizes que o legitimam. Para isso, dispõe da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos - CONAP. Assim, conforme o Art. 1º:

²³ Acesso em: 04 out. 2013.

²⁴ Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 27 ago. 2013.

Fica instituída a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni - CONAP, órgão colegiado com atribuições consultivas, vinculado à Secretaria de Educação Superior - SESu do Ministério da Educação. Parágrafo único. Compete à CONAP: I - exercer o acompanhamento e o controle social dos procedimentos operacionais de concessão de bolsas do Prouni, visando ao seu aperfeiçoamento e à sua consolidação; II - interagir com a sociedade civil, recebendo queixas, denúncias, críticas e sugestões para apresentação à SESu; III - propor diretrizes para organização de comissões de acompanhamento local; IV - elaborar seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação; e V - realizar reuniões ordinárias e extraordinárias. (BRASIL, 2006).

Para garantir esse controle nas IES, o programa conta com a Comissão Local de Acompanhamento do Programa Universidade para Todos - COLAP, órgão consultivo que promove a articulação entre a CONAP, Prouni e o universo acadêmico (BRASIL, 2009). Compete à COLAP:

(I) exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do Prouni nas IES participantes do Programa; (II) interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Conap; (III) emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do Prouni; e (IV) fornecer informações sobre o Prouni à Conap. (PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, 2013, p. 14).

Em relação à veracidade das informações declaradas pelos bolsistas ao longo dos semestres, o programa dispõe do processo de supervisão. A fim de legitimar e garantir a integridade do programa por meio da CONAP e COLAP, o Prouni realiza um cruzamento de informações por meio do cadastro do bolsista com outros bancos de dados. Conforme o Art. 3º da Portaria Normativa n. 8, de 26/04/13, a Secretaria de Educação Superior “realizará o cruzamento de

informações constantes do Sistema Informatizado do Prouni - Sisprouni com as informações de cadastros oficiais pertinentes.” (BRASIL, 2013d).

Assim, no período de supervisão divulgado pelo MEC, as instituições contatam os bolsistas que foram selecionados a fim de comprovar o seu perfil socioeconômico. Caso seja identificada omissão de informações e/ou informações contraditórias às declaradas pelo bolsista, a bolsa é encerrada pela IES.

Até o segundo semestre de 2013, conforme informações da coordenação do Prouni na IES, 180²⁵ bolsistas foram submetidos ao processo de supervisão por apresentar alguma irregularidade nas informações declaradas. Dos estudantes que fizeram parte do processo, 23²⁶ bolsistas tiveram a sua bolsa encerrada, já que os indícios de irregularidade foram confirmados.

Após a exposição dos critérios legais e de críticas feitas ao programa Prouni por pesquisadores que discutem esta temática, pretende-se, na sequência, apresentar a realidade vivenciada pelos estudantes bolsistas do Prouni da UNESC.

Assim, buscando conhecer o universo dos estudantes, suas dificuldades e estratégias de permanência, apresenta-se o ponto de vista dos principais envolvidos dessa pesquisa, ou seja, o olhar dos bolsistas sobre o Prouni.

²⁵ Acesso em: 03 set. 2013.

²⁶ Acesso em: 15 nov. 2013.

4 O CASO DA UNESC: ANALISANDO OS DADOS

Este capítulo tem por finalidade apresentar o desdobramento do estudo a partir dos dados empíricos da pesquisa. Nesse sentido, optou-se por iniciar com uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa e, posteriormente, trazer à tona a realidade vivenciada pelos estudantes bolsistas.

Pesquisar esse universo permite analisar os fatores que interferem no acesso e permanência dos estudantes bolsistas do Prouni da UNESC, compreendendo as dificuldades e as estratégias adotadas por eles nesse processo.

Assim, os dados serão analisados com base nas reflexões apontadas nos capítulos anteriores e apresentados em quatro tópicos: caracterização dos sujeitos, o acesso no ensino superior, a permanência do bolsista na universidade sob o aspecto socioeconômico e a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Para constituir a amostra da pesquisa optou-se por fazer um levantamento dos bolsistas do Prouni da UNESC matriculados na última fase de seus respectivos cursos. A opção pela última fase justifica-se pelo interesse em conhecer melhor a trajetória já percorrida pelos estudantes e as experiências vivenciadas por eles, desde o ingresso no ensino superior até a última fase, às vésperas de concluir o curso.

Nesse sentido, foram pesquisadas informações consideradas relevantes para compreender o processo enfrentado pelo estudante bolsista em relação ao acesso e à permanência no ensino superior. Desse modo, foi traçado um perfil desses sujeitos a partir de questões relacionadas à idade; gênero; raça; estado civil; cidade; ocupação e remuneração do bolsista; grupo familiar; escolarização e remuneração dos pais; auxílio e apoio recebido dos familiares; forma de ingresso na universidade; dificuldades em relação à manutenção da bolsa; satisfação pelo curso escolhido; disponibilidade para o estudo e participação em eventos científicos fora do espaço da universidade; conhecimento sobre os programas que a IES dispõe para a permanência do estudante; investimentos financeiros necessários para se manter na universidade; estratégias e dificuldades enfrentadas pelos bolsistas e sugestões de como a UNESC poderia contribuir com a permanência dos estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior.

Visando conhecer melhor essa realidade, construiu-se uma amostra que buscou representar o universo dos estudantes bolsistas. A fim de obter elementos para compreender em que condições ocorre o acesso e a permanência dos bolsistas no ensino superior, buscou-se pesquisar os cursos que apresentaram maior concorrência no processo seletivo do Prouni referente ao segundo semestre de 2013. Posteriormente, cruzaram-se essas informações com os cursos que apresentaram bolsistas do Prouni matriculados no segundo semestre de 2013.

Num universo de 80 bolsistas matriculados na última fase conforme informações da Secretaria Acadêmica, o questionário foi encaminhado para 63 estudantes que estavam na última fase em cursos de graduação ofertados pelo Prouni no segundo semestre de 2013 na UNESC. Dos estudantes que se encontravam nessas condições, 43 responderam ao questionário.

Tabela 1- Curso e turno dos participantes da pesquisa matriculados na UNESC na última fase no segundo semestre de 2013

(Continua)

CURSO	TURNO	FEM. (N.)	MASC. (N.)	TOTAL
Administração com Habilitação em Comércio Exterior	Noturno	03		03
Arquitetura e Urbanismo	Vespertino	03		03
Artes Visuais Licenciatura	Noturno	01	01	02
Ciência da Computação	Noturno		01	01
Ciências Contábeis	Noturno	03	01	04
Direito	Matutino/ Noturno	05	01	06

(conclusão)

CURSO	TURNO	FEM. (N.)	MASC. (N.)	TOTAL
Educação Física Licenciatura	Noturno		01	01
Enfermagem	Noturno	01		01
Engenharia Ambiental	Matutino		01	01
Engenharia Civil	Noturno	02	02	04
Engenharia Química	Noturno		01	01
Farmácia	Matutino	02		02
Fisioterapia	Matutino		01	01
Medicina	Integral		03	03
Pedagogia	Noturno	03		03
Psicologia	Matutino	06	01	07
TOTAL GERAL		29	14	43

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos dados da Secretaria Acadêmica da UNESC.

Para a aplicação do questionário, foi feito contato com a Secretaria Acadêmica da UNESC, que contribuiu com informações referentes aos sujeitos da pesquisa em relação ao curso e ao turno, bem como forneceu o e-mail de cada estudante.

A partir dessas informações, contataram-se os bolsistas via e-mail, convidando-os para reuniões que ocorram em horários e dias distintos, de acordo com a disponibilidade dos estudantes, em um laboratório de informática cedido pela UNESC. Nas ocasiões, aplicou-se o questionário conforme o interesse dos sujeitos, que assinaram o termo de consentimento para a sua realização. A aplicação do questionário teve duração de 10 a 15 minutos, variando conforme o tempo que cada bolsista utilizou para responder às questões (em apêndice).

A partir deste momento, será apresentada uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa, já que as próximas sessões

discorrerão sobre análises mais profundas, relacionadas às condições de acesso e permanência dos bolsistas na universidade.

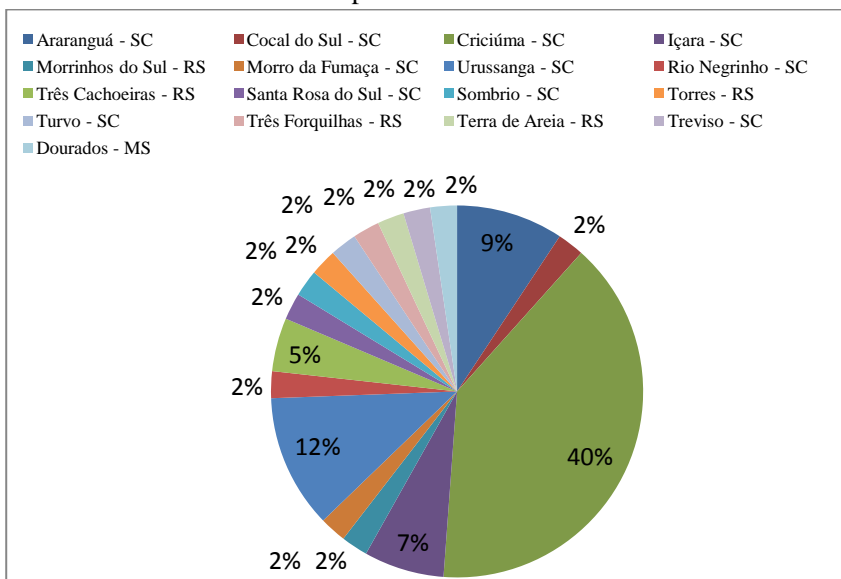
Em relação ao panorama da educação superior, Carvalho (2006, p. 992) afirma que “os dados sobre o perfil dos estudantes no ensino superior revelam que a democratização do ensino é bastante complexa no Brasil, diante da brutal desigualdade de renda entre as famílias e a reduzida parcela do ensino gratuito e de qualidade.”

A partir dessa realidade, no que se refere aos dados mais gerais coletados por intermédio dos estudantes bolsistas do Prouni matriculados em uma instituição privada e buscando traçar um perfil de quem são esses estudantes, verificou-se que a idade dos sujeitos da pesquisa varia entre 21 e 43 anos. O sexo feminino predominou entre os pesquisados, sendo 29 mulheres e 14 homens.

Em relação ao estado civil, 37 estudantes declararam-se solteiros, cinco (05) casados e um (01) bolsista declarou-se divorciado. Apenas uma (01) bolsista declarou possuir filhos, sendo esta solteira.

Em relação à cidade natal dos bolsistas, constatou-se que a maioria dos estudantes é natural da cidade de Criciúma e região, como pode-se observar abaixo:

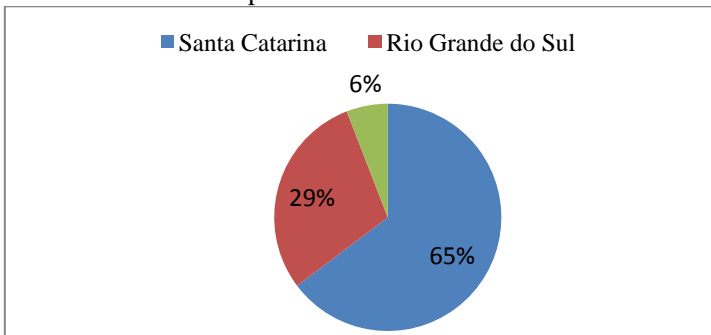
Gráfico 1- Cidade natal dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere aos estados, observa-se uma grande concentração de bolsistas naturais do estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

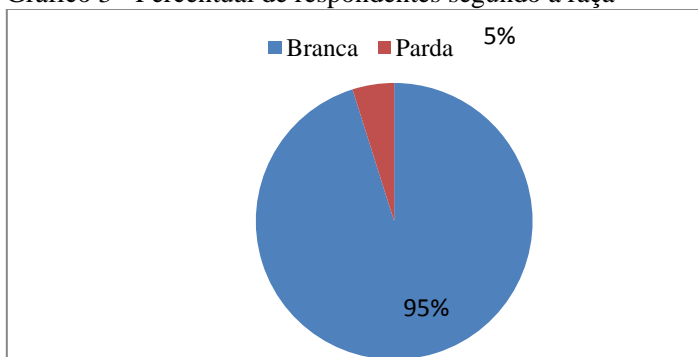
Gráfico 2 - Bolsistas por estado



Fonte: Elaborado pela autora

Dos respondentes, apenas 40 informaram a sua raça²⁷. A cor branca, como pode-se observar, predominou entre os pesquisados.

Gráfico 3 - Percentual de respondentes segundo a raça



Fonte: Elaborado pela autora

²⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Cor ou Raça refere-se à característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadore_sminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 28 jan. 2014.

Como foi visto, os sujeitos da pesquisa encontram-se matriculados em variados cursos de graduação, o que já reflete uma mudança no cenário educacional, uma vez que alguns desses cursos, historicamente, foram frequentados somente pela elite. Segundo Almeida (2007, p. 177):

A vida universitária de indivíduos provenientes de camadas populares constitui algo relativamente bem recente em termos históricos no Brasil. Santos (1998, p. 251) apresenta três momentos típicos no acesso a esse nível de ensino em terras brasileiras. Um primeiro, que se estendeu do século XVI ao início do século XIX, denominado uma “seleção entre muito poucos”, foi um período restrito à aristocracia brasileira, no qual os filhos da classe dominante eram enviados à metrópole portuguesa e lá, sobretudo na Universidade de Coimbra, desenvolviam seus estudos. Um segundo momento, chamado de “seleção entre poucos”, remete à vinda da família real portuguesa ao Brasil (1808) e perdurou até meados do século XX. Nessa fase, ainda que houvesse a entrada de alguns indivíduos de camadas médias, manteve-se o perfil elitista da etapa anterior. Por fim, estaríamos no terceiro momento relativo ao ingresso no ensino superior, quando encontramos uma “seleção entre muitos.”

Nesse sentido, as análises a seguir correlacionam-se aos elementos que condicionaram o ingresso de estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior, permitindo delinear com maior precisão as características dos bolsistas, levando em consideração os investimentos necessários para que essa possibilidade fosse concretizada.

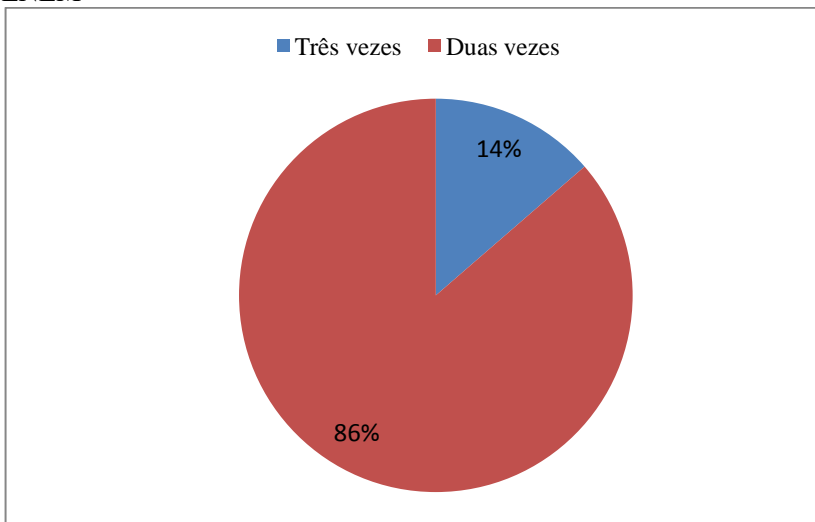
4.2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O acesso ao ensino superior incide sobre as condições de ingresso dos estudantes na universidade. Ao problematizar sob esta perspectiva, algumas questões norteadoras foram elencadas: Em que condições os estudantes oriundos de camadas populares chegaram até a universidade? Ou ainda, qual o contexto em que ocorre esse ingresso?

Para Helene e Matsushigue (2012), o motivo pelo qual por muito tempo a educação não fez parte da realidade brasileira se relaciona à má distribuição da riqueza produzida pelo país. Para os autores, “o sistema educacional, bem como os demais aspectos coletivos de nossa vida social, por um lado são altamente influenciados pela má distribuição de renda no país e, por outro, contribuem para sua reprodução.” (HELENE; MATSUSHIGUE, 2012, p. 28).

Pensando nas condições de acesso desses sujeitos ao ensino superior, como dito anteriormente, o primeiro critério para o estudante se candidatar à bolsa de estudo do Prouni é ter realizado o ENEM²⁸. Constata-se que 51% dos bolsistas declararam ter realizado mais de uma vez a prova do ENEM até serem contemplados com a bolsa Prouni. Entre os respondentes, a maioria declarou ter realizado o ENEM pelo menos duas vezes.

Gráfico 4 - Número de vezes em que os bolsistas realizaram a prova do ENEM



Fonte: Elaborado pela autora

²⁸ Segundo o Ministério da Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310>. Acesso em: 28 jan. 2014.

As tentativas de acesso ao ensino superior demonstram a persistência, entre os estudantes, em obter um bom desempenho na prova. As inúmeras tentativas reafirmam a necessidade dos estudantes oriundos de camadas populares adentrarem na universidade com a garantia de uma bolsa de estudo.

Conforme o site do Prouni, até o segundo semestre de 2013, 1.273.665²⁹ estudantes encontram-se na condição de bolsistas do programa no país. Embora, o Prouni tenha permitido aos sujeitos oriundos de camadas populares acesso ao ensino superior por meio de bolsas de estudo, os números de inscritos abaixo demonstram que há uma distância entre a oferta e a procura, ou seja, esta política ainda é para poucos.

Segundo consta, no segundo semestre de 2013, 456.973³⁰ candidatos inscreveram-se para o programa Prouni, concorrendo a 90.010 bolsas de 100 e 50%. Em relação ao ingresso dos estudantes oriundos de camadas populares nas instituições de ensino superior, Almeida (2007, p. 204) afirma que, para esses estudantes, “a universidade aparece como algo mágico, mítico, inatingível, sagrado, marcando, nos planos simbólico e objetivo, fronteiras entre os que conseguem ingressar nesse espaço e os que não obtêm êxito.”

Um fator determinante no acesso ao ensino superior refere-se à questão do mérito³¹, ou seja, um bom desempenho do estudante na prova do ENEM, visto que uma boa nota, por sua vez, decorre do

²⁹Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_regiao.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014.

³⁰ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/06/28/com-4369-mil-inscritos-prouni-2013-tem-menos-candidatos-que-em-2012.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

³¹ A questão do mérito também foi abordada em uma entrevista pelo sociólogo François Dubet, Professor da Universidade Bordeaux-II. Para ele, o princípio do mérito (um princípio de justiça) vem desde Aristóteles. Seria acreditar que se deve recompensar em função dos méritos que se tem. Nesse sentido, o autor questiona a ideia de que o princípio do mérito tenha que ser hegemônico, pois quando é tratado de forma hegemônica, gera desigualdade. Além disso, outras questões apontadas pelo autor seria questionar até que ponto o mérito depende de questões individuais ou de condições estruturais da sociedade. Disponível em:

<http://amaiivos.uol.com.br/amaiivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=41&cod_noticia=18998>. Acesso em: 31 jan. 2014.

comprometimento do estudante com a educação dos anos anteriores, subordinada às condições e à qualidade do ensino recebido por ele. No entanto, Mendes (2012, p. 137) esclarece:

A responsabilidade de não entrar na universidade não pode reduzir-se ao próprio estudante. O argumento do mérito subsumido nos exames de ingresso pressupõe que as diferenças entre os candidatos seriam cognitivas, e não socioeconômicas. Atribuir à cognição as diferenças patentes dos sistemas de ensino público e privado no país é um grave equívoco, que um grande contingente de jovens tem pagado com seus sonhos. Faz-se necessário colocar em questão o panorama de acesso à educação e defendê-lo com um direito, não como privilégio. Limitar as vagas nas universidades públicas e ampliar o financiamento às privadas é uma opção política, não um limite cognitivo da grande maioria dos jovens brasileiros.

Observa-se na pesquisa que 77% dos bolsistas frequentaram o ensino médio em escola da rede pública e 23% dos pesquisados em escola particular na condição de bolsista integral. Dentre os que estudaram em instituição particular com bolsa de estudo, destacam-se os estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Direito, Psicologia, Engenharia Química, Farmácia e Medicina.

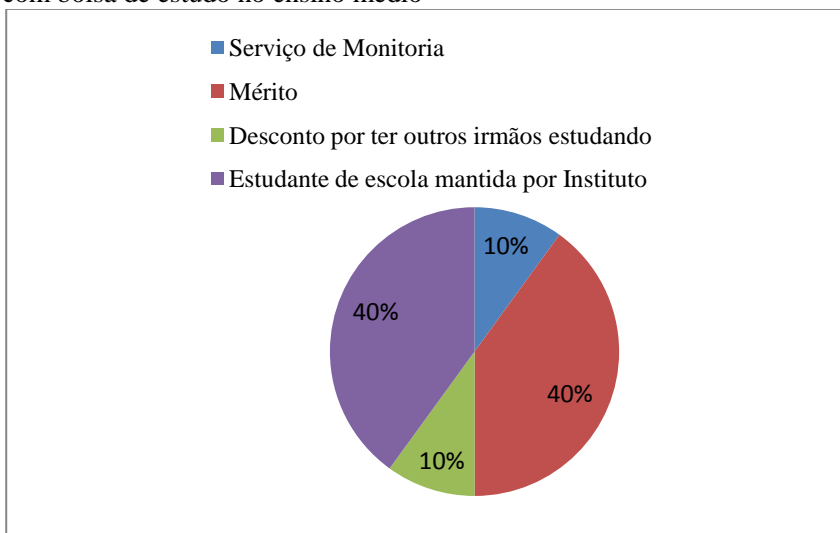
A análise dos estudantes que estão tendo acesso aos cursos citados acima e o *status* que estes cursos representam socialmente, por muito tempo acessíveis somente aos sujeitos que possuíam condições de frequentá-los, remete à discussão em relação à qualidade da educação pública comparada à privada. Porém verificaram-se bolsistas fazendo parte dessa realidade, mas vale ressaltar o histórico escolar de muitos desses estudantes apontados na pesquisa como bolsistas de instituições particulares durante o ensino médio. Desse modo, constata-se que, na busca por adentrar em cursos de grande concorrência, os estudantes que em sua maioria são oriundos de escola pública passam a concorrer com estudantes egressos de escolas particulares pelas mesmas vagas que, por sua vez, serão ocupadas pelos mais preparados.

Assim, conforme Bourdieu e Champagne (1997 apud ALMEIDA, 2007), por causa desses mecanismos, que se somam à lógica da transmissão do capital cultural, as mais altas instituições

permanecem exclusivas como sempre, abertas a todos e ao mesmo tempo reservadas a poucos, perpetuando e reproduzindo as antigas e conhecidas desigualdades.

Como no ensino superior, os estudantes de ensino médio que não apresentam condições financeiras de pagar as mensalidades em escolas particulares, têm a possibilidade de receber bolsa de estudo nessas instituições. A pesquisa apontou que a maioria dos respondentes foram beneficiados com bolsas de estudo no ensino médio por estudar em escolas mantidas por Institutos e por mérito, após realizarem uma prova de conhecimento.

Gráfico 5 - Motivos que levaram os respondentes a serem beneficiados com bolsa de estudo no ensino médio



Fonte: Elaborado pela autora

A preparação para o ensino superior exige dos estudantes muita dedicação nos anos que antecedem o ingresso, fato que exclui do processo muitos que não conseguem uma boa nota nos exames de seleção, seja no vestibular ou ENEM. A fim de melhor preparar-se, alguns estudantes investem em cursinhos preparatórios. Dentre os sujeitos da pesquisa, apenas 16% dos bolsistas declararam ter realizado curso de preparação para o vestibular.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira³², o número de estudantes no ensino superior tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Porém, embora tenha crescido o número de estudantes matriculados neste nível de ensino, este aumento ainda não representa a realidade da grande maioria.

Assim, muitos estudantes que não conseguiram concluir o ensino médio encontram-se na condição de trabalhadores e muitos outros, mesmo na condição de estudantes, são desafiados pelas suas realidades. Muitos enfrentam dificuldades por não ter usufruído uma educação de qualidade ao mesmo tempo em que também não apresentam condições de custear o pagamento de cursinhos preparatórios, já que estes exigem investimentos vultosos.

Para os estudantes que conseguiram, um novo cenário vai se apresentando em suas vidas, embora as dificuldades ainda se façam presentes. Zago (2006, p. 232), no artigo “Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares” apresenta os resultados de uma pesquisa com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e afirma que “[...] os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas.”

Nesse sentido cabe ressaltar que, devido à situação financeira dos bolsistas, existe uma diferença entre os que somente estudam e os que se dividem entre o estudo e o trabalho. Além disso, outras questões são levantadas, já que não basta somente o aumento das vagas no ensino superior, se faz necessário também garantir e investir na qualidade da educação nos anos que o antecedem o que, por sua vez, não se limita à última instância. Helene e Matsushigue (2012, p. 29) assim resumem essa situação:

De fato, em todo mundo, e mais ainda nos países que não completaram seu ciclo de desenvolvimento, a renda de uma pessoa depende muito da sua formação escolar. Essa dependência, podemos vê-la no dia a dia, nos dados brutos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]. A regra é: quanto mais e

³² Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculadas-no-ano-passado>. Acesso em: 28 jan. 2014.

melhor formação educacional, maior a renda de uma pessoa. É essa correlação, maior escolaridade, maior renda, associada à correlação maior renda familiar, mais e melhor educação, que fecha o círculo vicioso entre renda e educação. Desse modo ao oferecermos mais e melhor educação às crianças e jovens das classes mais favorecidas e, inversamente, menos e pior educação escolar aos mais desfavorecidos, criamos as condições necessárias e suficientes para preservarmos nossas enormes desigualdades de renda. Continuaremos, então, a desperdiçar o futuro, não apenas desses jovens, mas também da nação, já que os desfavorecidos constituem a ampla maioria da população.

Levando-se em consideração os condicionantes relativos à situação econômica dos estudantes oriundos de camadas populares, podem-se analisar as diferenças entre os estudantes que planejam o ingresso no ensino superior como algo quase inevitável, e os que acabam sendo “favorecidos” pelas políticas públicas. Isso porque os sujeitos oriundos de classes sociais com maior poder aquisitivo planejam a entrada na vida acadêmica como algo natural e preparam-se melhor para o ingresso na universidade, já que disponibilizam de recursos financeiros para frequentar um curso pré-vestibular e/ou porque estudaram em escolas onde o ensino proporcionou-lhes uma educação de qualidade.

Logo, os estudantes que realizaram cursinho, que estudaram em colégios privados e/ou que tiveram a oportunidade de estudar em escolas públicas de qualidade, podem representar um grupo de estudantes melhor preparados para os desafios do processo de aprendizagem ao longo da trajetória acadêmica, ao passo que muitos outros que não tiveram as mesmas oportunidades, encontram nesse processo muitas dificuldades. Em relação ao nível de escolaridade no Brasil, Helene; Matsushige (2012, p. 17), afirmam que:

[...] um pouco mais da metade dos jovens logram concluir o ensino médio (HELENE, 2010a), a outra metade, por sua vez formada basicamente pelos mais pobres, passará a vida toda sem esse nível educacional. Na atualidade, em boa parte dos países este nível é concluído pela quase totalidade dos jovens e é destinado não apenas ao

ingresso a níveis superiores, mas também a uma profissionalização de nível intermediário e a construir no aprendiz uma visão mais global e, potencialmente, crítica de mundo em que está inserido.

Parece que tal realidade demonstra uma ótica discriminadora sobre esses sujeitos que buscam de diversas formas manter-se estudando, ou que lutam, mas não conseguem seu espaço no ensino superior. É muito provável essa hipótese, pois cotidianamente esses sujeitos vivenciam as consequências da expressiva questão social, tentam sair do círculo vicioso do analfabetismo, do desemprego e/ou da desqualificação profissional e não conseguem, devido as suas realidades objetivas de vida.

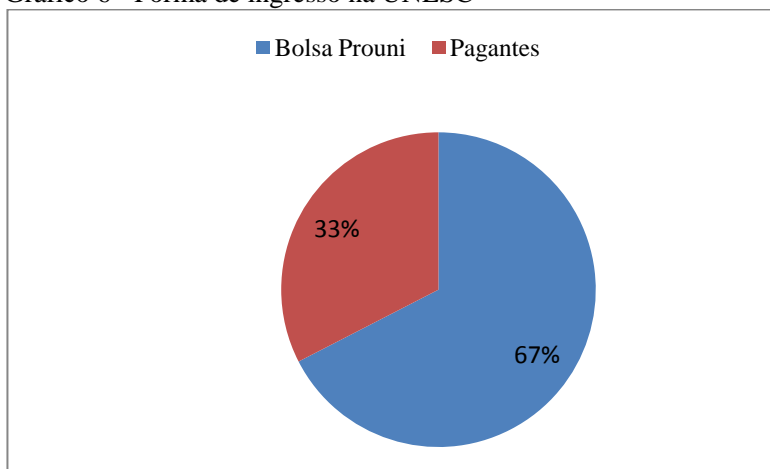
A exemplo da grande maioria dos sujeitos da pesquisa oriundos de escola pública, muitos passaram no processo de seleção numa única tentativa. Mas as dificuldades para muitos desses estudantes permanecem mesmo depois da aprovação, não desaparecem apenas com o ingresso na universidade, conforme pode-se verificar na resposta de uma das questões do questionário de um bolsista: *Busquei apoio financeiro com parentes, e só pagarei quando estiver trabalhando, depois de formada.*³³ Essa fala demonstra a experiência de uma estudante que se encontra na universidade por meio de uma bolsa de estudo, mas, mesmo com bolsa, buscou estratégias de garantir a sua sobrevivência nesse espaço, já que a permanência é um longo caminho a ser percorrido pelos estudantes oriundos de camadas populares.

Outra iniciativa do Prouni que ampliou a presença de deficientes, índios, pardos e pretos nas instituições de ensino superior e que contribuiu para o acesso desses grupos minoritários no espaço universitário refere-se às bolsas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas. Tal possibilidade reserva bolsas de estudo aos sujeitos que historicamente foram discriminados pela sua condição tendo, por isso, seus direitos negados. Entre os respondentes, apenas uma (01) bolsista do sexo feminino, matriculada no curso de Ciências Contábeis, optou pelo acesso do sistema de cotas.

Em relação à forma de ingresso dos bolsistas na universidade, pode-se verificar entre os respondentes que a maioria ingressou na universidade por meio do processo seletivo do Prouni.

³³ As respostas dos bolsistas foram retiradas do questionário e incorporadas ao texto em *itálico*.

Gráfico 6 - Forma de ingresso na UNESC



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados revelam que a grande maioria dos bolsistas do Prouni apenas matricula-se na instituição após ter garantido o benefício de uma bolsa de estudo. Esses dados representam a realidade da grande maioria dos estudantes que não dispõem de condições para custear o pagamento das mensalidades caso não fossem bolsistas.

No que se refere à satisfação pelo curso escolhido, a nota do ENEM também é determinante no momento de escolher entre o que se pretende cursar e o que é possível de acordo com o rendimento obtido. Entre os respondentes, apenas um (01) dos bolsistas declarou não estar matriculado no curso desejado. Neste caso, o respondente do curso de Fisioterapia declarou ter interesse pelo curso de Medicina.

Medicina, historicamente, é o curso mais procurado nos processos seletivos do Prouni. No segundo semestre de 2013, segundo informações repassadas pela coordenação do programa Prouni da UNESC, foram 293 inscritos para a oferta de cinco (05) bolsas de estudo. A grande concorrência faz com que os estudantes disputem uma vaga na sua segunda opção de curso, já que a nota³⁴ para conseguir uma

³⁴ Confirmou-se, junto à coordenação do Prouni da UNESC, segundo informações do Sisprouni, que no primeiro semestre de 2014 (as informações do segundo semestre de 2013 não estavam mais disponíveis no sistema) a menor nota do ENEM foi 456,36 pontos no curso de Geografia e a maior nota foi 754,38 no curso de Medicina. Acesso em: 26 fev. 2014

bolsa no curso de Medicina é uma das mais altas entre os cursos ofertados pelo Prouni.

No entanto, tal fato não impede que os estudantes optem por um curso que também seja de seu interesse e/ou que durante a trajetória acadêmica possam tentar novamente o ENEM e quem sabe ingressar no curso desejado, dado que dificilmente teriam condições de arcar com o pagamento das mensalidades³⁵ de cursos que historicamente foram frequentados somente pela elite.

Buscando então apresentar a realidade vivenciada pelos estudantes e suas famílias e as dificuldades principalmente financeiras que muitas vezes impedem e/ou dificultam a permanência na universidade, a seguir apresentam-se os dados relativos aos aspectos socioeconômicos administrados pelos bolsistas durante a formação superior.

4.3 A PERMANÊNCIA DO BOLSISTA NA UNIVERSIDADE SOB O ASPECTO SOCIOECONÔMICO

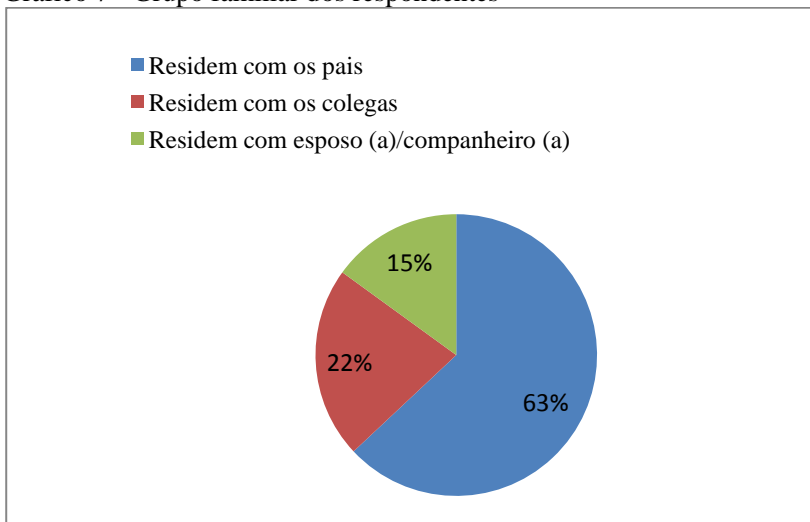
Os registros que serão apresentados demonstram como os bolsistas administraram o fator econômico durante a trajetória acadêmica. Nesta etapa, tratamos de aspectos levantados quanto à permanência na universidade no que tange às condições socioeconômicas vivenciadas pelos bolsistas e suas famílias. Segundo Almeida (2007, p. 204),

[...] a partir da entrada na universidade, uma nova imagem começa a ser desenhada, marcando uma certa atenuação do caráter mágico acima delineado. Essa ponderação é desenvolvida a partir da vivência concreta dos problemas existentes enquanto aluno. Nesse instante, passa-se a ter dois momentos intimamente imbricados: um inicial, alimentado ao longo do ensino médio e no período do vestibular, e outro, marcado pela realidade do cotidiano da universidade.

³⁵ De acordo com o Termo Aditivo do Prouni (segundo semestre de 2013) repassado pela coordenação do programa da UNESC, entre os cursos ofertados pelo Prouni no referido processo seletivo, o valor da menor mensalidade encontra-se no curso de Gestão Comercial (R\$ 413,12) e da maior mensalidade no curso de Medicina (R\$ 2.934,15).

Nesse sentido, questões referentes à sobrevivência dos estudantes na instituição de ensino são correlacionadas às condições financeiras dos bolsistas e, conseqüentemente, das suas famílias. Buscando conhecer quem são os sujeitos que convivem diariamente com os bolsistas, foi possível constatar que a maioria dos estudantes reside com seus pais.

Gráfico 7 - Grupo familiar dos respondentes

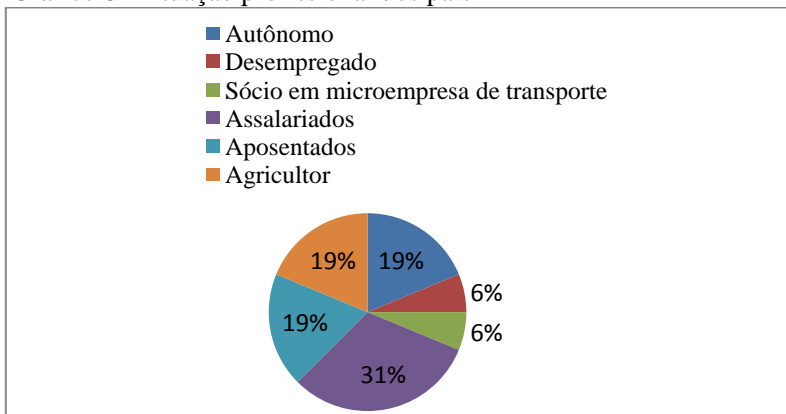


Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar a ocupação dos pais dos bolsistas respondentes, pode-se observar a existência de apenas um (01) pai desempregado. Além disso, verificou-se pais na condição de assalariados, sendo esses a maioria, bem como, aposentados, agricultores e outros que realizam atividades informais, sem vínculo empregatício.

Observa-se também que a grande maioria possui profissões que não exigem um nível de escolaridade elevado, tais como pedreiro, motorista, serviços gerais, comerciante, eletricitista, etc.

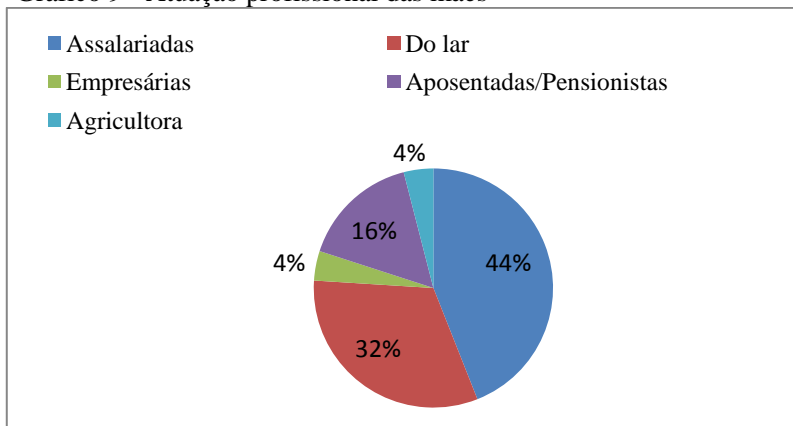
Gráfico 8 - Atuação profissional dos pais



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação às mães, a situação pouco se difere, já que a maioria é assalariada, porém existe um grande número de mães que são do lar, aposentadas e/ou pensionistas.

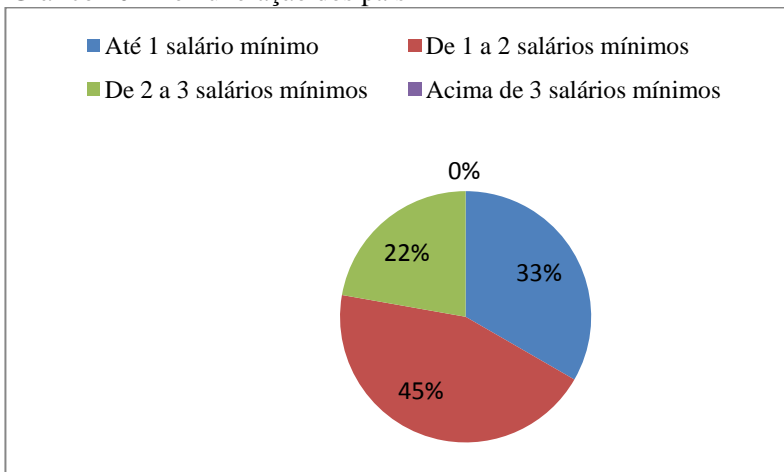
Gráfico 9 - Atuação profissional das mães



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao rendimento dos pais dos bolsistas, a maioria dos respondentes declarou que a renda do pai varia entre um (01) e dois (02) salários mínimos.

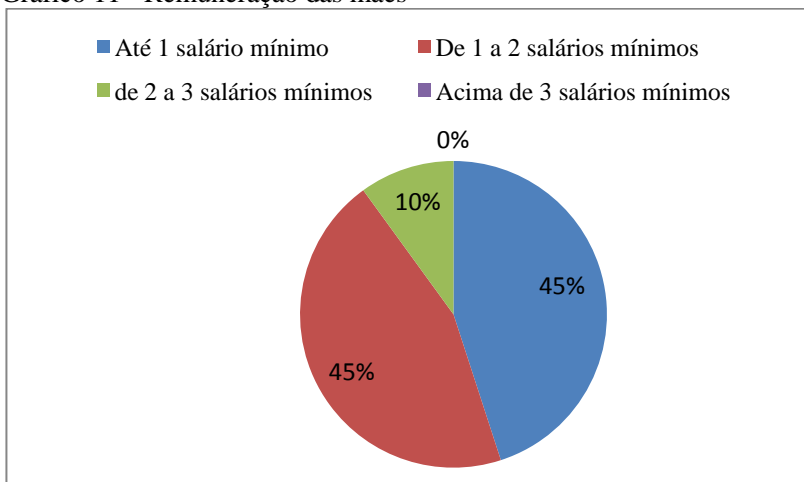
Gráfico 10 - Remuneração dos pais



Fonte: Elaborado pela autora

O rendimento das mães pouco se difere, aproximando-se também entre um (01) e dois (02) salários mínimos.

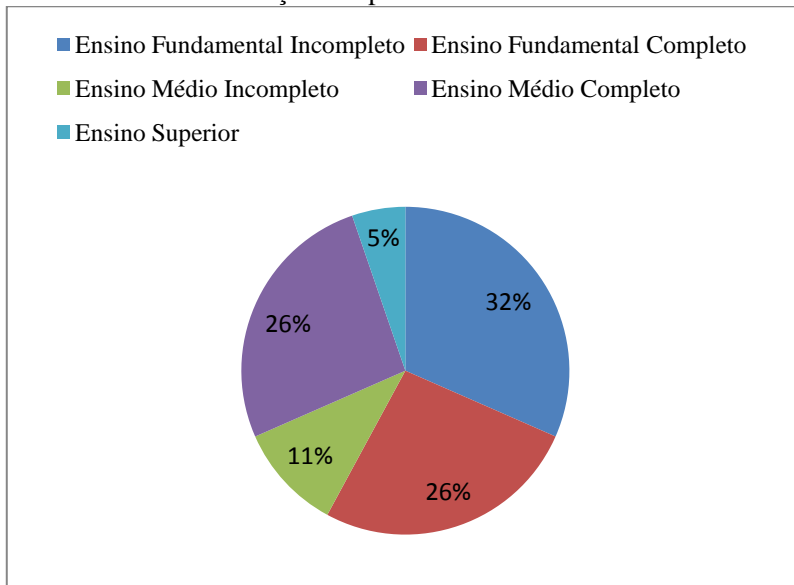
Gráfico 11 - Remuneração das mães



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à escolaridade dos pais dos estudantes, há uma predominância de baixa escolarização, já que a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto.

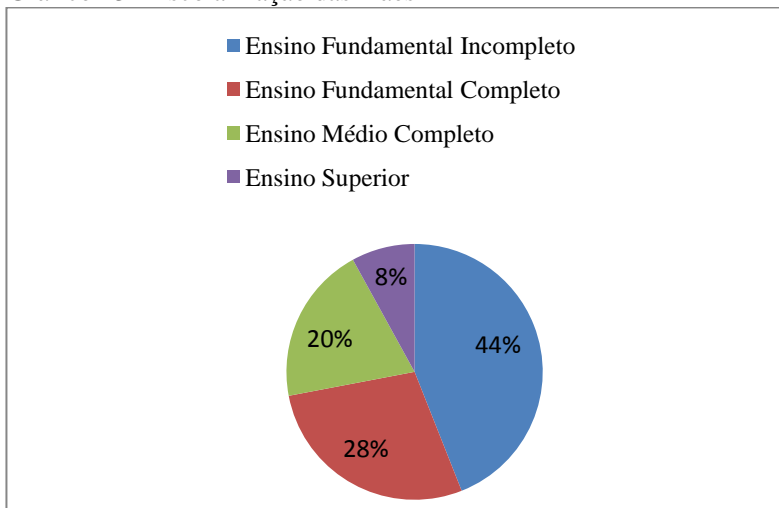
Gráfico 12 - Escolarização dos pais



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao nível de escolarização das mães, a situação pouco se altera. A maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto, porém observa-se que existe um maior número de mães com curso superior. Analisando os respondentes da pesquisa, conforme apontado anteriormente, verificou-se também que a maioria dos bolsistas é do sexo feminino, o que demonstra que as mulheres cada vez mais estão buscando seu espaço.

Gráfico 13 - Escolarização das mães

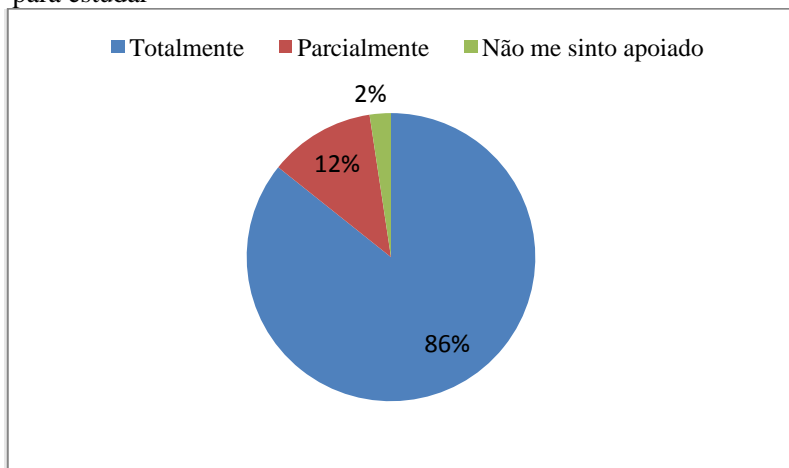


Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo diante das dificuldades postas pela situação econômica, conforme verificou-se, ao analisar a renda e o nível de escolaridade dos pais, observa-se a importância da família para o estudante, garantindo-lhe segurança e suporte sempre que necessário. Neste aspecto pode-se perceber que os estudantes se apoiam na família para seguir em frente: *Conto com apoio da família e procurei estágios em horários que tinha disponível, pois o custo de uma universidade não é só o valor de sua mensalidade.* A fala do estudante acima acentua a importância do apoio da família diante das dificuldades a serem enfrentadas.

É possível constatar que os estudantes desejam sentir-se apoiados pelas suas famílias diante das adversidades causadas pela sua condição socioeconômica. Embora, muitas vezes, a família não tenha condições de auxiliar financeiramente, já que a renda dos pais dos bolsistas varia entre um (01) e dois (02) salários mínimos, o apoio recebido pode ocorrer de diversas formas, até mesmo num estímulo para seguir em frente, tornando mais leve o caminho a ser percorrido. Quanto a essa questão, o gráfico abaixo revela que a maioria dos bolsistas se sentem apoiados pelas suas famílias para estudar.

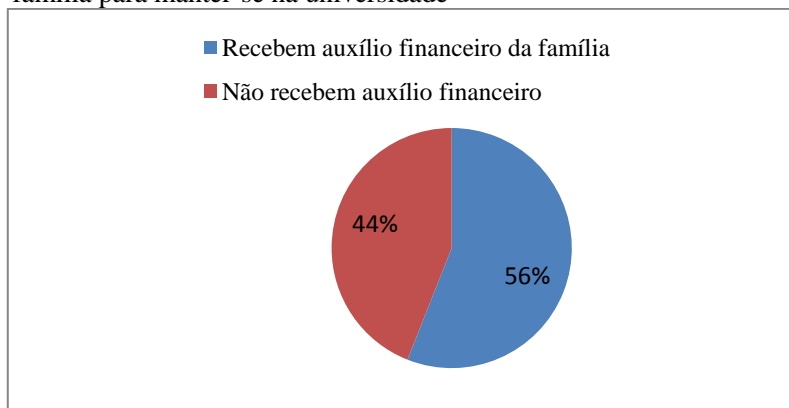
Gráfico 14 - Percentual de bolsistas que recebem apoio da sua família para estudar



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao apoio financeiro recebido dos familiares, a pesquisa demonstrou que um pouco mais da metade dos sujeitos pesquisados declararam também receber auxílio financeiro da família para manter as despesas na universidade.

Gráfico 15 - Percentual de bolsistas que recebem auxílio financeiro da família para manter-se na universidade



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os bolsistas que recebem auxílio financeiro da família, 96% dos respondentes declararam receber ajuda de até um (01) salário mínimo. Tal informação chama a atenção e justifica a necessidade de programas de permanência para os estudantes, pois mesmo com a bolsa Prouni, para que os sujeitos oriundos de camadas populares possam permanecer na universidade, tal benefício é insuficiente à sua tranquila permanência.

Nesse sentido corrobora Mendes (2012, p. 133), quando discute o precário modo de inclusão a que são submetidos os bolsistas oriundos de camadas populares no ensino superior, comparados aos estudantes que usufruem de uma melhor condição financeira:

[...] Referimo-nos às dificuldades materiais que mencionamos aqui, as quais interferem sobremaneira no aproveitamento dos estudos: tempo e custo de deslocamento até a universidade, necessidade de trabalhar e estudar, custo de material didático, cópias de textos, alimentação fora de casa são fatores que determinam uma situação diferenciada de aproveitamento do curso. Ainda que o estudante esteja dentro (“incluído”, portanto) da universidade, sua trajetória de estudos frequentemente se dá de maneira interrompida e desigual, comparando-se com um estudante que pode deslocar-se de carro até a universidade, é custeado pela família, permitindo-lhe dedicar-se integralmente ao curso, bem como adquirir cópias ou livros e arcar com a alimentação em restaurantes.

Diante dessas diferenças, os estudantes oriundos de camadas populares, além de bolsa de estudo integral, necessitam de auxílio financeiro para manter-se estudando. Vale registrar que esses sujeitos ingressam no ensino superior com bolsa de estudo justamente por comprovar que de acordo com o perfil socioeconômico familiar não teriam condições de custear um curso superior. Nessa linha de pensamento segue o depoimento de um dos bolsistas: *Tratando-se de um indivíduo que já adquiriu bolsa de estudo em função de uma carência financeira, é evidente que o mesmo precisa de outros incentivos financeiros para manter-se na graduação.*

Mesmo não possuindo condições financeiras, diante da oportunidade de ingressar no ensino superior, a família acaba

organizando diversas estratégias para o enfrentamento das suas necessidades, abdicando muitas vezes do seu lazer e/ou de uma melhor qualidade de vida, haja vista o esforço que realizam para prover de alguma forma as condições necessárias para manter o estudo dos seus membros.

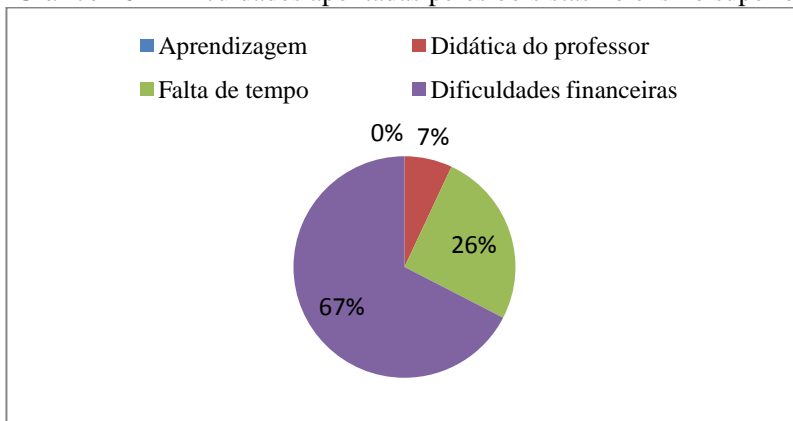
Se antes de ingressar no ensino superior as dificuldades já se faziam presentes, uma vez que a renda familiar desses estudantes não lhes permite uma vida econômica tranquila, essas mesmas dificuldades passam a ser vivenciadas intensamente pelos bolsistas durante o percurso acadêmico. Assim, as dificuldades fazem parte da vida desses sujeitos de acordo com a realidade e com as necessidades de cada um, algumas vezes se fazendo mais presentes, outras menos, ora mais intensamente, ora menos.

Segundo Almeida (2007), os estudantes oriundos de camadas populares forjados pelas condições sociais desvantajosas passam a adotar na universidade uma postura ativa frente aos desafios, buscando condições de vencer as dificuldades.

Embora no sistema capitalista o indivíduo seja culpabilizado por suas precárias condições financeiras e pela falta de recursos, Mészáros (2008), filósofo marxista, condena as mentalidades fatalistas que se conformam com a ideia de que não existe alternativa à globalização capitalista. Para o autor, a educação não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização. É construir e libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.

As maiores dificuldades vivenciadas pelos estudantes no ensino superior apontou que o maior entrave a ser enfrentado pelos bolsistas refere-se às dificuldades financeiras.

Gráfico 16 - Dificuldades apontadas pelos bolsistas no ensino superior



Fonte: Elaborado pela autora

Dentro da dimensão das dificuldades enfrentadas pelos bolsistas no ensino superior, procura-se detalhar, a seguir, as mais recorrentes entre eles: a dificuldade financeira e a falta de tempo.

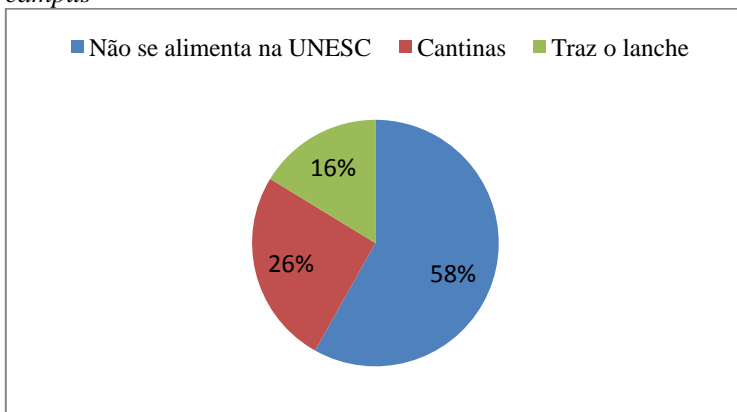
4.3.1 Dificuldades financeiras

As dificuldades em custear as despesas com alimentação, saúde, educação, transporte, habitação, material didático, internet entre outras de cunho financeiro, são um entrave à permanência do bolsista na IES.

De acordo com os respondentes, 95% dos estudantes bolsistas gastam até um (01) salário mínimo por mês para se manter na universidade e 5% dos respondentes tem custos entre dois (02) e três (03) salários mínimos. Os bolsistas que apontaram gastar mais de um (01) salário mínimo por mês encontram-se matriculados nos cursos de Psicologia e Pedagogia, sendo estes residentes nas cidades de Torres/RS e Araranguá/SC.

Entre as despesas para manter-se na universidade, o gasto com alimentação foi o mais recorrente entre os bolsistas. Devido às dificuldades financeiras, a maioria dos respondentes procura não se alimentar no campus, conforme pode-se constatar na fala de um deles: *O custo com alimentação por mês torna-se muito pesado. Procuo então me alimentar em casa, ou eventualmente, lanches em locais com custo mais acessível.* O depoimento do estudante é compartilhado pela maioria dos bolsistas, conforme pode-se observar:

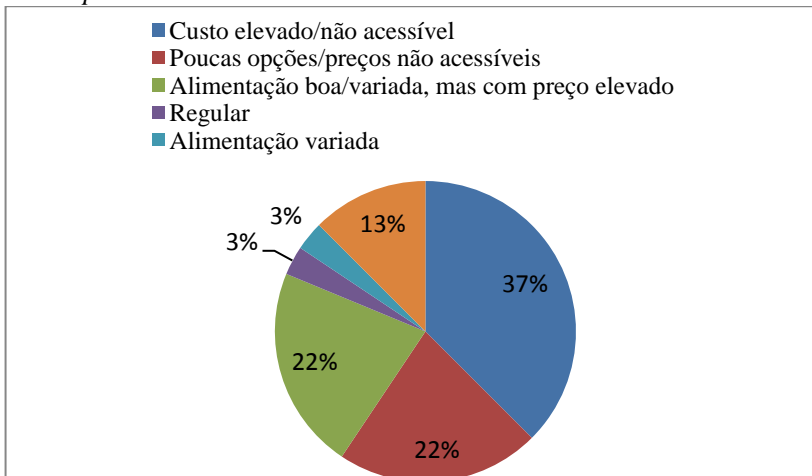
Gráfico 17 - Forma de alimentação adotada pelos bolsistas no *campus*



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à satisfação com os preços e à qualidade da alimentação encontrada na IES, quando questionados sobre as possibilidades de alimentação encontradas no campus, os respondentes expuseram suas opiniões, apontando o custo elevado e não acessível das cantinas e restaurantes.

Gráfico 18 - Opinião dos bolsistas em relação à alimentação encontrada no *campus*



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com os bolsistas, os valores elevados das cantinas e restaurantes da universidade inviabilizam, muitas vezes, a compra de lanches e refeições durante o período em que estão na instituição. Para economizar com essa despesa, a alimentação trazida de casa, conforme apontado, torna-se uma estratégia importante para saciar a fome e uma economia para o orçamento familiar, já que o alto custo dificulta a permanência dos estudantes oriundos de camadas populares na instituição.

Contudo, os bolsistas parecem aprender a conviver com a falta de dinheiro e acabam criando estratégias que possibilitam atender suas necessidades. As estratégias adotadas por eles na universidade oportunizam o enfrentamento de inúmeras dificuldades que, por vezes, lhes dão condições para continuar.

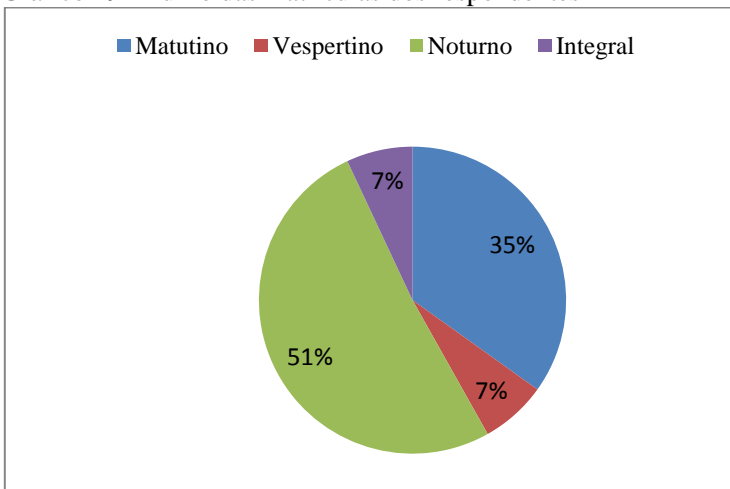
Devido às difíceis condições financeiras, muitos dividem-se entre a necessidade e a mudança, ou seja, entre o trabalho e o estudo. Entre os sujeitos da pesquisa, a maioria está matriculada no período noturno, frequentando as aulas após uma rotina de trabalho. Para um dos bolsistas, que além de estudante é trabalhador, torna-se necessário *Aproveitar ao máximo o tempo disponível, pois trabalhar de segunda a sexta o dia todo e as vezes no sábado de manhã exige muita disciplina e controle da questão financeira, pois os gastos com Xerox, lanche e livros as vezes é bastante alto.*

Devido às dificuldades financeiras, fazer um lanche com custo mais acessível é a saída para muitos dos estudantes. Nesse sentido, é possível que o lanche ocupe o lugar da janta, sendo uma importante estratégia para poder alimentar-se sem ter outros gastos além do que já está orçado para o mês.

Mas, quando se trata de uma refeição importante, como o almoço, por exemplo, o gasto aumenta. Conforme um dos bolsistas, *A universidade poderia implantar o restaurante universitário para auxiliar os bolsistas, o custo da alimentação aqui é muito alto, e para um bolsista que precisa almoçar ou permanecer aqui durante o dia todo é complicado. No final do mês o valor é alto.*

Pode-se verificar, em relação às matrículas, que, embora a maioria estude no período noturno, entre os sujeitos da pesquisa existe um grande número de estudantes matriculados no período matutino.

Gráfico 19 - Turno das matrículas dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora

Além dos gastos com alimentação, outro agravante que se manifesta entre os acadêmicos devido à falta de recursos econômicos e que atualmente parece ser algo de fácil acesso diz respeito às tecnologias. Na era da informática é muito comum comunicar-se via internet e utilizá-la como ferramenta para os estudos. Em função do tempo, rapidez e agilidade com que se obtém a informação, a realização de trabalhos, bem como a comunicação entre aluno e professor fora dos muros da universidade tem sido facilitada por meio do uso dessa ferramenta. Porém o acesso à utilização desse recurso pode ser um entrave entre os bolsistas.

Acessá-la e até mesmo ter domínio sobre ela pode ser algo difícil quando não supérfluo para muitos que, antes de obtê-la, necessitam custear a alimentação e a energia em suas casas, por exemplo. Entre os respondentes, 7% dos bolsistas não tem acesso à internet em sua casa. Para utilizá-la, dois (02) estudantes afirmaram usar a internet na biblioteca da UNESC e no local de trabalho e um (01) estudante afirmou que utiliza a internet somente na UNESC. Em relação às dificuldades enfrentadas pelos bolsistas sem acesso à internet, destaca-se o seguinte depoimento: *Atualmente eu tenho acesso, porém, nos primeiros dois*

*anos da faculdade eu não tinha acesso. Era muito difícil, pois tem muitas atividades no AVA*³⁶.

O registro do bolsista aponta o quanto é importante os estudantes terem acesso à internet já que, com o avanço da informatização, cada vez mais a universidade tem se utilizado dessa ferramenta para facilitar a metodologia na sala de aula e a comunicação entre os acadêmicos.

Além disso, vivemos hoje um momento totalmente diferente na universidade. Esta não é mais território somente da elite, e sim de estudantes que em sua maioria são economicamente carentes. Nesse contexto, as necessidades apresentadas pelos estudantes têm ultrapassado os processos de aprendizagem e estão, muitas vezes, conforme apontado anteriormente, ligadas diretamente à permanência do estudante no que tange à sua realidade econômica.

Pode-se constatar que alguns não usufruem desses recursos, pois os rendimentos de que dispõem são utilizados única e exclusivamente para se manter na universidade com alimentação, transporte, xerox, etc. Para outros, pais de família, a renda dos bolsistas que são, antes de estudantes, trabalhadores, compõe quase que integralmente a renda familiar e o sustento da família. Isso faz com que seus rendimentos, provindos do trabalho ou do estágio, sejam fundamentais para auxiliar no orçamento doméstico. Assim sendo, sobra pouco para o restante dos gastos, inclusive para a sua sobrevivência na universidade.

4.3.2 Administração do tempo *versus* trabalho e renda

Ingressar em uma universidade, participar de suas atividades, dedicar-se aos estudos, é muito mais que frequentar as aulas. Porém esse momento de preparar-se para um futuro melhor, de buscar novas oportunidades, ocorre simultaneamente à necessidade de trabalhar. Nesse sentido, o tempo investido no trabalho impõe, em vários casos, limites aos estudantes. Conforme apontado por Zago (2006), muitos desses sujeitos que estão ingressando no ensino superior são trabalhadores-estudantes, com atividades laborativas intensas. Por esse motivo, o trabalho estabelece forte concorrência com os estudos.

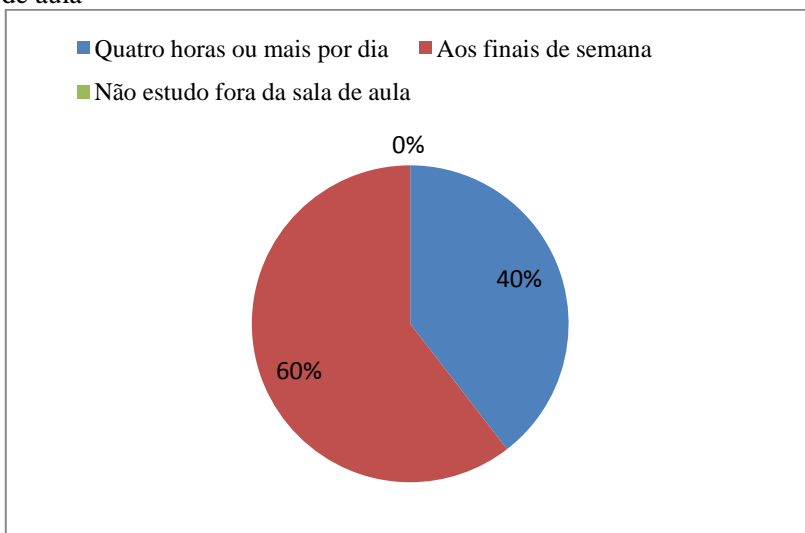
O fator tempo foi apontado entre os respondentes tanto em relação à questão financeira associada às horas dedicadas ao trabalho, quanto em relação aos momentos destinados pelos bolsistas para estudar: *Estudo contínuo e intenso, dedicação, organização do tempo,*

³⁶ AVA: (Ambiente Virtual de Aprendizagem) onde professores e alunos compartilham atividades disciplinares.

conciliação com estágios extracurriculares para percepção de salário, carona com amigos, etc. As questões apontadas pelo respondente no registro acima deixam evidente a necessidade de investir o tempo em atividades como estágio, por exemplo, para obter recurso financeiro, como no estudo, pois, para esse sujeito, o trabalho lhe permite a condição de estudante.

No que se refere ao tempo disponibilizado pelos bolsistas para estudar fora da sala de aula, a maioria declarou estudar somente aos finais de semana.

Gráfico 20 - Tempo destinado pelos bolsistas para estudar fora da sala de aula



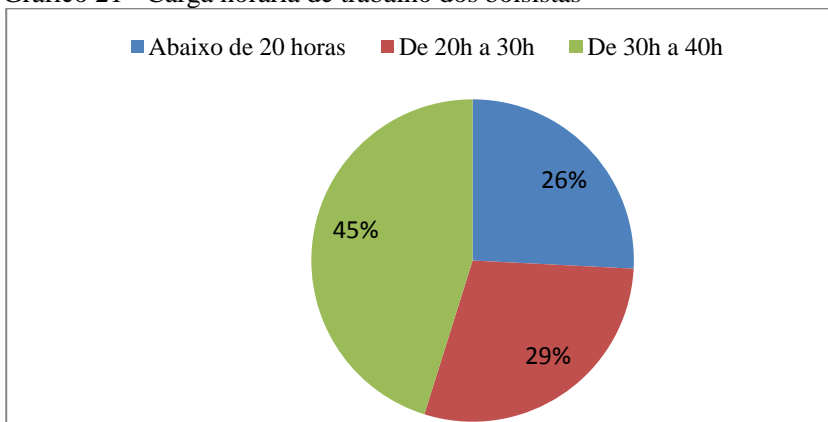
Fonte: Elaborado pela autora

Conciliar trabalho e estudo demanda um esforço considerável, esforço este marcado por diversos sacrifícios, fazendo com que os estudantes “criem” algum tempo em horários destinados a outras rotinas diárias. Um dos respondentes relata então o seu dia-a-dia: *Estudar nos finais de semana, horários de almoço no trabalho, no ônibus na vinda para a faculdade, prestar o máximo possível atenção nas aulas, dedicação aos estudos e cortar os gastos com supérfluos.* Esse registro demonstra uma nova postura do estudante frente às atividades acadêmicas, consubstanciada num empenho em manter-se na universidade trabalhando e estudando.

Nesse sentido, a nova rotina exige um alto grau de organização do estudante que também exerce a função de trabalhador, dividindo o seu tempo entre o trabalho que mantém a sua sobrevivência e o estudo que lhe permite preparação profissional e a possibilidade de uma melhor condição de vida. Logo, estar em uma universidade, para esses estudantes, não é apenas ampliar seus conhecimentos, é também mudar seus hábitos cotidianos, já que o controle do tempo se configura como elemento crucial nessa dinâmica.

Diante de tais condicionantes, pode-se dizer que os alunos que estudam e trabalham têm uma jornada dupla de trabalho, uma vez que tanto o trabalho como o estudo exigem muita dedicação e empenho. Entre os respondentes, a maioria declarou trabalhar de 30 a 40 horas semanais.

Gráfico 21 - Carga horária de trabalho dos bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora

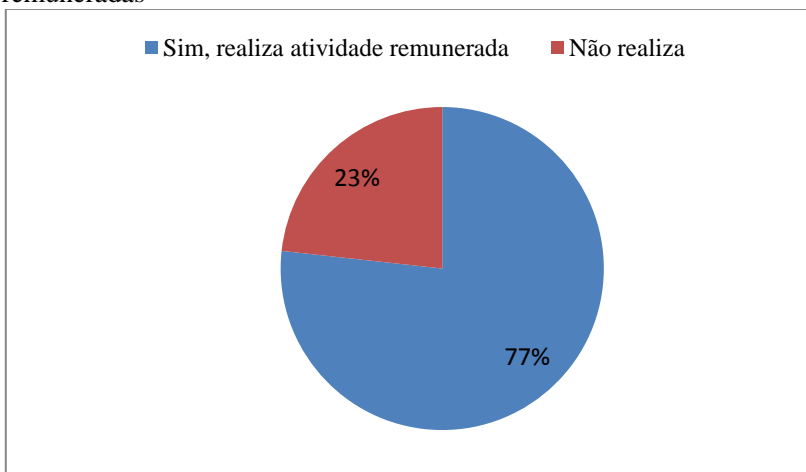
Conciliar estágio, trabalho e estudo não são tarefas simples, uma vez que tanto o estudo quanto o trabalho exigem muita dedicação. Além da presença e participação nas aulas, para que os estudantes se apropriem do conhecimento repassado, exigem-se horas de dedicação fora da sala de aula. Por outro lado, o trabalho, que na maioria das vezes mantém a família e/ou a permanência do bolsista na universidade, também exige muita dedicação e empenho.

Trabalhar durante o percurso acadêmico com o objetivo de obter recursos para manter-se na universidade reflete a realidade dos estudantes oriundos de camadas populares dado que, sem trabalho, há

poucas possibilidades de os bolsistas permanecerem estudando. Mesmo trabalhando as dificuldades permanecem, pois muitas vezes a remuneração que recebem é insuficiente para arcar com todas as despesas necessárias. Nesse sentido, corrobora um dos bolsistas quando relata como administra sua permanência na universidade: *Controle dos gastos financeiros da família, comprando apenas o necessário para poder me manter no ensino superior.*

Em relação à atuação profissional dos estudantes, a maioria deles declarou realizar alguma atividade remunerada, seja um trabalho ou um estágio.

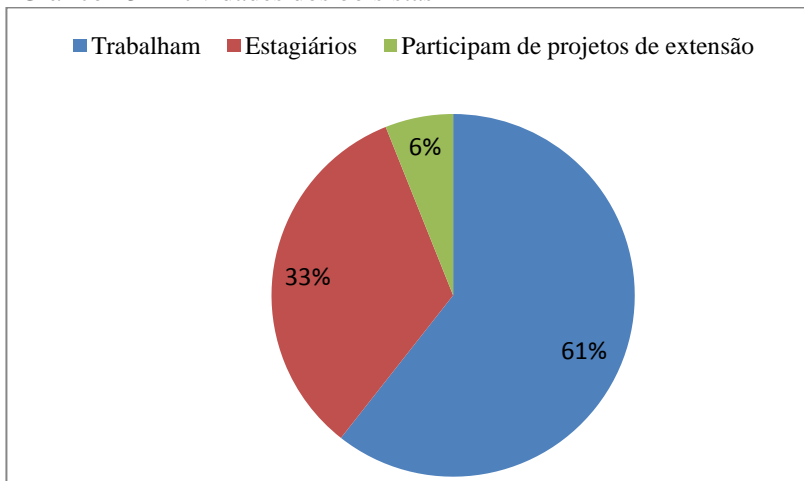
Gráfico 22 - Percentual de bolsistas que exercem atividades remuneradas



Fonte: Elaborado pela autora

Entre os respondentes, apenas 31 informaram a função que realizam. Dentre os que trabalham, identificaram-se estudantes que exercem a função de técnico de suporte, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório, técnico em cerâmica, recepcionista, técnica de enfermagem, ajudante de produção, etc. Os dados levantados na pesquisa apontam que a minoria dos estudantes participa de projetos de extensão e/ou são estagiários.

Gráfico 23 - Atividades dos bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora

Além do aprendizado na área, o estágio proporciona ao estudante uma carga horária flexível garantindo melhores condições de permanência na universidade. Para Zago (2006), a possibilidade de participar de estágio, monitoria ou projetos de iniciação científica permite ao estudante uma permanência mais confortável na universidade. Neste sentido:

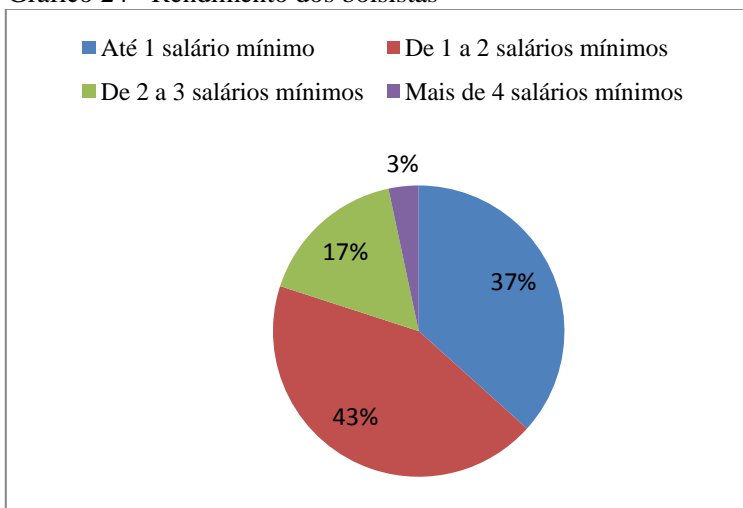
A flexibilização de horário concedida por essas formas de admissão processadas no interior das universidades transforma-se em uma vantagem para o estudante. Existe ainda a possibilidade de utilizar computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a instituição, pois sabemos o quanto essa condição pode representar para a sua vida acadêmica. Em geral esses estudantes permanecem toda a jornada na universidade e apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica. (ZAGO, 2006, p. 235).

A condição financeira dos bolsistas impõe-lhes a necessidade de uma fonte de renda para auxiliar com os gastos na universidade, seja um trabalho formal, informal ou um estágio remunerado. Tal situação é exemplificada por um dos bolsistas: *Organizei meu tempo e economizei*

muito para conseguir permanecer na universidade. É muito complicado, pois acabo saindo de casa muito cedo e chegando muito tarde, assim procuro tempo nos intervalos, antes de começar as aulas para conseguir estudar. Outro problema enfrentado são as condições financeiras para manter na universidade e, inclusive, na compra de livros.

Quanto à remuneração dos bolsistas, verificou-se entre os respondentes que a maioria possui renda de até dois (02) salários mínimos, demonstrando que este rendimento é insipiente para os gastos que implicam a entrada no ensino superior. Sem ajuda dos pais, talvez fosse inviável a permanência na universidade.

Gráfico 24 - Rendimento dos bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora

De 77% dos respondentes que trabalham ou realizam estágio, apenas 13% deles apontaram exercer alguma atividade informal para ampliar seus rendimentos além da atividade já declarada. Entre eles, dois (02) são estagiários e um (01) técnico de manutenção de piscinas. Outros dois (02) informaram não trabalhar, mas declararam realizar atividade informal para ampliar seus rendimentos. Em relação ao estado civil desses estudantes, três (03) são solteiros, estando matriculados nos cursos de Medicina, Fisioterapia e Direito, um (01) é casado, sendo bolsista do curso de Pedagogia e um (01) é divorciado e está matriculado no curso de Direito.

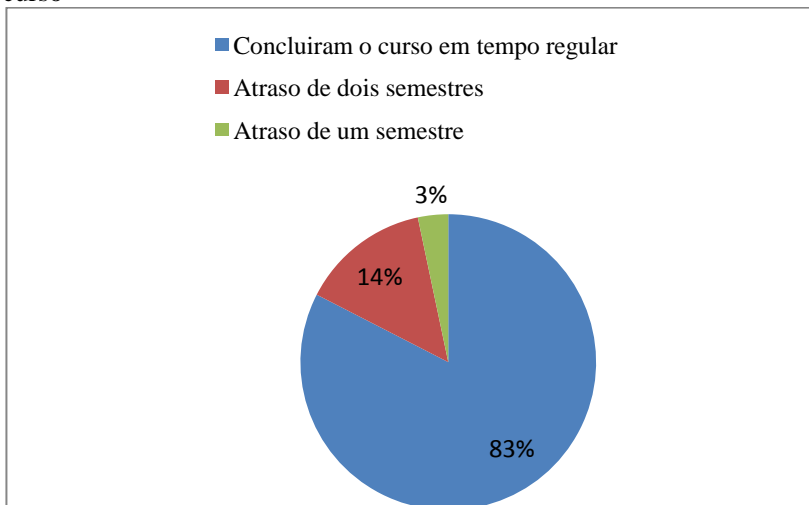
Pode-se verificar, a partir das questões levantadas, que o fator tempo apontado pelos respondentes está relacionado ao mundo do trabalho e também à dedicação que um curso superior exige, já que, para frequentar as aulas, os estudantes não deixam de trabalhar. Portanto, o tempo evidencia tanto o aspecto financeiro como ressalta o comprometimento desses acadêmicos com o que se propuseram, ou seja, com a sua formação.

4.4 A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS BOLSISTAS

Superado o acesso, a trajetória percorrida pelos bolsistas na universidade apontou as estratégias adotadas por eles para se manter estudando e levantou questões que permitem analisar a política de permanência desenvolvida pela universidade. Nesse sentido, investigou-se como os sujeitos da pesquisa se sentem nesse processo.

O tempo de bolsa Prouni utilizado pelos bolsistas até chegar ao último semestre está representado abaixo. Pode-se verificar que a maioria concluiu o curso no tempo regular.

Gráfico 25 - Tempo utilizado pelos bolsistas até o último semestre do curso



Fonte: Elaborado pela autora

Durante o período de utilização da bolsa, conforme já exposto, a qualquer momento o estudante pode solicitar a suspensão, a troca de

turno ou de curso. Tal benefício tem permitido aos alunos condições de permanecer com a bolsa Prouni na instituição mesmo quando, por algum motivo, desejarem se afastar. Entre os respondentes, verificou-se que apenas 2% dos bolsistas já solicitou a suspensão da bolsa.

Em relação à mudança de turno, 5% dos bolsistas já trocaram o período do curso após serem contemplados com a bolsa Prouni. Entre as razões, segundo um (01) dos bolsistas que veio de transferência externa, foi a qualidade da IES, curso e professores. Outro bolsista que realizou a troca argumentou a necessidade de frequentar um curso matutino, já que se encontrava matriculado no período vespertino.

No que se refere à troca de curso, 5% dos bolsistas já a realizaram. Os motivos justificados pelos respondentes foram a falta de identificação com o curso escolhido.

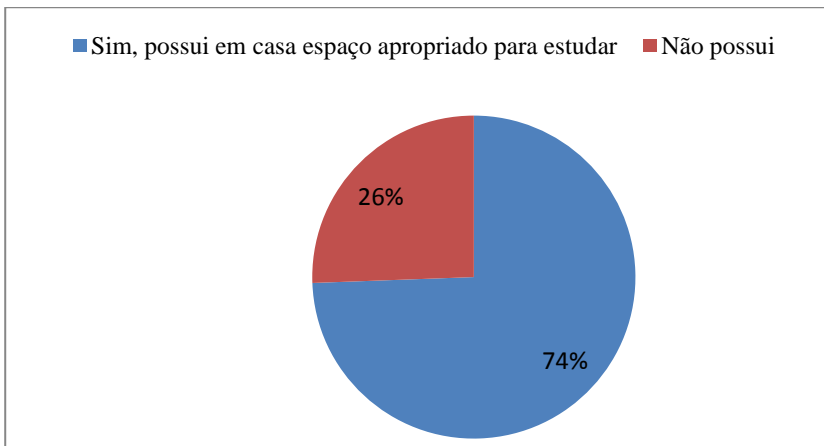
No aproveitamento acadêmico, questão relativa à reconsideração da bolsa, apenas 2% dos respondentes apresentou rendimento acadêmico inferior a 75% de aproveitamento das disciplinas. Em relação ao encerramento da bolsa, não houve entre eles estudantes que tenham perdido a bolsa em função de reprovar além das possibilidades permitidas pelo programa. Nesse sentido, um dos bolsistas expôs sua estratégia para se manter estudando com bolsa: *Muita economia nos gastos pessoais e dedicação ao curso para evitar reprovações.*

Verificou-se que a possibilidade que o bolsista tem de transferir o curso para outra IES, trocar de curso e turno quando não há identificação com a escolha feita, suspender a bolsa quando no percurso acadêmico situações adversas surgirem, bem como continuar com a bolsa mesmo quando não obtém o rendimento acadêmico, tem permitido a permanência dos bolsistas na instituição de ensino, dado que estes têm melhores condições de administrar a vida pessoal com a vida acadêmica.

Outro fator importante, como dito anteriormente, se refere ao apoio recebido da família, independentemente do benefício que esta venha a oferecer. Condições propícias e espaços adequados em casa para que o estudante possa estudar com tranquilidade também contribuem para o processo de aprendizagem e para a permanência dos bolsistas na instituição de ensino.

Conforme apresentado no gráfico abaixo, é possível verificar que a maioria dos estudantes possui em suas residências um espaço apropriado, isolado, silencioso e organizado para que possa dedicar-se aos estudos fora de sala de aula:

Gráfico 26 - Percentual de bolsistas que possuem espaço apropriado em casa para estudar



Fonte: Elaborado pela autora

A partir do acesso ao ensino superior, os estudantes oriundos de camadas populares passam a ter contato com outras pessoas e a realizar também, neste espaço, outras atividades. Consta-se que é muito importante para o desenvolvimento dos estudantes motivá-los a se dedicarem cada vez mais ao mundo acadêmico. Assim, a participação tanto dentro da sala de aula como fora dela, por meio do envolvimento em grupos de pesquisa, encontros científicos, estágios, bem como em movimentos estudantis, culturais, dentre outras atividades, mobiliza o estudante a seguir em frente com maior determinação: *Busquei por livros, projeto de pesquisa ao qual participei na Universidade, participei de eventos e congressos na área entre outras atividades extra curriculares ligadas ao curso.* Nesse registro, o bolsista expôs as estratégias que contribuíram com a ampliação do seu conhecimento para além da sala de aula, buscando outras atividades que agregaram valor à sua formação.

Nesse sentido, outro bolsista também sugere como estratégia de permanência essa troca de experiências: *Incentivar maior contato dos acadêmicos com atividades extra curriculares na universidade, fazendo com que os alunos tenham maior experiência, facilitando o entendimento das aulas, assim possibilitando a permanência dos mesmos na universidade.*

Desse modo, é necessário ter acesso a esses espaços na universidade para que os estudantes possam se apropriar deles, levando-os a desafiar suas realidades e a acrescentar novas experiências aos seus currículos. Além de transmissão e produção de conhecimento, a

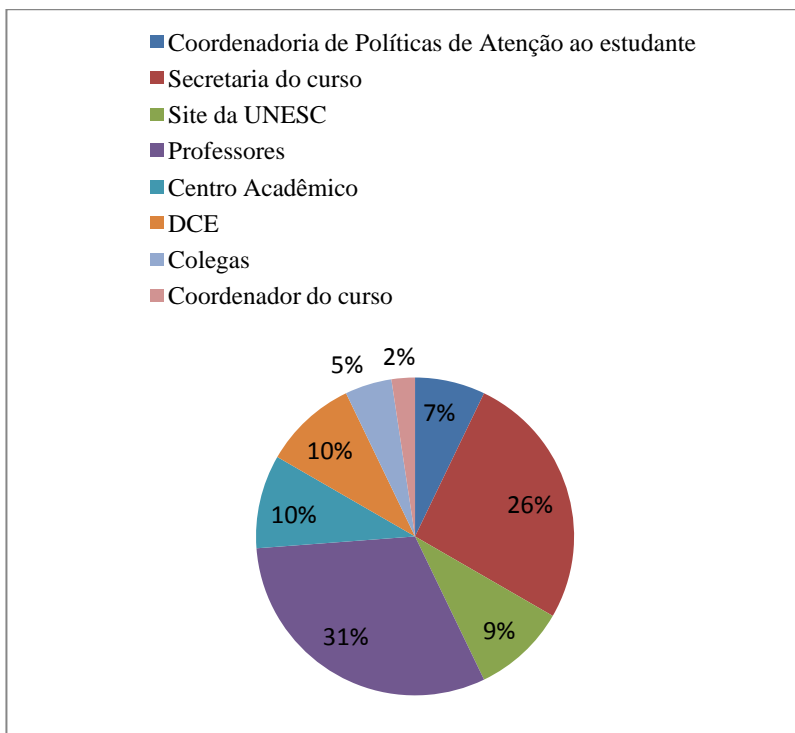
universidade é a ponte do estudante para esse mundo que está sendo construído dentro da sala de aula. Assim, na acepção de Buarque (1994, p. 105), cabe à universidade

[...] entender que há dois tipos de futuro: o que é a continuação linear do passado, com novas respostas para as mesmas perguntas, dentro do momento paradigmático, e o que surge da ruptura com o passado, com a reformulação da organização social, com novas propostas ideológicas, com perguntas diferentes. A universidade também deve entender que, no atual momento, o Brasil vive as vésperas de um novo futuro (que não será simples reprodução do passado), com exigências diferentes para cada instituição social, especialmente para aquela cujo papel é entender o mundo, formular propostas e ajudar na construção desse futuro.

Buscando dar visibilidade a essas questões, procurou-se integrar à análise fatores que vão além da dimensão material e que, se correlacionados, possibilitam contribuir com a formação acadêmica e com a permanência dos bolsistas na instituição. De acordo com os respondentes, 65% dos estudantes recebeu alguma orientação sobre os estágios que a universidade dispõe, bem como tem conhecimento sobre os grupos de pesquisa e/ou movimentos estudantis.

Entre os fatores que contribuem para a participação nesses espaços e para a permanência dos bolsistas na instituição de ensino, destaca-se a comunicação da IES com os estudantes. Assim, para que haja participação dos discentes nas atividades oferecidas pela instituição, é necessário que estes conheçam a instituição da qual fazem parte e as possibilidades que ela pode oferecer para o seu futuro. O gráfico abaixo descreve os meios pelos quais as informações chegaram aos sujeitos da pesquisa. Destaca-se que foi a partir dos professores e das secretárias dos cursos que a maioria dos bolsistas teve acesso às informações.

Gráfico 27 - Meios pelos quais os bolsistas obtiveram conhecimento sobre o movimento estudantil e/ou as possibilidades de estágios e grupos de pesquisa na universidade



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre a participação dos bolsistas em eventos científicos fora do espaço da universidade, dentre os respondentes 52% deles, ou seja, um pouco mais do que a metade dos estudantes informaram apresentar disponibilidade para participar de encontros que visam contribuir com a formação acadêmica.

Analisando esse percentual, pode-se observar que a impossibilidade de participação nesses espaços é justificável, pois a maioria dos estudantes trabalha, fato que dificulta sua participação em encontros científicos fora do horário de aula e da instituição.

Sob esse prisma, pode-se dizer que a dificuldade que o estudante tem em vivenciar a vida acadêmica mais intensamente, encontra-se associada mais uma vez à sua condição econômica, que, entre outros fatores, impede o contato do bolsista com novas experiências e possibilidades.

No que se refere ao conhecimento que os bolsistas têm sobre os serviços prestados pela universidade aos estudantes que se encontram

com dificuldades na compreensão dos conteúdos, apenas 37% dos respondentes declarou ter informação.

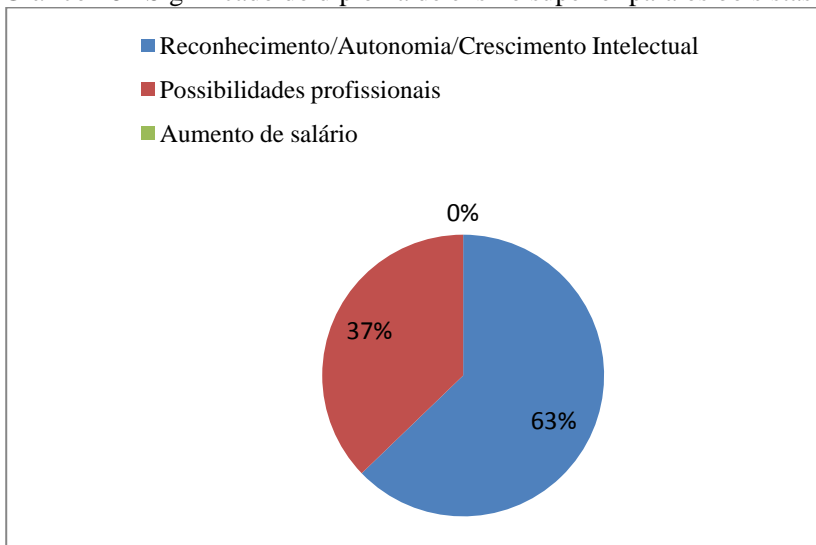
Embora nenhum dos respondentes tenha declarado apresentar dificuldades de aprendizagem, é importante que os estudantes conheçam a estrutura que a instituição disponibiliza para auxiliar no processo de ensino. Entre os respondentes, 14 relataram conhecer o programa de monitoria destinado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e dois (02) informaram conhecer o atendimento psicopedagógico. Tal fato aponta que, para consolidar o programa de permanência da instituição, é necessário pensar no acesso à informação sobre esses programas e, no caso da monitoria e atendimento psicopedagógico, atentar para o fato de que se trata de alunos trabalhadores, portanto urge analisar em que horários esses ocorrerão.

A vida acadêmica permite aos estudantes oriundos de camadas populares fazer parte de um mundo até então desconhecido. O diploma, para muitos dos estudantes bolsistas, além de proporcionar o aprender do dia-a-dia por meio do conhecimento adquirido ao longo dos anos necessários à conclusão da graduação, é visto como um divisor de águas. O diploma para esses estudantes significa ser respeitado perante a sociedade e também oportunidade de vencer as dificuldades e de fazer parte de um mundo que até então foi estranho à sua realidade.

Nesse sentido corrobora uma das bolsistas do curso de Farmácia: *Sempre coloquei os estudos em primeiro lugar, pois sei da importância de manter minha bolsa que foi o que possibilitou minha graduação, já que o curso de Farmácia é caro. Sempre busquei por estágios para conhecer mais sobre minha área de atuação e também ter uma renda à parte. Procuro me esforçar o máximo que posso nos estudos, pois sei que isto irá refletir na minha carreira como profissional farmacêutica.*

Para a maioria dos respondentes, o diploma de ensino superior significa reconhecimento, autonomia e crescimento intelectual.

Gráfico 28 - Significado do diploma de ensino superior para os bolsistas



Fonte: Elaborado pela autora

A universidade, para muitos dos estudantes, é o começo de uma nova etapa, embora as dificuldades encontradas nesse percurso sejam muitas. Entre elas, exige-se do estudante dedicação e principalmente reorganização tanto da vida pessoal, econômica, como da vida social.

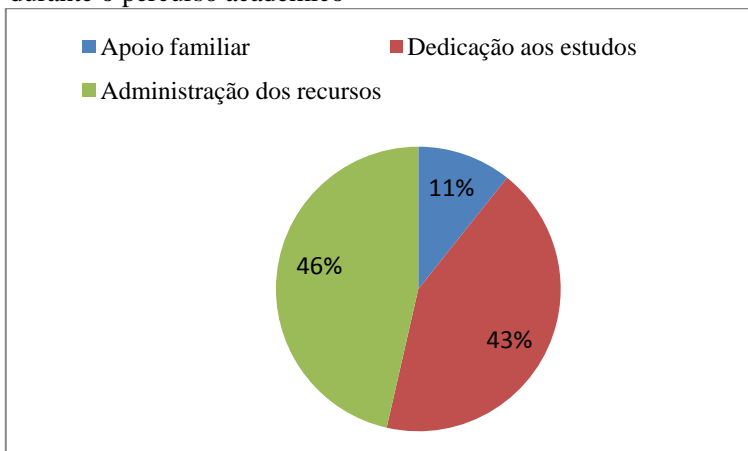
Porém, os estudantes passam a adquirir a partir desse espaço mais autonomia, assim como passam a adotar estratégias que garantem a sua permanência nessa nova realidade, transpondo, dessa forma, as dificuldades. Para um dos bolsistas, é necessário: *Aproveitar o máximo das aulas, com frequência diária e ter contato direto com professores para não haver dificuldade de entendimento [...].*

As estratégias adotadas pelos bolsistas para vencer as dificuldades encontradas durante o percurso acadêmico apontou diversos aspectos, conforme pode ser observado no registro de um bolsista em uma das respostas ao questionário: *Durante o curso, fiz estágios na área do curso e até mesmo fora da área do curso para ter condições de manter as despesas com impressão de materiais para estudo, passagem de ônibus, alimentação, além do apoio financeiro da família que sempre me ajudou.*

Algumas estratégias adotadas são comuns entre os bolsistas, aparecendo mais frequentemente (administração dos recursos), outras

apenas uma vez. Observa-se que muitos respondentes apontaram mais de uma estratégia, sendo essas agrupadas no gráfico a seguir.

Gráfico 29 - Estratégias de permanência apontadas pelos bolsistas durante o percurso acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora

Os meios adotados pelos bolsistas, principalmente relacionados à questão financeira já que envolvem a administração dos seus recursos, tem-lhes garantido a permanência até a última fase. Porém, mesmo buscando estratégias que visam auxiliar no enfrentamento da ausência de recursos, os estudantes carecem também ser assistidos pela instituição de ensino.

Boas (2001 apud ALMEIDA, 2007), afirma que a universidade pode intervir nas desigualdades educacionais sofridas pelos estudantes. Nesse sentido, é preciso reconhecer a parte que lhes cabe na produção e reprodução das desigualdades educacionais, pois a universidade também faz parte desse universo.

Desse modo, o papel da IES foi reconfigurado. Além do compromisso com a aprendizagem e com a produção de conhecimento, a ela cabe conjugar esforços no intuito de viabilizar a permanência com sucesso dos estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior.

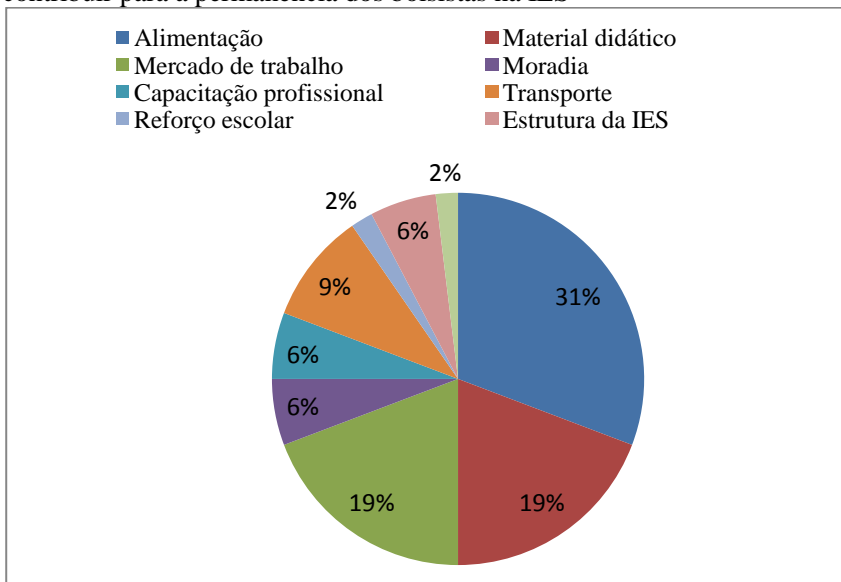
Entre as sugestões, registra-se a declaração de um dos bolsistas: *Acho que a Universidade poderia inserir projetos de pesquisa, estágios e outras atividades neste nível com os bolsistas, com o objetivo de além*

de capacitar ainda mais o acadêmico, mostrar que os bolsistas também podem desenvolver trabalhos à parte que contribuem para uma melhor qualificação profissional e social [...].

O registro acima demonstra a importância de o estudante realizar na instituição atividades além das obrigatórias determinadas pelo curso, pois permitiriam aos bolsistas além de ampliar seu conhecimento por meio do estudo, ser remunerados para isso, contribuindo com a sua permanência na instituição. Nesse sentido, verifica-se que esses recursos abrem muitas possibilidades para os estudantes, além de capacitá-los para que, num futuro próximo, possam ingressar com experiência no mercado de trabalho. Para outro bolsista, a UNESC poderia contribuir *Promovendo integração da instituição com as empresas, facilitando assim a entrada dos acadêmicos para trabalhar como estagiários, desta forma eles teriam um incentivo maior para a permanência no curso.*

A maioria dos sujeitos da pesquisa apontou a necessidade de receber auxílio com alimentação, material didático e encaminhamento para o mercado de trabalho. Além dessas necessidades, surgiram as seguintes sugestões:

Gráfico 30 - Sugestões dos respondentes de como a UNESC poderia contribuir para a permanência dos bolsistas na IES



Fonte: Elaborado pela autora

Como pode ser observado, a maioria dos bolsistas apontou a necessidade de receber auxílio com alimentação. Conforme Carvalho (2006), cabe ressaltar que os estudantes oriundos de camadas populares na universidade não necessitam apenas da gratuidade das mensalidades, mas de subsídios para manter-se nela. Nesse sentido, as necessidades que remetem às questões financeiras como as destacadas pelos bolsistas requerem repensar não somente o valor da bolsa permanência oferecida pelo programa Prouni, como também a necessidade de incluir nesse benefício os demais bolsistas do programa, já que as dificuldades fazem parte da realidade não somente de quem estuda seis (06) horas ou mais por dia, e sim de todos. Logo, esse recurso poderia auxiliar com os gastos na universidade, principalmente com alimentação, conforme apontado pela maioria dos bolsistas.

Além dessas questões, existe a necessidade por parte dos respondentes de ampliar as oportunidades profissionais na universidade, pois conforme já apontado, uma série de dificuldades de ordem material são postas aos sujeitos oriundos de camadas populares. Para Almeida (2007, p. 223):

Nesse bojo, acreditamos que a universidade pode desempenhar um importante papel ao integrar ferramentas de apoio a esses alunos. [...] essas adaptações, quando bem empregadas, podem servir como elementos que ajudam em muitas das dificuldades que os alunos desprivilegiados enfrentam no seu cotidiano universitário e, por fim, o uso de bolsas de pesquisa e estudos para que alunos das camadas populares pudessem, efetivamente, participar de modo pleno das múltiplas atividades formativas oferecidas pelas universidades brasileiras [...]

Apesar das dificuldades encontradas ao longo do percurso acadêmico, foi possível observar, por meio dos relatos, esperança entre os bolsistas, fazendo das dificuldades o combustível para atingir seus objetivos: *Imaginar que, ao final, valerá a pena e terei recompensas*. Esse depoimento registra que, apesar tudo, a vontade de vencer supera as dificuldades. E para vencer, segundo a opinião de outro bolsista, é necessário: *Abdicação do supérfluo e foco no objetivo*.

Mesmo diante dos obstáculos enfrentados pelos bolsistas na universidade devido à precária condição econômica, alguns estudantes expuseram como positiva a política de permanência desenvolvida pela

UNESC: *acredito que a unesc colabora bastante com os bolsistas, pelo menos eu nunca tive dificuldades quanto a isto. Para outro bolsista: Eu acredito que ela já faz o necessário. Pois estou terminando a faculdade e não encontrei tantas dificuldades. Os professores são ótimos. O aluno tem que ser disciplinado e dedicar-se aos estudos, as vezes dá vontade de desistir, mas é preciso determinação.* Outro estudante corrobora com as falas acima, apontando que a UNESC deve dar continuidade ao trabalho já desenvolvido: *Continuar desenvolvendo a mesma política de permanência para os bolsistas.*

Todas as questões levantadas na pesquisa permitiram aos bolsistas apontar os limites, as possibilidades, bem como as estratégias que os levaram a chegar à última fase. Porém, foi possível identificar entre as falas dos estudantes que, mesmo na reta final, após muitos semestres utilizando a bolsa Prouni, ainda existe falta de entendimento em relação ao que lhes é ou não permitido enquanto bolsistas.

Identificaram-se sugestões apontadas pelos respondentes de situações que segundo a legislação do programa Prouni são possíveis de um bolsista realizar, como por exemplo estágios remunerados. Esses equívocos são destacados nos registros de alguns dos estudantes que relataram como a UNESC poderia contribuir para a permanência do bolsista no ensino superior: *Abrindo programas específicos que englobem bolsistas e ofereça remuneração. Um fato que percebi em minha trajetória no campus é que a maioria das possibilidades de estágios remunerados são podados a quem tem bolsa Prouni, porque, no entendimento de quem oferece os estágios remunerados, já que o estudante possui uma bolsa de estudos, este não tem direito a remuneração; Bem, eu não podia ter um estágio remunerado fora da faculdade para não exceder o limite de renda da Bolsa do Prouni [...]; Possibilitando que bolsistas integrais façam estágio não obrigatório na própria Unesc; [...] através de possibilidades de alunos bolsistas poderem participar de atividades remuneradas na instituição [...]; Me senti prejudicado por não poder aplicar meu conhecimento na prática enquanto cursava as disciplinas.*

As questões levantadas pelos bolsistas correlacionam-se à comunicação entre os serviços existentes na UNESC e os estudantes, a qual incide fortemente nas discussões até aqui travadas. Esses depoimentos registram uma situação preocupante, já que a falta de conhecimento sobre o programa do qual fazem parte e/ou a falta de informação sobre as suas possibilidades restringem as condições de permanência do estudante na instituição, quando poderiam melhorá-las. Nesse sentido, a desinformação torna-se uma limitação para o bolsista

que enfrenta dia a dia a necessidade de buscar estratégias para permanecer estudando.

Em relação à política do programa Prouni no que se refere aos critérios legais de avaliação e seleção dos candidatos, foram feitas também algumas críticas pelos estudantes bolsistas: *Eu nunca tive dificuldades em me manter, apesar de considerar no geral a dificuldade financeira como um dificultante da permanência do bolsista na universidade. O que percebo de negativo em ser bolsista do Prouni diz respeito a política maior. Sendo sabido que estar na universidade não significa apenas condições de pagar sua mensalidade, considero errado que a renda familiar considerada para concorrer a bolsa seja a renda bruta de cada membro da família. Não se consideram fatores como gastos em saúde e outros custos existentes, tão pouco as demais demandas da universidade como xerox, livros, comida, roupas. Penso que muitas vezes a renda familiar possa vir a aumentar de alguma forma, mas que esse aumento não justifique possibilidades de recusa de uma bolsa, e sim auxílio financeiro nas demandas em ser um universitário.*

Outro respondente corrobora com o depoimento anterior: *Avaliar melhor as condições individuais, porque por mais que às vezes o salário passe um pouco do estipulado, não é o suficiente para o acadêmico e sua família pagarem a mensalidade do curso.*

Os registros feitos pelos bolsistas apontam a necessidade de o programa considerar no momento da avaliação, na comprovação de informações, o que realmente é a renda da família, já que a renda bruta não é efetivamente o recurso que sobra para o estudante aplicar nas suas despesas, principalmente quando essas são acrescidas por outras, como a necessidade de sobreviver e de manter-se em uma universidade.

5 CONCLUSÃO

Chegar até aqui não significa chegar ao fim, já que a troca de experiências permite-nos descobrir que os significados e as indagações são elaboradas e reelaboradas constantemente. E é nesse movimento que se inicia a conclusão desta pesquisa, com a certeza de que o recomeço é sempre o começo de tudo.

E o que a princípio parecia ser tudo, ao longo do tempo apresenta-se como possibilidades, podendo ser concretizadas ou não, dependendo das condições que as cercam. Num primeiro momento, o que aparentemente é logo parece ser surpreendido pela singularidade cotejada pelas condições culturais, educacionais, sociais e principalmente econômicas de cada sujeito. E é nesse terreno entre limites e possibilidades que foi desenvolvida esta pesquisa.

Adentrar nessa temática possibilitou problematizar o mundo vivenciado pelos estudantes bolsistas que, conforme se pode verificar, varia de acordo com a realidade de vida de cada um. Na busca pela ascensão social, sujeitos oriundos de camadas populares vêm buscando seu espaço em uma sociedade que se apresenta cada vez mais competitiva. O acesso ao ensino superior trouxe, para esses sujeitos, a possibilidade de fazer parte de uma realidade até então estranha ao seu cotidiano, e essa aproximação acabou diversificando o público universitário.

A oportunidade de refletir sobre a democratização do ensino superior permitiu reconhecer que os desafios a serem enfrentados ainda são muitos. Considerando os que ultrapassaram os processos de seleção, constatou-se que o acesso é somente o começo. Zago (2006, p. 228) expõe claramente essa questão quando aponta que “a ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu a desigualdade entre os grupos sociais.”

Nesta etapa, levando em consideração as questões abordadas no estudo, passamos a apresentar os resultados alcançados com cada objetivo específico levantado na pesquisa.

O primeiro objetivo tratava de mapear o perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Prouni matriculados na última fase no segundo semestre de 2013. Respondendo a esse objetivo, verificou-se que a maior parte dos estudantes é natural do estado de Santa Catarina e residem com seus pais. Os dados evidenciaram que os estudantes, mesmo na condição de bolsistas, encontram na universidade muitas dificuldades, principalmente financeiras. Verificou-se também que a maior parte dos respondentes ingressou na universidade pelo programa

Prouni e encontram-se matriculados no período noturno, realizando alguma atividade remunerada para manter-se estudando, seja um trabalho, como apontado pela maioria, ou um estágio.

Um dado interessante levantado pela pesquisa é que a família dos bolsistas tem contribuindo financeiramente com as despesas na universidade. Nesse sentido, pôde-se observar que em mais da metade dos casos os estudantes recebem apoio financeiro da família para estudar, comprovando que os rendimentos auferidos pelos bolsistas não excluem a necessidade desses receberem outros auxílios para suprir os gastos na universidade.

O segundo objetivo específico visava identificar as estratégias encontradas pelos estudantes para permanecerem na universidade. Os bolsistas revelaram que mesmo com todos os obstáculos, a falta de recursos financeiros não os impediu de continuarem estudando. Para isso buscaram estratégias para enfrentar as dificuldades por meio do apoio familiar, da administração dos recursos financeiros e também por meio de muita dedicação aos estudos.

Verificou-se que a grande maioria dos estudantes se sente apoiada pela sua família, reconhecendo-a como uma importante referência para seguir em frente. Observou-se que a relação estabelecida entre a família e o estudante tem favorecido a sua permanência na universidade, mesmo que o grupo familiar disponha de poucas condições financeiras para garantir-lhes uma permanência tranquila.

Outro fator apontado pelos estudantes como estratégia de permanência foi a administração dos recursos, ressaltando os meios utilizados para manter os gastos da família, no caso dos estudantes casados, e as despesas na universidade. O estudo revelou quais estratégias são criadas pelos estudantes para administrar a falta de dinheiro, como por exemplo: usam os livros da biblioteca, buscam estágios remunerados, emprego informal, utilizam-se de caronas ao invés de gastar com transporte, vendem os bens que possuem, bem como levam de casa o lanche para economizar com os gastos nas cantinas e restaurantes. Nesse sentido, constatou-se que todas as estratégias adotadas pelos estudantes são administradas com muita economia.

Uma outra estratégia bastante apontada pelos estudantes foi a necessidade de dedicar-se aos estudos. Nesse quesito foram levantadas questões que remetem à dedicação do estudante na universidade, como por exemplo participar ativamente nas aulas, buscar horários alternativos no trabalho para estudar, projetos de pesquisa,

investimentos em cursos, dentre outros. Assim, as estratégias adotadas pelos bolsistas ocorrem na divisão do tempo entre o estudo e o trabalho.

Pode-se dizer que o empenho empreendido pelos estudantes deve-se ao desejo de realizar um sonho, de mudar de vida ou até mesmo de poder fazer diferente na sua família, já que apenas uma minoria de pais possui curso superior. Os obstáculos referentes à falta de recursos, tempo e/ou a outras dificuldades são superados pelo desejo maior, que é o de vencer. Percebe-se que os estudantes acreditam que com o curso superior concluído ampliam-se as possibilidades de garantir uma vida mais tranquila.

Observou-se, entre os respondentes, que há foco nos objetivos estabelecidos desde o início, quando decidiram ingressar na universidade, assim como muita determinação por meio da administração do tempo e dos recursos, criando estratégias que lhes possibilitaram chegar à última fase, uma vez que, para conquistar esse sonho, muitos abdicaram de momentos de lazer e descontração com familiares e amigos.

O terceiro objetivo, que constituía em averiguar como a condição socioeconômica familiar interfere na permanência do bolsista no ensino superior, revelou que a maioria dos pais dos estudantes não concluiu o ensino fundamental e dispõe de rendimentos entre um (01) e dois (02) salários mínimos. Ficou presente nas análises o grande número de pais assalariados e autônomos que travam diariamente uma luta pela sobrevivência. Mas, pôde-se observar que mesmo dispondo de poucas condições financeiras, o apoio recebido dos pais durante o percurso acadêmico foi muito importante para a segurança do estudante, dando-lhe condições para enfrentar as dificuldades.

Residir com familiares, economizar com aluguel e com alimentação, assim como contar com o apoio dos pais e/ou do esposo(a), companheiro(a) foram incentivos muito válidos. Embora a família não disponha de muitos recursos, o que acaba dificultando a permanência do bolsista na universidade, percebeu-se um forte vínculo afetivo entre os membros do grupo familiar. Foi possível observar a rede familiar muito presente no cotidiano dos bolsistas, tanto em relação à dependência financeira, quanto em relação ao apoio para seguir em frente.

Um achado interessante foi verificar que os pais auxiliam financeiramente os seus filhos na universidade. Tal informação chama atenção porque os estudantes ingressam no ensino superior com bolsa de estudo justamente por comprovar que o seu grupo familiar não dispõe de condições para custear uma universidade. Essa questão permite reconhecer que os pais, mesmo não tendo condições, reorganizam a vida

financeira da família buscando estratégias de garantir aos seus filhos uma realidade diferente da vivenciada por eles.

Nesse aspecto ficou evidente que o recurso recebido da família para auxiliar com os gastos é muito importante; tão importante quanto é o estímulo e o incentivo recebido para que o estudante possa seguir em frente com maior segurança.

O quarto e último objetivo tratava de analisar o percurso acadêmico dos bolsistas. No que se refere à trajetória acadêmica percorrida pelos estudantes, pôde-se constatar que a maioria se encontra no curso desejado e que nenhum deles teve sua bolsa encerrada por apresentar rendimento acadêmico insuficiente, o que revela que estes tiveram condições de ingressar em uma universidade e principalmente de manter-se nela até o final, embora a maioria dos estudantes tenham declarado ter realizado mais de uma vez a prova do ENEM até conseguir ingressar no Prouni.

Verificou-se que, apesar das adversidades causadas pela precária condição socioeconômica, os estudantes demonstraram empenho para chegar até a última fase. Acredita-se que a própria realidade dos estudantes, antes mesmo de ingressar no ensino superior, deu-lhes suporte para que, na universidade, criassem suas próprias estratégias de permanência dividindo e administrando seus horários e recursos.

O tempo disponibilizado para dedicar-se aos estudos fora da sala de aula retratou a rotina de cada estudante e o quanto de empenho foi necessário para conquistar um bom desempenho nas disciplinas já que, devido ao trabalho, acabam tendo somente os finais de semana para estudar. Nesse sentido, os dados mostram que a maioria dos estudantes conseguiu, mesmo com todas as adversidades, concluir o curso no tempo regular.

A pesquisa, além de ter contribuído apresentando a realidade dos estudantes oriundos de camadas populares no ensino superior, garantiu aos bolsistas espaço para proporem como a universidade poderia auxiliar com a sua permanência. A análise revelou que a maioria das sugestões apontadas pelos estudantes relaciona-se à questão financeira, sendo esta um grande entrave para o bolsista que necessita garantir a sua permanência numa instituição privada de ensino.

A participação dos estudantes na pesquisa demonstrou, por parte de alguns, uma postura crítica em relação à política do programa do qual fazem parte. Algumas observações e sugestões foram levantadas pelos estudantes a partir das suas realidades, sinalizando a necessidade de implementação do programa, já que vivemos em um país diversificado culturalmente e economicamente e, o que sobra às vezes, não é

suficiente para manter os gastos de uma família com alimentação, transporte, saúde e educação.

Todas as questões levantadas na pesquisa buscaram dar visibilidade a uma população que luta por educação. Ou seja, pessoas que buscaram resgatar uma educação que não fez parte do seu passado. E, mesmo diante de todas as dificuldades, pôde-se observar entre os estudantes esperança e otimismo com o futuro, quando estes afirmam que um diploma significa reconhecimento, autonomia e crescimento intelectual, seguido de possibilidades profissionais. Por esse dado, pode-se constatar que o diploma para esses estudantes não significa apenas aumento de salário, e sim conhecimento e reconhecimento.

No que se refere à participação dos bolsistas na pesquisa, pode-se avaliar positivamente esse envolvimento. A partir dos depoimentos, avaliou-se que o momento possibilitou aos estudantes expor suas experiências, dificuldades e superações na universidade. Segundo os bolsistas, o resultado da pesquisa também é importante para a própria universidade, já que a cada semestre um grande número de estudantes é beneficiado com bolsas de estudo e tanto estes, quanto a IES, acabam sendo desafiados a garantir a permanência em uma instituição privada, embora com bolsa de estudo.

Neste trabalho buscou-se evidenciar que sem a bolsa de estudo dificilmente esses sujeitos estariam em uma universidade, mas sobretudo procurou desmitificar o discurso da democratização do ensino superior via o acesso, já que a permanência é tão importante quanto. Entende-se que o acesso é a porta de entrada para o estudante, mas permanecer na universidade impõe condições que vão muito além de uma prova de conhecimento.

Nesse sentido, as políticas públicas tanto têm incluído como também excluído os indivíduos que vivem às margens da sociedade. Apesar das barreiras postas socialmente, verifica-se que muitas dessas “oportunidades” têm sido, sim, de sucesso, mas importa ressaltar que foram conquistadas enquanto atitudes individuais, de superação desses sujeitos que venceram as dificuldades e que, na universidade, puderam verificar que o acesso foi somente o primeiro passo, já que a permanência foi determinante para obter o diploma.

Assim, as políticas educacionais presentes no cenário brasileiro têm oportunizado o acesso desses estudantes ao ensino superior, mas não têm garantido condições suficientes para mudar a realidade da maioria dos brasileiros. Na busca pela democratização do ensino superior é preciso levar em conta que as políticas apresentadas apenas têm “favorecido”, em parte, uma parcela que conseguiu ultrapassar os

processos de seleção. Dessa forma, as ações que visam democratizar o ensino superior não incorporaram o seu verdadeiro significado, a não ser no discurso.

É inegável o aumento de vagas no ensino superior, principalmente na área privada, assim como é visível o número de jovens egressos do ensino médio cujas famílias projetaram nos seus filhos a esperança de uma melhor qualidade de vida via educação. Mas, também é inquestionável que os estudantes oriundos de camadas populares, quando adentram nesse novo espaço educacional, se sentem impotentes diante de inúmeras outras dificuldades que lhes são postas.

Mesmo com todas as adversidades, a educação ainda é uma das possibilidades de incluir socialmente os sujeitos excluídos da sociedade, construída por eles, mas estranha a eles. Porém, não basta somente o acesso ao ensino superior, pois cada sujeito é um sujeito com realidades diferentes e com dificuldades diferentes, cada um carrega consigo limitações que podem torná-los preparados ou não para receber o conhecimento repassado nos bancos escolares. Isso porque o conhecimento recebido pode ser apropriado pelo indivíduo ou não, dependendo das condições que este possui para absorvê-lo, já que, numa sociedade dividida em classes sociais, a desigualdade social é determinante. Para Tafner (2006, p. 132),

[...] o país ainda está longe de um ensino que promova a equidade - hoje menos longe, é verdade, mas há ainda muito terreno a cobrir. A [...] vastidão de cursos existentes atualmente não beneficia o extremo inferior da hierarquia social. Alcança os que estão quase na base, mas não atinge os últimos da fila. Para estes, o sistema continua oferecendo muito pouco.

Nesse sentido, a educação pode tornar-se um instrumento de ascensão social para aqueles que conseguem um fácil acesso a ela; para os demais, a realidade é outra. A educação necessita ser estendida à sociedade como um todo, contribuindo com a emancipação desses sujeitos, numa leitura crítica de homem e de mundo, não somente com números cada vez mais crescentes de acesso ao ensino, não somente como mão de obra para o mercado, mas como sujeitos que são parte desse mundo, com atitudes que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em relação à política de permanência desenvolvida pela UNESCO, pode-se notar o diferencial desta universidade comunitária que, embora privada, se preocupa com a permanência dos estudantes que dela fazem parte buscando estratégias que visam garantir a sobrevivência dos seus acadêmicos e também a sua. No capitalismo, a universidade também sofre exigências, tanto na produção do conhecimento, necessário ao desenvolvimento econômico e social do país, atendendo às exigências do mercado, como na promoção do ser humano, elevando a condição humana por meio da universalidade do conhecimento na sua forma mais profunda e elaborada. Em consonância com essas questões, Santos (2003, p. 187) afirma que,

[...] a universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas actividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança.

Nesse contexto, cabe também à universidade buscar estratégias. Ainda que a UNESCO já desenvolva serviços e programas direcionados para os estudantes oriundos de camadas populares, pôde-se constatar, embora não fosse o registro da maioria, a necessidade de uma maior divulgação dos serviços que ela dispõe. Isso porque a universidade, além de receber esses estudantes, tem um compromisso que vai além da garantia do acesso, ou seja, com a permanência.

Portanto, ampliar a divulgação dos serviços de atendimento ao aluno e propor outros que vão ao encontro das necessidades desse público, como auxílio alimentação, transporte e custeio de materiais, por exemplo, é um dos meios pelos quais a IES poderia garantir a permanência dos estudantes oriundos de camadas populares, uma vez

que, como dito anteriormente, a universidade dos dias atuais não é mais espaço somente da elite. Outras pessoas estão chegando até ela e por isso outras necessidades precisam ser contempladas.

A educação durante muito tempo fez parte somente da realidade da elite deste país. Logo, as diferenças sociais deixaram marcas profundas que se prolongaram até os dias de hoje. Deste modo, democratizar a educação significa qualidade em todos os níveis e para todos, já que as diferenças e as desvantagens começam desde muito cedo. Para Zago (2006, p. 228), “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.”

Assim, percebeu-se que o caminho é estreito, constituído de muitos percalços. As políticas educacionais que visam incluir os excluídos por meio do aumento das vagas das universidades públicas e da ampliação do financiamento nas privadas são válidas, porém consideradas como medidas paliativas que até certo ponto são necessárias, mas não podem ser definitivas. Devem ser utilizadas como um meio de transição para onde se quer chegar, e não um fim em si mesmo.

Por fim, verifica-se que hoje a universidade está deixando de ser inatingível para as camadas populares. E, certamente, nos anos que virão será uma realidade ainda mais próxima. Hoje, a universidade está começando a fazer parte do projeto de vida dos sujeitos oriundos de camadas populares. Já não é mais o improvável. Mas é preciso se aproximar mais profundamente dessa realidade. É preciso reconhecer a permanência como um importante condicionante, caso contrário, o improvável estará sempre rondando os estudantes, já que, para estes, não basta o acesso, é preciso ir além.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia A. da Silva. Avaliação do Plano Nacional de Educação: Questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Estudantes desprivilegiados e fruição na Universidade: Elementos para repensar a inclusão no ensino superior. In: MONTEIRO, Alda M. (Org.). **Educação para a diversidade e cidadania**. Recife: Organizador, 2007.

ANDRÉ, Marli Eliza D. Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líberlivros, 2005.

BELLONI, Isaura; NETO, Obino A. Autonomia ou âncora? Perspectivas da autonomia universitária. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Educação Superior: Velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

BITENCOURT, João Batista. **UNESC: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma: UNESC, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial União**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005a. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=32&Itemid=122&limitstart=20>. Acesso em: 27 ago. 2013.

_____. **Decreto nº 5493**, de 18 de julho de 2005b. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Portaria nº 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle do Programa Universidade para Todos – Prouni. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 22, 31 jan. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=33&limitstart=25>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Ministério da educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. Portaria nº 19, de 20 de novembro de 2008a. Dispõe sobre procedimentos de manutenção de bolsas do Programa Universidade para Todos - Prouni pelas instituições de ensino superior participantes do programa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 227, 21 nov. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=35&Itemid=122>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Portaria nº 2, de 31 de março de 2008b. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 62, 01 abr. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_2_compilada.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.

_____. **Portaria nº 1.132**, de 02 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a instituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos- Prouni. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Legislacao/portaria_1132_de_02122009_conap_compilada.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2014.

_____. Portaria Normativa nº 144, de 24 de maio de 2012a. Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 101, 25 mai. 2012. Seção 1. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2012/portaria-inep-144-certificacao.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Portaria Normativa nº 12, de 01 de agosto de 2012b. Programa Universidade para Todos – PROUNI. Bolsa Permanência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 149, 02 ago. 2012. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=52&Itemid=122&limitstart=5>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. **Projeto de Lei Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020**. [2013a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107>. Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. Portaria nº 11, de 17 de junho de 2013b. Regulamenta o processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao segundo semestre de 2013 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 115, 18 jun. 2013. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=53&Itemid=122&limitstart=5>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Portaria Normativa nº 16, de 31 de julho de 2013c. Dispõe sobre a ocupação de Bolsas Remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos – Prouni. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 147, 01 ago. 2013. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=53&Itemid=122>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Portaria nº 8, de 26 de abril de 2013d. Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - Prouni. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 108, 17 jun. 2013. Seção 1. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=195&Itemid=122>. Acesso em: 12 set. 2013.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARVALHO, Cristina H. Almeida. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de S. Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

CONNELL, Robert W. Pobreza e Educação. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

COSTA, Danilo de Melo; FRANSCISCO, Vidal Barbosa; GOTO, Melissa M. Martinho. O novo fenômeno da educação superior no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EM AMÉRICA DEL SUR, 10., 2010, Mar del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar del Plata: INPEAU, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97022/O%20NOVO%20FENC3%94MENO%20DA%20EXPANS%C3%83O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

ESTÁCIA, Maria Aparecida T. **Alunos do PROUNI da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico**. 2009. 239f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009a. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21388/000737093.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. Alunos do PROUNI da Universidade de Passo Fundo: Trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico. In:

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2009, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: INPEAU, 2009b. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio09/?lang=pt>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FELICETTI, Vera Lucia. **Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior.** 2011. 299f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://tardis.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2861/1/000437552-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

FELICETTI, Vera Lucia; ROSSONI, Janaína Cé; GOMES, Kelly Amorim. PROUNI: análise de Teses do banco de dados da CAPES (2007-2011). In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR. 2., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <http://www.clabes2012-alfaguia.org.pa/ponencias/LT_2/ponencia_completa_115-.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FERREIRA, Robinalva Borges. Programa permanente de combate à evasão da UNESC – PPCE: Meta e construção coletiva. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR. 2., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <http://www.clabes2012alfaguia.org.pa/ponencias/L34_Presentaciones/5_%20FerreiraRobinalva.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2014.

PEREIRA FILHO, Ednaldo S. **Perfil de jovens universitários bolsistas do Prouni: um estudo de caso da UNISINOS.** 2011. 133f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/EdnaldodaSilvaPereiraFilho.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

HAWERROTH, Jolmar Luis. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense.** Florianópolis: Insular, 1999.

HELENE, Otaviano; MATSUSHIGUE, Lighia B. Horodynski. Brasil: olhar para o futuro, sem esquecer o retrovisor. In: ARELARO, Lisete Gomes; FRANCA, Gilberto Cunha; MENDES, Maíra Tavares. (Org.). **Às portas da Universidade: alternativas de acesso ao ensino superior**. São Paulo: Xamã, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311237500.entrevista_o_Brasil_do_seculo_XX.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior: 2011- Resumo Técnico**. Brasília: 2013. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

LÁZARO, André. Educação e desigualdade: o papel do Prouni. **Revista Prouni**, Brasília, n. 1, 2008. Disponível em:
<http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Revista_ProUni/Revista_ProUni.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

LUCKESI, Cipriano; COSMA, Elói B. José; BAPTISTA, Naidison. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Carlos Benedito. Uma reforma necessária. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1001-1020, out. 2006.

_____. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, out. 2009.

MENDES, Maíra Tavares. Inclusão ou emancipação? Dialética da educação em cursinhos populares. In: ARELARO, Lisete Gomes;

FRANCA, Gilberto Cunha; MENDES, Maíra Tavares (Org.). **Às portas da Universidade**: alternativas de acesso ao ensino superior. São Paulo: Xamã, 2012.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

PINTO, Marialva L. Moog. **Qualidade da educação superior e o Prouni**: limites e possibilidades de uma política de inclusão. 2010. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/MarialvaPintoEducacao.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. **Manual do bolsista**: PROUNI. 2013. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_Bolsista_prouni.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

ROCHA, Maria Aparecida Marques da. **Processo de inclusão ilusória**: a condição do jovem bolsista universitário. 2008. 266f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://tardis.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5221/1/000400152-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

ROCHA, Terezinha C. Costa da. **Políticas públicas para o ensino superior**: estudo sobre a inclusão e o desempenho acadêmico dos bolsistas do PROUNI em uma IES privada de Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20124732008015006P3>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SANTOS, Boaventura Souza de. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Clarissa Tagliari. **A chegada ao ensino superior**: o caso dos bolsistas do Prouni da PUC-Rio. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20112031001017020P9>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: Estrutura e sistema. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1975.

_____. **Educação**: Do Senso Comum à Consciência Filosófica. 16. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SIEWERDT, Maurício José. **Instituições de ensino superior do sistema ACADEMIA e a autonomia universitária**: o trabalho docente nos (dês) encontros entre o proclamado e a práxis. 2010. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94311/281512.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

SIMÕES, Paulo R. Rodrigues. **Programa Universidade para Todos (Prouni)**: mudanças e possibilidades na vida dos sujeitos. 2011. 166f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13849>. Acesso em: 19 fev. 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. O desafio da educação superior no Brasil: Quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Educação Superior**: Velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria C. Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Giselle Silva. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 31-44, jan./mar. 2012.

SOUZA, Raquel. Problematizar com jovens: interfaces de ensino médio e acesso ao ensino superior. In: ARELARO, Lisete Gomes; FRANCA, Gilberto Cunha; MENDES, Maíra Tavares (Org.). **Às portas da Universidade**: alternativas de acesso ao ensino superior. São Paulo: Xamã, 2012.

TAFNER, Paulo. **Brasil**: o estado de uma nação-mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VAHL, Teodoro Rogério. **O Acesso ao ensino superior no Brasil**. Florianópolis: Lunardeli, 1980.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade Comunitária**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abri./jun. 2012.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro do questionário aplicado aos bolsistas

• IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: F () M ()
 Idade: _____ Raça: _____ Estado Civil: _____
 Filhos: () Não () Sim. Quantos? _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Você trabalha ou realiza estágio? () Não () Sim. Caso a resposta seja positiva:
 Qual sua função? _____ Local de trabalho: _____
 Carga horária: () abaixo de 20h () de 20h a 30h () de 30h a 40h
 Remuneração: () até 1 SM () de 1 SM a 2 SM () de 2 SM a 3 SM () acima de 4 SM

Você desenvolve alguma atividade informal para ampliar os rendimentos? () Sim () Não

• GRUPO FAMILIAR

Você reside com: () esposo () colegas () pais. Caso você resida com seus pais responda as questões abaixo:

Atuação profissional (Pai): _____ Escolarização: _____
 Remuneração: () até 1 SM () de 1 SM a 2 SM () de 2 SM a 3 SM () acima de 3 SM

Atuação Profissional (Mãe): _____ Escolarização: _____
 Remuneração: () até 1 SM () de 1 SM a 2 SM () de 2 SM a 3 SM () acima de 3 SM

Você recebe apoio financeiro da sua família para manter-se na universidade? () Não () Sim. Qual o valor? () Até um salário mínimo () Mais de um salário mínimo.

Você tem sido apoiado pela sua família para estudar? () totalmente () parcialmente () não sou apoiado.

• HISTÓRICO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO:

() Escola pública () Particular com bolsa integral () Parcialmente em escola pública e privada com bolsa integral.

No caso de ter recebido bolsa qual o motivo?

• **TRAJETÓRIA ACADÊMICA**

Curso: _____ Turno: M () V () N () I ()

Fase: Ano/semestre de ingresso: _____ Ano/semestre previsto para conclusão: _____

Qual a forma de ingresso na universidade? () ENEM () Vestibular () SIM () Prouni

Você realizou mais de uma prova do ENEM? () Não () Sim. Quantas?

Você ingressou no Prouni pelas cotas? () Sim () Não.

Você ingressou no ensino superior antes de ter a bolsa do Prouni? () Sim () Não.

Você realizou cursinho pré-vestibular? () Sim () Não.

O curso em que você está matriculado é o desejado? () Sim () Não.

Se não, qual o curso de seu maior interesse? _____.

Você já reconsiderou a bolsa Prouni? () Sim () Não.

Você já suspendeu a bolsa Prouni? () Não () Sim. Qual o motivo?

Você já trocou de turno com a bolsa Prouni? () Sim () Não. Qual motivo?

Você já trocou de curso com a bolsa Prouni? () Não () Sim. Qual o motivo?

Você já teve a sua bolsa Prouni encerrada? () Sim () Não. Qual o motivo?

Você tem um espaço apropriado (isolado, silencioso, organizado) para o estudo em sua residência? () Sim () Não

Qual o tempo que você disponibiliza para estudar fora da sala de aula? () 4 horas ou mais por dia () aos finais de semana () não estudo fora da sala de aula.

Você conhece algum programa da universidade direcionado aos alunos que encontram dificuldades na compreensão dos conteúdos ensinados na graduação. () Não () Sim. Qual? _____.

Você recebeu alguma orientação sobre as possibilidades e atividades desenvolvidas na UNESC a respeito dos grupos de pesquisa, estágios (internos e externos), participação no movimento estudantil, eventos culturais, etc. () Não () Sim. Quem o orientou? Justifique: _____
_____.

Você tem disponibilidade para participar de eventos científicos fora da Unesc? () Sim () Não.

Você tem acesso à internet na sua casa? () Sim () Não. Se não, onde você utiliza?

Como você se alimenta no campus? () Cantinas () traz o lanche de casa () não se alimenta na UNESC.

Qual sua opinião sobre as possibilidades de alimentação encontradas no campus?

Quanto você gasta por mês para se manter na Universidade? () até 01 SM () de 2 a 3 SM () 4 a 5 SM () mais de 5 SM.

De acordo com as alternativas abaixo, para você quais as maiores dificuldades encontradas pelo bolsista no ensino superior:

() aprendizagem () didática do professor () falta de tempo () dificuldades financeiras

Para você, o que significa o diploma de ensino superior: ()

Reconhecimento, autonomia e crescimento intelectual ()

Possibilidades Profissionais () Aumento de salário ()

Outros:_____ .

Como a UNESC poderia contribuir para a permanência dos bolsistas no ensino superior? Justifique.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE**

Estamos realizando uma pesquisa referente ao projeto intitulado “Entre os limites e as possibilidades do Ensino Superior: O perfil do bolsista Prouni na UNESC”.

O (a) senhor (a) foi plenamente esclarecido (a) de que participando deste projeto integrará um estudo de cunho acadêmico, que tem como um dos objetivos analisar os fatores que interferem no acesso e permanência dos estudantes bolsistas do Prouni na UNESC, a fim de compreender as dificuldades e as estratégias encontradas por eles nesse processo.

Mesmo aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar sua decisão aos responsáveis. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o (a) senhor (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízos por participar dela. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

A coleta de dados será realizada pela acadêmica Lutiele da Silva Ghelere (fone: 9995 5409) da 4ª fase do Mestrado em Educação da UNESC e orientado pelo professor Alex Sander da Silva (fone: 3431 2724) O telefone do Comitê de Ética é 3431.2723.

Criciúma (SC), XX de XXXXXX de 2013.

Assinatura do Participante